

## SEGUNDA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2009

**PRESIDÊNCIA: BUZEK**

*Presidente*

*(A sessão tem início às 17H00)*

### **1. Reinício da sessão**

**Presidente.** - Declaro reaberta a sessão do Parlamento Europeu, suspensa na quinta-feira, dia 16 de Julho de 2009.

### **2. Declarações da Presidência.**

**Presidente.** – Há apenas duas semanas, participei nas cerimónias realizadas em Westerplatte para assinalar o 70.º aniversário do início da Segunda Guerra Mundial. Foi uma guerra que mergulhou a Europa no terror, fez milhões de vítimas e dividiu o nosso continente durante quase meio século. Nunca deveríamos esquecer que a guerra e a violência podem voltar, de novo, a esta nossa Europa.

\*\*\*

Devo fazer referência a outro acto de violência que teve lugar este Verão. Dois agentes da Guarda Civil espanhola foram assassinados pela ETA no cumprimento do seu dever.

É com pesar que informo o Parlamento da morte de Ernest Gline, um ex-deputado ao Parlamento Europeu, que faleceu a 10 de Agosto aos 78 anos de idade. Ernest Gline foi deputado ao Parlamento Europeu entre 1968 e 1994. Foi também presidente do Grupo Socialista entre 1979 e 1984.

É também com pesar que informo a Câmara da morte de Sir Christopher Prout, um ex-deputado britânico ao Parlamento Europeu, que faleceu a 12 de Julho, aos 67 anos de idade. Sir Christopher Prout, que veio a ser Lord Kingsland, foi deputado ao Parlamento Europeu entre 1979 e 1994. Foi ainda presidente do Grupo dos Democratas Europeus entre 1987 e 1994.

Antes de passarmos ao debate dos temas inscritos na ordem dos trabalhos de hoje, convido os senhores deputados a prestarem comigo homenagem à memória daqueles que perderam a vida a defender a Europa e àqueles que dedicaram as suas vidas ao seu serviço, trabalhando para a transformar no que a Europa é hoje.

*(O Parlamento, de pé, observa um minuto de silêncio)*

### **3. Composição do Parlamento: Ver Acta**

### **4. Composição dos grupos políticos: Ver Acta**

### **5. Composição das comissões: Ver Acta**

### **6. Pedido de levantamento da imunidade parlamentar: Ver Acta**

### **7. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta**

### **8. Rectificação (artigo 216.º do Regimento): Ver Acta**

### **9. Entrega de documentos: ver Acta**

### **10. Perguntas orais (apresentação): Ver Acta**

### **11. Transferências de dotações: ver Acta**

## 12. Petições: ver acta

## 13. Transmissão de textos de acordos pelo Conselho: ver Acta

## 14. Medidas de execução (artigo 88.º do Regimento): Ver Acta

## 15. Ordem dos trabalhos

**Presidente.** - Já foi distribuído o projecto definitivo de ordem do dia do presente período de sessões, elaborado pela Conferência dos Presidentes na sua reunião de 10 de Setembro de 2009, nos termos do artigo 137.º do Regimento.

*Segunda-feira e terça-feira*

Não foram propostas alterações.

**Bruno Gollnisch (NI).** - (FR) Senhor Presidente, vou ser muito rápido.

De facto, trata-se de uma invocação do Regimento no que se refere à Conferência dos Presidentes que, como o senhor recordou, Senhor Presidente, aprova a ordem do dia.

O nosso Regimento prevê que a Conferência dos Presidentes seja composta, evidentemente, pelo senhor, pelos presidentes dos grupos políticos e também por um representante dos Não-inscritos.

Até ao momento, o representante dos Não-inscritos ainda não foi designado. Alguns deputados Não-inscritos escreveram-lhe sobre o assunto e estão inteiramente disponíveis para se reunirem com o senhor.

Seria óptimo que o senhor conseguisse reunir todos os deputados Não-inscritos, de forma a que estes pudessem, nos termos do Regimento, eleger o seu delegado à Conferência dos Presidentes e que esta possa tomar as suas decisões com a presença de todos.

**Presidente.** - Muito obrigado pela sua observação. Irei contactar o senhor deputado e outros deputados durante esta sessão para que sejam tomadas as providências necessárias.

*Relativamente a quarta-feira:*

Comunico que recebi um pedido do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia para quarta-feira.

**Daniel Cohn-Bendit, em nome do grupo Verts/ALE.** - (FR) Caros colegas, a Conferência dos Presidentes votou favoravelmente a inclusão, na ordem do dia de quarta-feira, da eleição - nomeação - do Presidente da Comissão.

Na terça-feira à tarde, realizaremos um debate sobre as propostas do Presidente da Comissão. Nós propomos o adiamento da votação relativa à sua nomeação pela simples razão de que, dentro de 22 dias, terá lugar o referendo na Irlanda. Esse referendo é crucial para a aceitação, ou a recusa, do Tratado de Lisboa. Uma sondagem hoje publicada afirma que 62% dos irlandeses estão a preparar-se para votar sim.

Penso que devemos respeitar o voto dos Irlandeses, sejamos nós a favor ou contra o Tratado de Lisboa, mas parece-nos aberrante avançarmos já com a nomeação de um Presidente ao abrigo do Tratado de Nice, quando teremos a possibilidade - pelo menos aqueles que são favoráveis ao Tratado de Lisboa - de escolher uma Comissão e o seu respectivo Presidente, dentro de apenas 21 dias, ao abrigo do Tratado de Lisboa.

Em Outubro saberemos com que contamos. O Presidente polaco declarou solenemente que assinaria o Tratado de Lisboa após o referendo irlandês.

O Tribunal Constitucional checo declarou solenemente que agilizará a decisão sobre as duas queixas contra o Tratado de Lisboa pois, da última vez, tinha afirmado por unanimidade a constitucionalidade do Tratado de Lisboa.

Assim, não havia qualquer hipótese de o Presidente checo dizer não, após a ratificação do Tratado na Polónia e na Irlanda.

Vou terminar já, Senhor Presidente, mas é muito importante. É a identidade do Parlamento que está em jogo nesta questão, e, se não tivermos dois minutos para reflectir, não teremos desempenhado o nosso papel de

deputados. É muito importante. É por isso que lhes peço, não que votem a favor ou contra José Manuel Barroso, mas que votem depois dos irlandeses e que adiem hoje a votação para o próximo mês, se necessário.

**Martin Schulz**, em nome do Grupo S&D. – (DE) Senhor Presidente, o deputado Daniel Cohn-Bendit pôs em causa na Conferência dos Presidente da semana passada uma proposta apresentada pelo meu grupo. Apresentámos essa proposta porque acreditamos que a responsabilidade pela confusão actual não pode ser imputada ao referendo irlandês nem ao Tribunal Constitucional de Praga mas antes à ausência de coesão nas opiniões do Conselho. É evidente que uma comunidade baseada no direito - aquilo que a União Europeia reclama para si própria - tem de agir em conformidade com o direito aplicável. O direito aplicável é o Tratado de Nice. Não há, portanto, alternativa que não seja trabalhar com base no Tratado de Nice, o que significa trabalhar com o Presidente da Comissão e todos os Comissários.

O Conselho quer eleger o Presidente com base no Tratado de Nice para depois fazer aquilo que o deputado Cohn-Bendit sugeriu, a saber, aplicar o Tratado de Lisboa aos Comissários, o que significaria que teríamos um Presidente da Comissão eleito sobre uma base jurídica diferente da base aplicada aos Comissários – algo que o próprio Presidente da Comissão considera lamentável, refira-se a propósito. É por isso que se refere a uma maioria de Lisboa, de que necessita mas que não vai ter.

Isto, por si só, mostra a confusão a que o Conselho deu azo, e que não é benéfica nem para a UE nem para o próprio Presidente da Comissão. Por estes motivos, entendemos que a votação devia ser adiada até o Conselho ter conseguido chegar a acordo quanto ao que pretende. Consequentemente, apoiamos este...

*(O Presidente interrompe o orador)*

Acreditamos que este adiamento é necessário por razões pouco diferentes das enunciadas pelo deputado Daniel Cohn-Bendit e, com base nos fundamentos já aduzidos, apoiamos a proposta.

**Presidente.** – Gostaria que um dos senhores deputados se pronunciasse agora contra o pedido. O senhor deputado Daul solicitou o uso da palavra. Tem a palavra, Senhor Deputado Daul.

**Joseph Daul**, em nome do grupo PPE. - (FR) Senhor Presidente, já me conhece, eu respeito sempre o tempo de que disponho quando falo.

Em primeiro lugar, não percebo o senhor deputado Cohn-Bendit: já devia ter pedido o adiamento da eleição do Parlamento Europeu, para que tivéssemos o Tratado de Lisboa.

Como o que temos actualmente no Parlamento Europeu é o Tratado de Nice, pedimos que este seja aplicado até o Tratado de Lisboa entrar em vigor. Vou também pedir que, antes de voltarmos a votar sobre José Manuel Barroso, respeitemos as regras até ao fim. O Parlamento tem de estar preparado para funcionar segundo o Tratado de Lisboa e, nessa altura, Senhor Deputado Cohn-Bendit, poderemos então votar sobre Durão Barroso e o Tratado de Lisboa. De contrário, não seremos coerentes. Eis o que queria dizer.

Para termos uma Comissão, vou pedir amanhã que, depois do referendo de 2 de Outubro, criemos uma Comissão ao abrigo do Tratado existente, ou seja, de Nice. Debateremos, quando for altura, o Tratado de Lisboa, quando o senhor deputado Cohn-Bendit tiver conseguido convencer o Sr. Klaus a assinar; como ele está disposto a fazê-lo, será rápido. O Parlamento ficará então sujeito do Tratado de Lisboa, e depois elegeremos o nosso Presidente da Comissão ao abrigo do Tratado de Lisboa. Pois, se queremos ser coerentes, temos de o ser sempre. Precisamos agora de uma Comissão que funcione durante a crise, precisamos de uma Comissão que funcione para Copenhaga. Ora, como sabem, temos ainda muito tempo à nossa frente até o conjunto dos Comissários e a Comissão estarem a funcionar em pleno.

Eis a razão por que - sendo também o meu grupo responsável - pedimos a votação do Presidente da Comissão na quarta-feira.

*(Aplausos)*

*(O Parlamento rejeita o pedido)*

Quinta-feira:

Não foram propostas alterações.

\*\*\*

*(A ordem dos trabalhos é aprovada)*

**PRESIDÊNCIA: PITTELLA***Vice-presidente***16. Período de votação****16.1. Composição numérica das delegações interparlamentares (votação)****16.2. Aprovação da nomeação de Algirdas Šemeta como membro da Comissão (B7-0037/2009)****16.3. Aprovação da nomeação de Pawel Samecki como membro da Comissão (B7-0035/2009)****16.4. Aprovação da nomeação de Karel De Gucht como membro da Comissão (B7-0036/2009)****17. Declarações de voto***Declarações de voto escritas***- Aprovação da nomeação de Algirdas Šemeta como membro da Comissão (B7-0037/2009)**

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *por escrito*. - (FR) Votei favoravelmente a resolução do Parlamento Europeu que aprova a nomeação de Algirdas Šemeta para membro da Comissão Europeia. Contudo, interrogo-me quanto aos aspectos jurídicos de tal decisão. Com efeito, nos termos do n.º 3 do artigo 215.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, que estabelece as regras em caso de demissão de um Comissário, é o Conselho que, por maioria qualificada, nomeia o seu substituto. O Parlamento Europeu, em minha opinião, não possui qualquer poder neste caso específico, e o seu Regimento interno - que, no n.º 2, alínea 2, do Anexo XVII, prevê uma votação por escrutínio secreto - não cumpre o Tratado. É certo que este último artigo do Regimento interno é vinculativo para o Parlamento Europeu, mas não o é para o Comissário regularmente designado. O n.º 2 do artigo 214.º do Tratado CE, curiosamente referido como base jurídica da resolução, não diz respeito à nomeação de um Comissário em caso de demissão, mas sim à votação de aprovação do conjunto da Comissão na qualidade de colégio. E é igualmente curioso ver que esta resolução tem também por base o n.º 4 do artigo 106.º do Regimento, que se refere à eleição do conjunto da Comissão e não à substituição de um Comissário.

**Rareş-Lucian Niculescu (PPE)**, *por escrito*. - (RO) Votei a favor do senhor Comissário Šemeta, a quem gostaria de felicitar pelo cargo que lhe foi atribuído, e a quem desejo todo o êxito. Não obstante, não posso deixar de manifestar a minha preocupação - uma vez mais, porque também já o fiz na Comissão da Agricultura e Desenvolvimento Rural - com a sugestão que fez de se obter parte dos fundos exigidos para financiar o plano de recuperação económica europeia mediante a redução dos fundos reservados para a ajuda directa ao sector agrícola. Espero que isto fosse apenas um simples mal-entendido e que tal medida, que seria impossível aceitar, não seja implementada.

**- Aprovação da nomeação de Pawel Samecki como membro da Comissão (B7-0035/2009)**

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *por escrito*. - (FR) Votei favoravelmente a resolução do Parlamento Europeu que aprova a nomeação de Pawel Samecki para membro da Comissão Europeia. Contudo, interrogo-me quanto aos aspectos jurídicos de tal decisão. Com efeito, nos termos do n.º 3 do artigo 215.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, que estabelece as regras em caso de demissão de um Comissário, é o Conselho que, por maioria qualificada, nomeia o novo Comissário. O Parlamento Europeu, em minha opinião, não possui qualquer poder neste caso específico, e o seu Regimento interno - que, no n.º 2, alínea 2, do Anexo XVII, prevê uma votação por escrutínio secreto - não cumpre o Tratado. É certo que este último artigo do Regimento interno é vinculativo para o Parlamento Europeu, mas não o é para o Comissário regularmente designado. O n.º 2 do artigo 214.º do Tratado CE, curiosamente referido como base jurídica da resolução, não diz respeito à nomeação de um Comissário em caso de demissão, mas sim à votação de aprovação do conjunto da Comissão na qualidade de colégio. E é igualmente curioso ver que esta resolução tem também por base

o n.º 4 do artigo 106.º do Regimento, que se refere à eleição do conjunto da Comissão e não à substituição de um Comissário.

#### **- Aprovação da nomeação de Karel De Gucht como membro da Comissão (B7-0036/2009)**

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Votei favoravelmente a resolução do Parlamento Europeu que aprova a nomeação de Karel de Gucht para membro da Comissão Europeia. Contudo, interrogo-me quanto aos aspectos jurídicos de tal decisão. Com efeito, nos termos do n.º 3 do artigo 215.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, que estabelece as regras em caso de demissão de um Comissário, é o Conselho que, por maioria qualificada, nomeia o novo Comissário. O Parlamento Europeu, em minha opinião, não possui qualquer poder neste caso específico, e o seu Regimento interno – que, no n.º 2, alínea 2, do Anexo XVII, prevê uma votação por escrutínio secreto – não cumpre o Tratado. É certo que este último artigo do Regimento interno é vinculativo para o Parlamento Europeu, mas não o é para o Comissário regularmente designado. O n.º 2 do artigo 214.º do Tratado CE, curiosamente referido como base jurídica da resolução, não diz respeito à nomeação de um Comissário em caso de demissão, mas sim à votação de aprovação do conjunto da Comissão na qualidade de colégio. E é igualmente curioso ver que esta resolução tem também por base o n.º 4 do artigo 106.º do Regimento, que se refere à eleição do conjunto da Comissão e não à substituição de um Comissário.

### **18. Correções e intenções de voto: ver Acta**

### **19. Intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes**

**Presidente**. – Passamos agora às intervenções cuja duração não pode exceder um minuto. Temos uma lista muito longa de pedidos. Isto denota uma forte vontade de participação, o que constitui uma honra para esta Assembleia. Não poderei, no entanto, dar a palavra a todos aqueles que gostariam de a usar, pois 100 pedidos exigiriam uma hora e meia quando dispomos apenas de 30 minutos.

**Seán Kelly (PPE)**. – (GA) Senhor Presidente, sendo esta a minha primeira oportunidade de intervir no Parlamento, gostaria de começar na minha língua nativa. Como sabem, pode dizer-se que neste momento a campanha para o referendo de Lisboa já está em curso na Irlanda e temos esperanças de que o resultado no dia 2 de Outubro venha a ser positivo. Um dos aspectos que marca a diferença desta vez prende-se com as garantias que a União Europeia deu ao Governo irlandês nos domínios da fiscalidade, da interrupção voluntária da gravidez e da defesa. O novo conteúdo sobre o desporto inscrito no Tratado de Lisboa, aspecto que não foi sequer mencionado na última vez, é igualmente importante.

(EN) Tendo estado toda a vida ligado ao desporto a diferentes níveis, quer da prática, quer da administração, acredito que a possibilidade de, ao abrigo de Lisboa, a UE olhar seriamente para o desporto e apoiar o desporto local e internacional tocou o público irlandês amante do desporto. Por essa razão, e por outras razões mais óbvias, como os benefícios do desporto para a saúde, para a vida social e para a condição física, é imperioso disponibilizar um financiamento substancial pós-Lisboa para ...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

**Vasilica Viorica Dăncilă (S&D)**. – (RO) Senhor Presidente, creio que, em termos de problemas estruturais, existem no sector agrícola romeno certas disparidades, em relação aos outros Estados-Membros. Devo realçar que a União Europeia devia usar da influência política e económica que tem para concentrar mais atenção sobre a gestão dos fundos atribuídos à agricultura dos Estados-Membros que aderiram mais tarde.

Queria expressar a minha opinião de que apoiar um sector agrícola sustentável com um orçamento adequado também após 2013 iria resolver este problema, oferecendo aos agricultores perspectivas a médio e longo prazo, juntamente com fundos suficientes para que a agricultura romena possa alinhar com os critérios europeus e criar uma oportunidade de se criar uma Europa unida.

**Sergej Kozlík (ALDE)**. – (SK) Senhoras e Senhores Deputados, a Hungria e as minorias húngaras evocam constantemente a questão das minorias nacionais. Recorrendo a meias verdades e, por vezes, até a mentiras, procuram manipular a opinião pública europeia a seu favor. Qual é a verdade?

Nos últimos oitenta anos, as minorias nacionais na Hungria foram todas aniquiladas, enquanto a Europa assistia em silêncio. A minoria eslovaca também foi reduzida de 300 000 para 10 000 membros. A dimensão das minorias húngaras nos países vizinhos, incluindo a Eslováquia, não se alterou.

Nos últimos dois anos, seis cidadãos romanichéis foram assassinados na Hungria e dezenas sofreram ferimentos graves. Existem receios de ataques contra judeus, ao mesmo tempo que outras formas de extremismo estão a crescer e a extravasar as fronteiras da Hungria. Esta agressão não está a ser tratada de forma adequada na Hungria e tem de ser condenada. As instituições europeias deveriam assumir uma abordagem mais firme em relação a estas manifestações de extremismo.

**João Ferreira (GUE/NGL).** - O golpe de Estado consumado nas Honduras a 28 de Junho constitui um acto contra a livre expressão política do povo hondurenho e os seus mais elementares direitos democráticos.

Desde então, o Governo de facto tem vindo a tomar medidas de repressão contra o movimento popular que se manifesta nas ruas, instaurou um regime de bloqueio informativo, cerceamento das liberdades, perseguições, detenções ilegais, desaparecimentos e mesmo assassinatos de membros da resistência organizada ao golpe.

Tudo isto tivemos a oportunidade de testemunhar na visita recente de uma delegação do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde às Honduras e à Nicarágua, onde nos encontramos com o Presidente legítimo do país, Manuel Zelaya. Perante estas circunstâncias, a reacção das instituições europeias é, no mínimo, ambígua. Ao inaceitável silêncio de uns, somam-se os apelos de outros feitos às partes para que façam tudo o que estiver ao seu alcance para chegar rapidamente a uma solução política, tratando por igual o que diferente é, ocultando responsabilidades, como se de um lado não estivesse um presidente democraticamente eleito e do outro um governo golpista que o deteve e expulsou do país tomando ilegalmente o poder.

O mais elementar respeito pela democracia exige das instituições europeias uma condenação firme e enérgica do golpe, implementando medidas que no plano internacional contribuam para aumentar a pressão sobre o governo golpista no poder e o seu isolamento, bem como o não reconhecimento nem apoio a qualquer processo eleitoral que não seja realizado sem o prévio restabelecimento da legalidade democrática no país.

**John Bufton (EFD).** – (EN) Senhor Presidente, na qualidade de novo eurodeputado neste Parlamento, considero que uma das mais importantes questões que os agricultores enfrentam no País de Gales e no resto do Reino Unido é a proposta de identificação electrónica dos ovinos, que entrará em vigor em 1 de Janeiro de 2010. O facto é que o equipamento de observação que deverá ser utilizado não é preciso. Tanto quanto me é dado perceber, possui uma precisão de apenas 79%, o que provocará grandes problemas aos agricultores de todo o Reino Unido.

Exorto a Comissão a repensar esta política e a aplicá-la apenas de forma voluntária. O meu receio é o de que muitos agricultores venham a ser penalizados devido à utilização de equipamento impreciso e que os seus pagamentos únicos por exploração sejam reduzidos. Nos anteriores cenários, a redução poderia ser de 100%. As concessões que já foram feitas são úteis, porém não suficientes.

Considero bastante surpreendente que a Comissão queira introduzir a identificação electrónica dos animais (IDEA) com falhas tão consideráveis ao nível do equipamento. O caminho mais fácil a seguir seria a introdução da IDEA apenas de forma voluntária, a partir do próximo mês de Janeiro. Exorto os deputados deste Parlamento a apoiarem a minha posição a respeito desta questão vital para o sector agrícola em toda a Europa.

**Krisztina Morvai (NI).** – (EN) Senhor Presidente, gostaria de exortar o Parlamento a dar passos imediatos e efectivos para salvar os pequenos agricultores e a agricultura familiar nos novos Estados-Membros, especialmente nos Estados-Membros da Europa Central e Oriental, e, em particular, no meu próprio país, a Hungria.

Que aconteceu a estes agricultores? Como consequência da adesão à União Europeia tivemos de "oferecer", por assim dizer, 100% dos nossos mercados e, em troca, recebemos 25% dos subsídios. Esta situação não só é injusta como é também ilegal: trata-se de uma violação clara do Tratado de Roma. Visto que estes agricultores têm vindo a tentar competir nestas circunstâncias injustas e ilegais, tiveram de contrair empréstimos – empréstimos de monta – para ser competitivos. Hoje encontram-se falidos, e vêem-se obrigados a vender as suas terras em situações de colonização, que obrigam a que abramos os nossos campos a países que possuem um PIB dez vezes superior ao nosso. Insto a que se reveja de imediato o Acordo de Copenhaga.

*(O Presidente retira a palavra à oradora)*

**Rareş-Lucian Niculescu (PPE).** – (RO) Senhor Presidente, tal como outros deputados meus colegas, teria gostado de trazer à colação um problema do sector agrícola. Todavia, um artigo publicado recentemente no *Wall Street Journal* chamou-me particularmente a atenção, motivo por que considero um ponto de honra apresentá-lo ao Parlamento e expor-lhe os pedidos do seu autor.

O título do artigo, que considero suficiente para podermos compreender a que se refere, era: "Mr Barroso, Take Down Small Business Walls" ("Senhor Presidente Barroso, derrube as barreiras das pequenas empresas"). Este artigo não é senão um apelo à futura Comissão Europeia para, no centro das suas actividades, se concentrar em dar apoio às pequenas e médias empresas, que, durante uma crise, são extremamente vulneráveis, e de modo algum se obrigar a implementar a *Lei das Pequenas Empresas*, de 2008. O Parlamento Europeu tem obrigação de assegurar que estas medidas sejam implementadas adequada e eficazmente, porquanto elas são necessárias a mais de 20 milhões, mais às pequenas e médias empresas da União Europeia.

**Evgeni Kirilov (S&D).** – (BG) Senhor Presidente, no início de Agosto ocorreu uma inacreditável tragédia na República da Macedónia que abalou a opinião pública búlgara. Spaska Mitrova, uma cidadã macedónia de 23 anos e mãe de uma criança de tenra idade, foi levada à força para uma esquadra de polícia e depois transferida para a abominável prisão de Idrizovo, tendo-lhe sido retirada a criança. A polícia teve de a arrastar pelos cabelos do último andar até ao rés-do-chão do edifício porque ela não queria separar-se da filha. Foi condenada a três meses de prisão porque não quis alojar o seu ex-marido no quarto da criança. Podem imaginar as implicações disto. A Spaska Mitrova foi também concedida nacionalidade búlgara no início deste ano. Esta parece ter sido a principal razão do tratamento desumano de que foi vítima, e o caso dela não é único. Há cerca de dois anos, perguntei ao actual Ministro dos Negócios Estrangeiros macedónio: "Por que razão existe tanto ódio contra os macedónios que obtiveram nacionalidade búlgara?". Ao que ele respondeu: "Eles constituem vestígios do passado". Dado que os esforços envidados pelo Presidente e pelo Governo búlgaros ainda não surtiram efeitos, lanço um apelo ao Senhor Comissário Olli Rehn para tomar conhecimento deste evidente caso de injustiça num país que deseja iniciar as negociações de adesão.

**Jelko Kacin (ALDE).** – (SL) A Itália deseja impor um terminal de gás terrestre na fronteira com a Eslovénia sem proceder a uma consulta. Todavia, a União Europeia fundou-se sobre a confiança mútua e as boas relações de vizinhança. O fornecimento de fontes de energia nocivas para o ambiente exige uma conservação especial do ambiente, mas, essencialmente, exige também honestidade.

Ao pretender ocultar da Eslovénia as consequências negativas que as suas actividades terão sobre o ambiente transfronteiriço, a Itália está a prejudicar todos os envolvidos, incluindo-se a si própria, mas, fundamentalmente, as pessoas que vivem na imediações das instalações em causa. Os cidadãos e o Governo eslovenos opõem-se firmemente a este terminal.

Mentir em frente às câmaras pode ser a forma utilizada pelo Sr. Berlusconi para garantir a sua sobrevivência política na Itália. Todavia, esse tipo de comportamento não pode nem deve ser tolerado como uma prática deliberada na União Europeia. Isto é inadmissível.

Trata-se de uma violação flagrante dos princípios da União Europeia, e a Itália está a adoptar uma atitude manipuladora em detrimento da vida humana e do ambiente. Está a utilizar o logro internacional numa tentativa de construir um terminal terrestre em Žavlje (Aquilinia) no Golfo de Trieste, que é já extremamente estreito. Está a causar a degradação do ambiente, a destruir as perspectivas de coexistência comum na fronteira e a dar um mau exemplo aos futuros Estados-Membros.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL).** - Senhor Presidente, é muito preocupante o que se está a passar com a antiga fábrica de calçado de origem alemã, Rhode, situada em Santa Maria da Feira e agora denominada Sociedade Luso-Alemã de Calçado.

Esta empresa já empregou cerca de 3.000 trabalhadores mas, depois dos problemas na Alemanha, reduziu o emprego e actualmente tem aproximadamente 1000 trabalhadores, na sua maioria mulheres, estando a maior parte com redução de trabalho e de salários, receando-se que a seguir às eleições em Portugal haja o encerramento da empresa.

Ora, sabendo-se que neste município o desemprego não pára de aumentar, atingindo já largos milhares de trabalhadores, designadamente nas áreas do calçado e da transformação de cortiça, apelamos a que haja uma intervenção especial e urgente, de forma a impedir mais um grave atentado à produção e ao emprego numa zona tão fustigada pelo desemprego.

**Nicole Sinclair (EFD).** – (EN) Senhor Presidente, não aceito que este Parlamento ou qualquer outra Instituição da UE dite leis ao Reino Unido.

Fui enviada pelos meus eleitores para vos dizer que não querem que, diariamente, 45 milhões de libras do seu dinheiro sejam despendidas na União Europeia. Queremos que esse dinheiro seja gasto no Reino Unido,

nas nossas escolas, nos nossos hospitais e nas nossas infra-estruturas, e não desperdiçado na corrupção das vossas contas, em processo de auditoria há 14 anos.

A mensagem dos meus eleitores para a Comissão é simplesmente: regressem à vossa burocracia e preparem-se para a retirada do Reino Unido da trapalhada marcada pela corrupção e votada ao infortúnio que é a União Europeia.

**Diane Dodds (NI).** – (EN) Senhor Presidente, este Parlamento, nos últimos anos, tem dado mostras de união face à ameaça do terrorismo mundial. No meu círculo eleitoral da Irlanda do Norte, conhecemos bem a dor do terrorismo. Sim, assistimos, nos últimos anos, a uma transformação na Irlanda do Norte, mas aqueles que procuram provocar banhos de sangue não deixaram de existir.

Na semana passada, na mais recente série de incidentes, uma bomba de 600 libras foi armada por dissidentes republicanos e descoberta no Sul de Armagh. Caso não tivesse sido descoberta, várias vidas teriam sido perdidas. Na Irlanda do Norte, não esquecemos as vítimas do nosso passado e do terrorismo. Essa a razão por que gostaria de pedir ao Parlamento que apoiasse a campanha para a obtenção de compensações por parte da Líbia. A Líbia forneceu armas ao IRA. Essas armas ceifaram muitas vidas e deixaram outras destruídas. Deve ser responsabilizada por isso.

**Eduard Kukan (PPE).** – (SK) No início de um novo mandato, não nos deveríamos esquecer da nossa responsabilidade comum no desenvolvimento pacífico do continente europeu, de modo a assegurar uma vida pacífica e próspera aos nossos cidadãos. Também temos de mostrar aos nossos cidadãos que estamos aqui para eles, para os servir.

Temos de ter sempre isto em mente, mesmo quando existem problemas entre dois membros da nossa família. A forma europeia de resolver as questões consiste num diálogo adequado entre parceiros com o objectivo de encontrar uma solução sensata, não em ignorar a outra parte e em apresentar as questões directamente a instituições europeias como esta.

O diálogo mútuo racional e constante também constitui a forma de tirar o solo fértil aos extremistas de ambos os lados da fronteira, cortando, assim, pela raiz ou restringindo severamente actividades potencialmente perigosas que eles possam vir a levar a cabo no futuro.

**Rovana Plumb (S&D).** – (RO) A luta contra o racismo está a ser empreendida através de fortes políticas europeias. Todavia, em menos de uma semana, políticos alemães e britânicos têm estado a enlamear os trabalhadores romenos, quer por ignorância, quer motivados pela conquista da simpatia e dos votos da população. Afirmacões terríveis como *"Os Romenos espetavam-nos uma navalha tão depressa como olham para nós"*, feita no decurso de um comício público no RU, ou comentários feitos por um político alemão, afirmando que os romenos não vêm trabalhar por 07.00 e não sabem o que têm a fazer, constituem um importante motivo de preocupação. Estamos a pensar em políticas europeias destinadas a combater o racismo, coisa que constitui o nosso objectivo comum. Não obstante, que fazemos quando estas afirmações são feitas por colegas nossos, políticos de grandes Estados-Membros da União Europeia?

**Izaskun Bilbao Barandica (ALDE).** – (ES) Senhor Presidente, na passada semana, três navios atuneiros bascos de Bermeo foram novamente ameaçados por piratas da Somália. Estamos preocupados com estes repetidos ataques contra navios pesqueiros naquela zona. A realidade é que as vítimas se sentem inseguras e o Governo espanhol não actua. De acordo com os pescadores, estes ataques podem vir a agravar-se com a chegada das monções.

Assim, antes que seja demasiado tarde, quero dizer ante esta Câmara que precisamos urgentemente de escoltas militares armadas para estes barcos. Há Governos europeus, como o francês e o italiano, que o fizeram, e com sucesso.

A Comissão deveria, pois, recomendar a todos os Estados-Membros que tomem medidas imediatas e eficazes como esta. Precisamos de alargar urgentemente às zonas de pesca os critérios de protecção que já foram estabelecidos para as rotas da marinha mercante

Esta Câmara tem um problema que foi enunciado na Resolução sobre pirataria de 23 de Outubro do ano transacto.

Finalmente, gostaria de reiterar a nossa convicção de que a Europa necessita de uma política externa e de segurança comum que torne as instituições europeias mais eficazes e credíveis face a este tipo de crise.



**Georgios Toussas (GUE/NGL).** – (EL) Senhor Presidente, os ataques assassinos das tropas alemãs, que fazem parte das forças de ocupação no Afeganistão, juntamente com os Estados Unidos da América, a União Europeia e a NATO, durante a ofensiva levada a cabo na região de Kunduz em 4 de Setembro de 2009, redundaram num massacre cujas vítimas ascendem a mais de 135 civis mortos e dezenas de feridos, incluindo muitas crianças, e são crimes de guerra contra o povo afegão.

Este ataque não foi, obviamente, contra os Talibãs, mas sim contra 500 civis. O banho de sangue diário, a organização de eleições marcadas pela violência e pela corrupção para colocar no poder fantoches da ocupação do Afeganistão, e a pobreza e a miséria que afligem o povo afegão revelam que as intervenções imperialistas dos Estados Unidos da América, da União Europeia e da NATO neste país ocupado – e numa série de outros países – a pretexto do combate ao terrorismo têm consequências desastrosas para as populações.

Tanto as declarações do novo Secretário-Geral da NATO, Anders Fogh Rasmussen, como as dos ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia têm um único objectivo: a continuação das intervenções contra os povos. Os povos de cada país e de cada Estado-Membro da União Europeia devem exigir e insistir para que as tropas abandonem os seus países e regressem ao país a que pertencem.

**Gerard Batten (EFD).** – (EN) Senhor Presidente, em 2 de Outubro, os irlandeses realizarão um referendo sobre o Tratado de Lisboa. O Tratado de Lisboa é praticamente idêntico ao Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, que foi totalmente rejeitado pelos Franceses e os Neerlandeses. O Tratado de Lisboa já foi rejeitado pelos Irlandeses uma vez, mas, no que toca à União Europeia, o “não” é sempre a resposta errada quando está em causa uma maior integração. E, assim, os Irlandeses são forçados a realizar um novo referendo para que possam dar a única resposta aceitável para a União Europeia – ou seja, “sim”.

A União Europeia está a destruir a democracia nos seus Estados-Membros. A UE assenta na desonestidade, no engano e na mentira. Os Britânicos vêem ser-lhes negado o referendo pelo nosso governo e a nossa classe política, que actuam com desdém, porque sabem que o resultado seria um rotundo “não”. Mas, independentemente do resultado na Irlanda, o Reino Unido sairá, um dia, da União Europeia e restaurará a sua independência nacional. É com orgulho que uso o meu cargo para fazer campanha pela retirada incondicional do Reino Unido da União Europeia.

**Presidente.** – Muito obrigado Senhor Deputado Batten. Dei-lhe mais 14 segundos, muito embora tenha feito uma afirmação incorrecta, a saber, que o Tratado de Lisboa é a mesma coisa que a Constituição.

**George Becali (NI).** – (RO) Senhor Presidente, gostaria de lhe falar de um projecto europeu, “Vozes da Juventude”, do qual tenho a honra de ter sido convidado para ser patrono. O objectivo deste projecto, em que participam jovens de todos os Estados-Membros, é eles identificarem e apresentarem soluções para os problemas sociais que enfrentam. Não peço apenas ao Senhor Presidente, mas também ao Presidente da Comissão Europeia que garantam que vamos prestar mais atenção às sugestões que eles nos fazem. Nestes tempos difíceis, é nossa responsabilidade garantir à Europa e, sobretudo, aos jovens cidadãos europeus, uma oportunidade inequívoca. A minha geração foi suficientemente afortunada para ser envolvida na reconstrução de uma Europa unida. Como representantes da Europa de hoje, mas, principalmente da Europa de amanhã, os jovens têm o direito de transformar aquilo que imaginam que será. Muito obrigado, e que Deus nos ajude.

**Presidente.** – Muito obrigado e agradeço-lhe também a sua capacidade de síntese.

**Csaba Sógor (PPE).** – (HU) O espectro da ideologia de extrema-esquerda e de extrema-direita, que reflecte as duas ditaduras que dominaram a Europa no século XX, volta a assombrar a União Europeia no séc. XXI. Temos um cidadão da UE a ser proibido de viajar para um outro país. A liberdade de circulação desta pessoa está a ser limitada. Um Estado encarcera 15 cidadãos, acusa-os de traição e proibi-os de sair do país porque vão debater no Fórum dos eurodeputados húngaros da bacia dos Cárpatos preocupações ligadas às minorias com compatriotas que partilham das mesmas. No país em questão, as pessoas são punidas por não falar bem a língua oficial nos hospitais, nas esquadras da polícia, nas casas para idosos e unidades de serviços de maternidade. A União Europeia não trata assim nem os imigrantes, muito menos pessoas que vivem neste território há um milhar de anos, onde um novo Estado foi constituído há apenas 17 anos. Motivo porque é tão importante implementar na União Europeia uma lei para a protecção das minorias que seja vinculativa em todos os países.

**Arlene McCarthy (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, gostaria de informar o Parlamento que, na semana passada, o Ministro da Justiça do Reino Unido, concedeu um indulto a Michael Shields, cidadão do meu

círculo eleitoral, tendo este sido libertado da prisão por ter cumprido quatro anos e meio por um crime que não cometeu.

O indulto a Michael Shields foi concedido com base em provas que demonstravam claramente que estava moral e tecnicamente inocente do crime. Havia sido detido, acusado e condenado pelo brutal ataque a Martin Georgiev, um empregado de mesa búlgaro, em 2005, em menos de oito semanas, apesar da falta de provas forenses, de um processo de identificação com falhas e de uma confissão assinada do ataque por outro homem, Graham Sankey.

Hoje, quero agradecer aos Presidentes Borrell e Pöttering e à Comissão das Petições do Parlamento por terem apoiado a campanha de Michael para que fosse feita justiça. Porém, este não é o fim do processo, e peço ao Presidente e à Comissão das Petições que continuem a apoiar a campanha de Michael Shields pela justiça e intercedam junto das autoridades búlgaras para que revejam, de imediato, o dossiê das provas. Isso é vital se quisermos que cada um dos nossos cidadãos acredite e tenha confiança na cooperação judicial e policial na Europa.

**Siiri Oviir (ALDE).** – (ET) A supervisão da banca é necessária. É esta a posição do Conselho Europeu e da Comissão Europeia. O estudo da Comissão Europeia sobre a protecção dos consumidores publicado em Fevereiro revelou várias tendências negativas na banca. Na qualidade de representante eleito da Estónia, desejo apresentar alguns exemplos da Estónia que dizem respeito a dois bancos suecos que operam no meu país. O problema é que estes bancos tratam os consumidores da Estónia de forma diferente dos consumidores do seu próprio país. Tanto as tarifas aplicadas aos serviços bancários como as taxas de juro são consideravelmente mais elevadas para os consumidores da Estónia. As taxas de juro, por exemplo, passam de 0,21% na Suécia para 12,2% na Estónia – ou seja, um valor 600 vezes superior.

Alegar a crise financeira para justificar uma desigualdade de tratamento vai ao arrepio dos valores da União Europeia. E gostaria de perguntar à Suécia, que detém actualmente a presidência da União Europeia, o que tem a dizer sobre este caso, e durante quanto tempo esta atitude dos bancos daquele país se manterá na Estónia.

**Hans-Peter Martin (NI).** – (DE) Senhor Presidente, afirmei que se impõe uma revolução democrática, e encontramos-nos agora perante uma situação insustentável para todos quantos, de sua livre vontade, não estão representados num grupo político neste Parlamento.

Queria pedir à Mesa que encontre uma solução amigável para a questão dos coordenadores. Neste ponto nós somos discriminados, já que não nos é permitido participar em reuniões de coordenadores em diversas comissões e ser activos. Teria todo o prazer em ajudar a evitar uma situação semelhante à que se verificou com o processo sobre discriminação intentado em 2001; nessa altura, uma acção intentada perante o Tribunal de Justiça Europeu resultou em que todas as decisões de coordenação tomadas até então foram consideradas ilegais. Uma solução dessas seria não só extremamente prejudicial para o Parlamento como desnecessária de um ponto de vista político.

Consequentemente, solicito à Mesa que tome medidas adequadas, com carácter de urgência, para pôr cobro a esta discriminação de que são vítimas os deputados não-inscritos e regressar aos métodos de trabalho honestos dos últimos dez anos.

**Carlos Iturgaiz Angulo (PPE).** – (ES) Senhor Presidente, o grupo terrorista ETA assassinou três pessoas em Espanha, três pessoas empenhadas na defesa da lei e da liberdade: um agente da polícia nacional e dois agentes da guarda civil. Gostaria de expressar a nossa solidariedade, apoio e afecto às famílias das vítimas.

A ETA é uma associação criminosa que não tem cabimento na Europa, pois na União Europeia não há lugar para o radicalismo, o totalitarismo ou para assassinos terroristas.

O Parlamento Europeu e todas as instituições europeias devem, pois, continuar a condenar os terroristas da ETA e continuar a trabalhar no sentido de eliminar e erradicar do nosso continente o cancro dos ataques terroristas cometidos pela ETA e pelos seus cúmplices.

Assim, na minha primeira intervenção nesta primeira sessão plenária ordinária do Parlamento Europeu desta legislatura, quero recordar e homenagear todas as vítimas do terrorismo da ETA, condenar, a partir desta Assembleia, a organização terrorista ETA e pedir que, enquanto europeus, todos unamos esforços, com a lei a nosso lado, para escorraçar a ETA e os seus acólitos, em benefício do País Basco, da Espanha e da Europa.

**Ioan Mircea Paşcu (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, pessoalmente, penso que é tempo de alterarmos a nossa abordagem dos problemas energéticos, nomeadamente, deslocando gradualmente a tónica da “segurança energética” – ou seja, a tentativa de garantir os nossos actuais abastecimentos a partir de fornecedores voláteis – para a “energia segura”, ou seja, a exploração total das fontes de energia sob controlo firme da UE.

Evidentemente, isso implicará uma acção paralela em ambas as essas vias durante algum tempo, até que o prato da balança penda para a segunda via, porque, na verdade, se a Europa quiser, efectivamente, tornar-se, enquanto tal, num actor credível a nível internacional, deverá, em primeiro lugar, conseguir o controlo sobre o seu abastecimento energético. Caso contrário, continuará a não passar de um conjunto de actores nacionais, cada um perseguindo os seus próprios interesses e, desta forma, vulnerável à tática da divisão para reinar imposta por fornecedores externos impiedosos.

**Chris Davies (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, há seis meses, o mundo ficou chocado diante da morte e da destruição impostos por Israel em Gaza. Hoje, as câmaras dos repórteres desapareceram, no entanto, o cerco económico continua. Menos de um quarto dos materiais e abastecimentos necessários às populações atravessam os pontos de passagem – apenas 18 itens no total. Não chega nada do que é necessário à reconstrução, às empresas, à criação de emprego ou à esperança. Israel está, com efeito, a manter um milhão e meio de pessoas numa espécie de campo de detenção, circundado por muros e patrulado por guardas armados.

Senhor Presidente, peço-lhe que transmita ao Presidente a necessidade de que visite Gaza, o mais rapidamente possível, a fim de ajuizar, por si próprio e em primeira mão, da situação. Se chegar à conclusão de que esta punição colectiva não é aceitável, então deverá falar em nome dos inocentes.

**Elisabeth Köstinger (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, a crise económica atingiu com especial gravidade a produção agrícola. Nomeadamente, a situação no sector dos lacticínios sofreu uma deterioração drástica nos últimos 20 meses. Com preços abaixo dos 0,21 euros, os produtores têm de vender o leite a preços abaixo dos custos de produção. A sobrevivência de muitas explorações familiares na UE está seriamente ameaçada e, actualmente, grande parte dessas explorações apenas sobrevive recorrendo às suas poupanças pessoais, situação que, obviamente, não é sustentável.

Os números da Comissão dão-nos um quadro dramático da queda dos preços do leite e produtos lácteos. As medidas de apoio ao sector dos lacticínios são vitais para impedir o colapso da agricultura. A qualidade tem um preço, mas esse princípio parece já não se aplicar ao sector agrícola. Actualmente, o preço na produção parece não ter qualquer relação com o preço ao consumidor.

As nossas explorações agrícolas carecem urgentemente de medidas de apoio ao mercado. Disso depende a segurança do abastecimento alimentar europeu. Não esqueçamos que centenas de milhar de postos de trabalho na Europa dependem do bom funcionamento da agricultura.

**Joanna Senyszyn (S&D).** – (PL) Senhor Presidente, amanhã, o Presidente Barroso vai tentar obter o nosso apoio para assegurar um segundo mandato. Desejo recordar a Câmara que os trabalhadores dos estaleiros navais polacos recorreram reiteradamente à Comissão, solicitando uma decisão que lhes salvaguardasse os seus postos de trabalho. Não obtiveram qualquer ajuda, porque sob a liderança do Presidente Barroso a Comissão demonstrou uma total falta de preocupação pelos problemas que afectam os trabalhadores. Milhares de trabalhadores dos estaleiros navais polacos ainda estão a sentir as consequências nefastas da política anti-social da Comissão dirigida às suas comunidades. Deveríamos recordar que fomos eleitos a este Parlamento para representar os cidadãos, mas este não é o tipo de política nem o tipo de União que os nossos eleitores esperam.

Se dermos o nosso apoio ao Presidente Barroso, nada mudará. As actividades da Comissão e as suas iniciativas legislativas afastar-se-ão cada vez mais das necessidades da Europa. Temos de designar um Presidente e Comissários que assegurem que os objectivos sociais têm prioridade sobre os objectivos económicos. Temos de optar por uma Europa social na qual o destino dos trabalhadores seja considerado tão importante como os lucros. Senhoras e Senhores Deputados, não devemos deixar-nos levar por palavras belas utilizadas para esconder políticas implacáveis e desumanas da direita.

**Bill Newton Dunn (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, gostaria de referir aqui o caso de John Zafirooulos, detido na Grécia. A família de John Zafirooulos, residente no meu círculo eleitoral, está convicta da sua inocência. No início deste ano, escrevi ao Ministro da Justiça grego sobre este caso, mas não obtive resposta. Por isso, numa intervenção de um minuto, aqui, no período de sessões de Maio, levantei a questão.

Imediatamente depois dessa minha intervenção aqui, a Representação Permanente da Grécia correu ao meu gabinete e prometeu-me uma resposta imediata do próprio Ministro. Quatro meses depois: nada.

Se a Representação Permanente da Grécia estiver a ouvir-nos hoje neste hemiciclo, gostaria de manifestar a minha surpresa e decepção por nada ter acontecido. Será que poderão obter uma resposta do Ministro e voltar a estudar o caso de John Zafirooulos?

**Ioannis Kasoulides (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, durante a invasão turca de Chipre, em 1974, um jornalista turco fotografou 14 soldados cipriotas que se rendiam ao exército turco. Esta fotografia tornou-se o símbolo da procura pela sorte das pessoas desaparecidas. Os corpos daqueles soldados foram, há algumas semanas, identificados através do ADN, 35 anos depois de terem sido mortos e atirados para um poço na parte ocupada da Ilha a Norte. Fica assim demonstrada a flagrante violação da Convenção de Genebra pelo exército turco, responsável por prisioneiros que a ele se renderam.

Insto este Parlamento a apelar à Turquia para que coopere com o Comité das Nações Unidas para as Pessoas Desaparecidas, disponibilizando os seus registos e permitindo o acesso a duas parcelas de terreno em Lapithos, designadas por "zonas militares restritas", onde se crê estarem enterrados outros 800 prisioneiros.

**Derek Vaughan (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, este Parlamento realizará vários debates e tomará diversas decisões importantes sobre questões orçamentais. Estamos, é certo, actualmente a analisar o orçamento para 2010, e haverá várias questões a resolver antes de podermos chegar a acordo. Este Parlamento dará igualmente início, em breve, ao debate sobre as novas Perspectivas Financeiras para o período pós 2013.

Porém, teremos igualmente pela frente a revisão intercalar do quadro financeiro, e parece-me que praticamente esquecemos esse facto. Não deveríamos esquecê-lo, porque nos dará grandes oportunidades para o futuro. Dar-nos-á a oportunidade de voltar a analisar as nossas prioridades. Dar-nos-á a oportunidade, por exemplo, de atribuir mais fundos ao novo plano europeu de relançamento da economia. Dar-nos-á também, talvez, a oportunidade de dispor de financiamentos extraordinários para as medidas que saírem de Copenhaga até ao final do ano.

Considero que este Parlamento não deverá descorar esta questão. Este Parlamento deverá continuar a pressionar o Conselho e a Comissão para que voltem a ponderar na referida revisão intercalar e a dar-nos a oportunidade de apresentar as nossas prioridades.

**Pál Schmitt (PPE).** – (HU) A liberdade de expressão, Senhor Presidente, incluindo a liberdade de escolher a língua em que nos queremos expressar, é um direito humano fundamental. Uma língua é um símbolo de suprema importância para as pessoas que a falam, a base da sua própria identidade. Todos aqueles que pensam assim sobre a sua própria língua devem respeitar a língua de qualquer outra comunidade. Porém, uma das línguas oficiais da UE, o húngaro, tem vindo a ser ultimamente alvo de ataques na Eslováquia, em moldes que contrariam absolutamente as convicções europeias. A sua lei relativa ao regime linguístico discrimina de forma gritante uma forte comunidade húngara de meio milhão de elementos, recusando-lhe o direito a falar a sua própria língua. Nalguns casos, pode também ser imposta uma multa de 5 000 euros.

A União Europeia tem um compromisso com a diversidade cultural e linguística e, inclusivamente, tendo presente esse espírito, foi até nomeado um Comissário para o multilinguismo. A Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias, que também foi ratificada pela Eslováquia, garante o direito dos cidadãos a falarem a sua língua materna nos vários níveis de ensino, no tratamento de questões administrativas, nas instituições públicas e documentos oficiais. O verdadeiro pilar das instituições da UE não pode admitir que um dos Estados-Membros viole tão abertamente as regras fundamentais da UE e lance um ataque contra os direitos das minorias sem se manifestar.

**Bogusław Liberadzki (S&D).** – (PL) O Parlamento debateu a situação da construção naval polaca há poucos meses. Foi alcançado um acordo. O senhor deputado Schulz, o presidente do nosso grupo político, confirmou em nome do grupo que o Parlamento não acordou em abolir dezenas de milhares de empregos nos estaleiros navais e nas empresas suas fornecedoras. O senhor deputado Schulz confirmou que o Parlamento não concordou com o encerramento deste sector na Polónia, nem com a consequente redução da capacidade industrial europeia.

Decorreram seis meses e a situação é a seguinte. O governo não conseguiu privatizar os estaleiros navais, a Comissão não teve em conta, de forma alguma, a posição do Parlamento, os estaleiros não estão a produzir, o futuro é incerto, houve pessoas que perderam os seus empregos e ficaram na expectativa. Deve ser obviamente consensual entre nós que esta Comissão não tem qualquer conceito de política industrial europeia,

e que não foi capaz de compreender que os navios foram necessários no passado, que são necessários no presente e que continuarão a ser necessários nos próximos anos.

**Tunne Kelam (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, em 23 de Agosto de 2009, celebra-se o 70º aniversário do infame Pacto Soviético-Nazi que dividiu a Europa. Penso que se trata de um exemplo chocante da forma como extremos políticos, aparentemente opostos, podem aproximar-se. Ambos, Moscovo e Berlim acordaram, então, que a primeira tarefa que se impunha era pôr fim à ordem política democrática na Europa; Ambos, Moscovo e Berlim procuraram atingir o domínio do mundo. Por conseguinte, não deveremos esquecer nunca que foram necessários dois ditadores para lançar a Segunda Guerra Mundial.

Estaline, quatro dias depois de ter assinado o Pacto, explicou a sua intenção aos seus camaradas: "É do interesse da União Soviética que a guerra estale entre o Reich e o bloco capitalista anglo-francês. Tudo deverá ser feito para que a guerra dure o máximo de tempo possível a fim levar ambas as partes à exaustão. Então disporemos de uma grande arena para desenvolver a nossa revolução mundial."

Gostaria de recordar aos senhores deputados a resolução do Parlamento Europeu, de Abril último, que visava proclamar o dia 23 de Agosto Dia Europeu da Memória das Vítimas do Estalinismo e do Nazismo.

**Boris Zala (S&D).** – (SK) Ouvimos intervenções de muitos deputados húngaros do Parlamento Europeu, tanto na última sessão do Parlamento como nesta, a criticarem a lei eslovaca relativa à língua. Gostaria de referir, simultaneamente, que vos foram enviados a todos documentos com diversos argumentos, sendo que, a maioria deles, para dizer com franqueza, não passam de interpretações incorrectas, invenções e até mentiras deliberadas.

A lei eslovaca relativa à língua respeita plenamente todas as questões dos direitos humanos e o direito da protecção das línguas das minorias. Na minha opinião, os deputados húngaros do Parlamento Europeu estão a seguir uma política muito perigosa, provocando sem rodeios e directamente extremismo, tanto na Hungria, como nos países vizinhos. Penso que deveriam compreender que esta é uma política altamente perigosa e, como ouvimos hoje, deveriam pôr cobro a estas invenções.

**Alojz Peterle (PPE).** – (SL) Recebi pedidos de um grande número de cidadãos eslovenos e italianos para que chamasse a atenção deste Parlamento para a pretensão da Itália de construir um terminal de gás terrestre no Golfo de Trieste.

Partilho a preocupação das organizações ambientais eslovenas e italianas de que este terminal de gás possa exercer uma maior pressão naquela que é já uma zona ambientalmente muito vulnerável. Refiro-me aos mares do Golfo de Trieste e à sua grande zona de influência urbana. Estas organizações manifestaram ainda dúvidas quanto à exactidão dos documentos utilizados na avaliação de impacto ambiental.

Exorto também os Governos da Itália e da Eslovénia a trabalharem conjuntamente neste projecto no espírito do memorando que assinaram em Setembro do ano passado. Ou seja, exorto-os a trabalharem conjuntamente nas avaliações de impacto ambiental no norte do mar Adriático e no Golfo de Trieste, respectivamente. Espero ainda que, na sequência da realização dessa avaliação, os governos possam chegar a acordo quanto a um local mais adequado para este terminal de gás do que o Golfo de Trieste.

**Liisa Jaakonsaari (S&D).** – (FI) Senhor Presidente, concordo com a minha colega da Estónia, senhora deputada Oviir, em que a crise económica está longe de ter chegado ao fim. Está a surgir por toda a parte na Europa um tipo peculiar de optimismo, apesar de o desemprego estar a aumentar, de as economias nacionais estarem a endividar-se, de a população estar a envelhecer, e de uma espécie de guilhotina tripla pairar sobre a Europa, e, apesar de tudo isto, declarou-se que a recessão chegou ao fim. Está a preparar-se uma estratégia de saída, como se não necessitássemos de prosseguir uma estratégia de recuperação. A Europa iniciou a estratégia de recuperação e fez frente à crise económica de uma forma muito positiva e exemplar, ao ponto de os Estados Unidos da América terem aprendido com a Europa e terem seguido o seu exemplo, mas, depois disso, a Europa abrandou completamente. Além disso, este falso optimismo está também a conduzir a soluções erradas. A crise económica não foi ultrapassada.

**Marian-Jean Marinescu (PPE).** – (RO) A constituição da Aliança para a Integração Europeia, na sequência das eleições antecipadas, realizadas em 29 de Julho de 2009, reconfirma o compromisso pro-europeu dos cidadãos da República da Moldávia. Tomou-se uma medida extremamente importante que nem a Moldávia, nem a União Europeia podem permitir-se não tratar devidamente.

A situação política ainda é frágil, motivo por que o êxito da Aliança e, por conseguinte, de uma Moldávia democrática, depende enormemente do apoio dado pelos seus parceiros europeus. A Moldávia assumiu a

responsabilidade de seguir uma linha de acção pro-europeia. A responsabilidade da União Europeia é facilitar que siga o seu rumo nesta via.

Actualmente, a preferência do povo moldavo pela opção europeia também é demonstrada a nível político. Essa é a razão por que devemos dar o nosso apoio incondicional à Aliança para a Integração Europeia da República da Moldávia, uma vez que ela representa a única possibilidade da sua integração gradual, não obstante rápida, na família europeia. Exorto a Comissão Europeia a negociar, urgentemente, a assinatura de um novo acordo com a República da Moldávia e a usar todos os recursos necessários para ajudar essa república a emergir da difícil situação financeira em que se encontra.

**Csaba Sándor Tabajdi (S&D).** – (HU) A credibilidade da União Europeia fica absolutamente comprometida se apenas se manifestar sobre casos de violações dos direitos humanos cometidas no exterior da UE, mas não protestar no caso de uma grave violação dos direitos humanos como a que acabou de ter lugar na Eslováquia em consequência da sua Lei relativa ao regime linguístico, o que também desencadeou uma tensão sem paralelo nas relações entre as comunidades maioritária e minoritária.

A língua da minoria tem-se subordinado à língua da maioria, como também se exprimiu o senhor Vollebaek, o Alto-comissário da OSCE para as Minorias Nacionais. Gostaria de dizer ao meu colega, o deputado Boris Zala, que, de bom grado, dispensaríamos a necessidade de levantar esta questão aqui, no Parlamento Europeu. Fi-lo apenas porque entrou em vigor uma lei na Eslováquia que restringe gravemente o uso das línguas minoritárias e discrimina a comunidade húngara que vive nesse país. Essa a razão por que será da responsabilidade da próxima Comissão e de José Manuel Barroso promover fóruns em que estes casos possam ser analisados, como também afirmou Leonard Orban na sua carta. A Eslováquia tem de honrar os seus compromissos internacionais, a Convenção Quadro para a Protecção das Minorias Nacionais e a Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias.

**Piotr Borys (PPE).** – (PL) Senhor Presidente, solicitei o uso da palavra para me referir à missão no Afeganistão. Trata-se de um tema repleto de dificuldades para todos os envolvidos. Afecta a OTAN/NATO e a União Europeia. Desejo, em particular, salientar que deve ser colocada uma maior tónica na necessidade de ajuda humanitária, social e económica para o povo afegão, que lamentavelmente sofreu os efeitos da guerra durante 30 anos. Suscito esta questão na perspectiva de uma escalada de acções que incluem ataques a soldados no contexto das eleições presidenciais. Como todos sabemos, estes ataques tornaram-se cada vez mais frequentes e violentos na campanha para as eleições. Essa ajuda é particularmente importante no contexto do desenvolvimento da confiança e da reconstrução do país.

O Capitão Daniel Ambroziński das Forças Armadas polacas perdeu a vida recentemente no Afeganistão. Tudo leva a crer que a sua morte se deveu essencialmente à fraqueza do exército e da política afegãos, que sucumbiram ao suborno. Sabe-se que o exército e a polícia afegãos enfrentam dificuldades financeiras. Segundos os meios de comunicação social, os soldados afegãos têm sorte se chegarem a ganhar 20 dólares norte-americanos. É importante que os esforços militares sejam acompanhados de ajuda social, humanitária e económica.

**Presidente.** – Vinte segundos para o senhor deputado Kelly, para uma brevíssima réplica.

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, gostaria apenas de dizer, muito brevemente, que foi proferida esta noite, por parte de um colega britânico, uma declaração errónea e algo paternalista acerca do referendo ao Tratado de Lisboa na Irlanda. A Irlanda não foi forçada por ninguém a votar uma segunda vez sobre Lisboa. Tratou-se de uma decisão tomada de forma independente pelo Parlamento Irlandês e que será levada a cabo de forma independente pelo povo irlandês. Com efeito, não fomos forçados a nada desde que ganhamos a nossa independência face ao Reino Unido em 1922.

**Presidente.** – Senhoras e Senhores Deputados, tivemos 39 intervenções em 45 minutos. Creio que trabalhámos bem – foi um bom debate – e desejo as maiores felicidades sobretudo a todos aqueles que fizeram o seu primeiro discurso. Gostaria especialmente de salientar a necessidade de a Comissão ter em conta as observações feitas neste debate, ou então este Parlamento não passará de um lugar onde desabafamos. A Comissão esteve atenta. Reparei que os nossos Comissários estiveram muito atentos e que darão seguramente seguimento às observações de todos os nossos colegas.

## 20. Reestruturação da indústria automóvel europeia, em particular o caso da Opel (debate)

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre a reestruturação da indústria automóvel europeia, em particular o caso da Opel.

**Vladimír Špidla**, *Membro da Comissão.* – (DE) Senhor Presidente, Senhores Deputados, agradeço a oportunidade que hoje me dão de comentar a situação na indústria automóvel europeia, o que me permitirá informá-los de uma série de aspectos da nossa resposta europeia à crise e dos progressos na situação do grupo General Motors. Comentarei a política industrial e os aspectos sociais, enquanto a minha colega Comissária, Neelie Kroes, se ocupará da legislação relativa a auxílios estatais.

Doze milhões de postos de trabalho dependem, directa ou indirectamente, dos fabricantes automóveis europeus. Por essa razão, em Outubro de 2008 a Comissão encontrou-se com todas as partes interessadas - incluindo Estados-Membros e parceiros sociais - no âmbito do processo CARS-21, a fim de discutir uma forma de gerir conjuntamente a crise. Os prémios ao desmantelamento e os auxílios financeiros complementares do Banco Europeu de Investimento (BEI) foram nessa altura debatidos como forma de impedir que um sector de importância tão fundamental do ponto de vista da política de emprego soçobre no sorvedouro da crise.

Temos de actuar também de forma a garantir que a crise não põe em risco os progressos que obtivemos através do requisito legal de reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> dos veículos de passageiros até 2012. Mais tarde voltarei a este assunto. A preocupação com a situação na General Motors levou a Comissão a convocar uma reunião política de todos os Estados-Membros em Janeiro deste ano, para garantir transparência e a conformidade com a legislação europeia. Desde então realizaram-se três reuniões, que permitiram que os 27 Estados-Membros chegassem a acordo político, o qual foi publicitado.

A primeira medida política acordada foi a solução de gestão fiduciária coordenada pela Alemanha como melhor forma de proceder para proteger a General Motors Europa da insolvência que caracterizou a empresa-mãe, sediada nos Estados Unidos. Neste momento, podemos confirmar que essa solução de gestão fiduciária impediu que as fábricas de automóveis europeias da GM fossem arrastadas para a insolvência, com a empresa-mãe.

Segundo ponto sobre o qual se chegou a acordo: a solução de gestão fiduciária não implicava qualquer juízo quanto ao proponente que iria adquirir a empresa. Relativamente aos proponentes, a Comissão proclamou, como premissa, a sua neutralidade - ou não estaria a cumprir cabalmente o seu papel como guardião dos Tratados.

Ficou também decidido que quaisquer medidas de protecção nacionais deveriam sempre estar em total conformidade com as disposições do Tratado sobre auxílios estatais e mercado interno. Além disso, os auxílios estatais não devem depender de condicionamentos políticos como a localização do investimento. O Tratado da União Europeia não permite nacionalismos económicos. Os dinheiros públicos poderão ser utilizados apenas excepcionalmente e apenas quando daí resultarem estruturas económicas orientadas para o futuro e que salvaguardem, no futuro, postos de trabalho. Todas as decisões devem seguir uma lógica meramente económica mas, como antes informei, será a Comissária Nelly Kroes a explicar em pormenor as questões relacionadas com auxílios estatais.

O facto de a GM manter 35% das acções é uma indicação clara de que está a contar com a retoma económica da sua antiga subsidiária europeia. Saúdo também o facto de 10% das acções ficarem na posse dos empregados. A Comissão tem mantido conversações com todos os envolvidos, tanto a nível laboral como político, desde Janeiro de 2009. Todos os Estados-Membros – e, hoje, também o nosso Presidente flamengo – saúdam e apoiam a posição da Comissão sobre o futuro da General Motors Europa. A Comissão dispõe de todos os instrumentos para garantir a observância dos acordos. Friso, uma vez mais, que não permitiremos que o dinheiro dos contribuintes seja gasto de acordo com considerações políticas de curto prazo em vez dos interesses de longo prazo das fábricas e dos postos de trabalho. Numa altura de crise, é natural que muitas pessoas digam que “caridade bem ordenada por nós é começada”. Na qualidade de Comissário responsável pelos assuntos sociais espero, porém, que se encontre uma solução europeia para a Magna, assim como para a GM e a New Opel.

O debate sobre o futuro da General Motors Europa não deve impedir-nos de ver que a situação da indústria automóvel europeia é drástica. Mesmo antes da crise já havia excesso de capacidade, mas a crise exacerbou

a situação. No último trimestre de 2008 o número de registos caiu cerca de 20% e calcula-se que, em todo o ano de 2009, diminuam mais 11%. O prémio ao desmantelamento, adoptado por 12 Estados-Membros, pôs termo à queda livre do mercado, mas apenas no sector dos automóveis de passageiros.

Já referimos a situação, extremamente difícil, de todo o sector automóvel em Janeiro de 2009. Os dados relativos às vendas são catastróficos. Os números não permitem prever uma recuperação. Toda a indústria dos fornecedores automóveis sofrerá graves consequências. O principal responsável por gerir a crise é, obviamente, a própria indústria automóvel. Com o intuito de proteger os trabalhadores afectados o BEI, os Estados-Membros e a Comissão tomaram disposições em termos financeiros que permitirão suavizar as consequências sociais no sector.

O Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, adoptado pela Comissão dois anos antes da crise, recebeu sete candidaturas de seis países, sempre no sector automóvel, nos dois últimos anos. Com aproximadamente 40 milhões de euros, ajudamos cerca de 7 000 trabalhadores a regressar ao mercado de trabalho. Criámos também um fórum de discussão dos próximos passos de reestruturação, os quais deverão ser executados de modo responsável do ponto de vista social. Saudamos o facto de muitos fabricantes automóveis terem sido capazes de impedir uma dramática redução de postos de trabalho através de medidas como horários de trabalho reduzidos e outras formas flexíveis de trabalho, e isto quase sempre com a concordância dos parceiros sociais.

Todas as partes interessadas na indústria automóvel europeia concordam quanto às perspectivas de longo prazo da indústria automóvel Europeia a saber, que na Europa temos de construir os veículos mais avançados do mundo, ou seja, os veículos mais limpos, mais eficazes do ponto de vista energético e mais seguros. Significa esta estratégia que é necessário dar um salto em frente em termos de tecnologia automóvel. Estamos a tentar concretizá-lo com o apoio do BEI e do 7.º Programa-Quadro de Investigação. A Comissão continuará, simultaneamente, a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para proporcionar condições básicas fiáveis para essa indústria fundamental e para os que nela trabalham.

**Neelie Kroes**, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, deter-me-ei sobre o financiamento público da Opel/Vauxhall por um ou mais governos europeus.

Com sabem, na última Quinta-feira, a Opel Trust, na qual a General Motors (GM) e as autoridades alemãs possuem representação idêntica, anunciou ter aprovado a venda pela GM de uma parte maioritária das suas unidades europeias da Opel/Vauxhall ao consórcio da Magna International e da Sberbank. Esta decisão dos proprietários da Opel foi apoiada pelo Governo alemão. O Governo alemão prometeu conceder fundos públicos até 4,5 mil milhões de euros à nova Opel, com a possível participação de outros governos europeus.

Senhor Presidente, a Comissão manteve-se em contacto com todos os Estados-Membros em causa ao longo do processo que conduziu a esta transacção, estando igualmente ciente das controvérsias relacionas com o mérito dos planos de reestruturação apresentados pelos diferentes proponentes, incluindo das dúvidas expressas publicamente por determinados membros da Opel Trust.

No que se refere ao financiamento público da transacção da GM/Magna, formos informados de que o Governo alemão tenciona recorrer a um regime previamente aprovado ao abrigo do quadro comunitário temporário relativo às medidas de auxílio estatal para apoiar o acesso ao financiamento no contexto da actual crise financeira e económica.

Senhor Presidente, tenciono avaliar criteriosamente se esse regime pode ser utilizado neste caso e, como certamente compreenderá, não posso tomar uma posição neste momento, uma vez que o acordo ainda não foi finalizado, existindo, aliás, ainda um certo número de aspectos que estão em fase de negociação. No entanto, neste momento, é de toda a importância que chame a sua atenção para as principais considerações. Cumpre-me, em particular, salientar que os auxílios estatais concedidos ao abrigo do quadro temporário não podem ser sujeitos, *de jure* ou *de facto*, a condições adicionais no que toca à localização ou à distribuição geográfica dos esforços de reestruturação. Essas condições criariam – e sou muito clara a este respeito – distorções inaceitáveis no mercado interno e poderiam despoletar uma corrida aos subsídios, que prejudicaria substancialmente a economia europeia no actual momento, extremamente delicado. Mais, se a reestruturação de uma empresa europeia fosse determinada por condições não comerciais ligadas ao financiamento público, existiria o risco de a empresa não conseguir restaurar a sua viabilidade de longo prazo, sendo que esse risco para a viabilidade é ainda maior devido ao actual estado enfraquecido de toda a indústria automóvel europeia. A indústria automóvel europeia, como todos sabemos, sofre de uma considerável sobrecapacidade. Por conseguinte, uma reestruturação falhada acarretaria grandes prejuízos para a empresa e os seus trabalhadores,



consequências negativas para todo o sector e o desperdício do dinheiro dos contribuintes. Estes princípios constituem as linhas orientadoras da minha avaliação do caso da Opel.

Verificarei se existem condições não comerciais e proteccionistas relacionadas com o financiamento público, *de jure* ou *de facto*, analisando a Comissão não apenas as condições jurídicas que poderão estar ligadas ao pacote final da ajuda, mas também todo o contexto em que a ajuda é concedida. Interessar-me-ei, em particular, por averiguar se as autoridades alemãs relacionaram, efectivamente, as disposições da ajuda a um único proponente e, se assim for, perceber por que razão consideraram o plano comercial desse proponente preferível de um pronto de vista industrial e comercial.

A curto prazo, é lamentável que, devido ao actual estado de sobrecapacidade da indústria automóvel, qualquer plano para restaurar a rentabilidade da Opel/Vauxhall exija perdas de postos de trabalho em toda a empresa e encerramentos programados; todos os planos para salvar a Opel/Vauxhall apresentados por potenciais investidores previram o encerramento de unidades fabris e a redução dos postos de trabalho. No entanto, uma reestruturação social é a única forma de assegurar empregos viáveis e estáveis para o futuro, e a Comissão não pode, e não deverá, tentar ditar os sectores em que deverão recair esses cortes, nem pode tentar evitá-los. No entanto, fiscalizaremos o processo com toda cautela, a fim de assegurar que o mesmo assente em considerações comerciais que visem permitir um emprego sustentável, e não em motivos proteccionistas.

**Werner Langen**, em nome do Grupo PPE. – (DE) Senhor Presidente, no Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas Cristãos) saudamos calorosamente a confirmação, pelo Comissário Vladimír Špidla, de que as autoridades europeias estiveram envolvidas em três áreas deste longo e arrastado processo de mudança de propriedade de uma empresa automóvel.

Como segunda observação, quero dizer que concordo com a Comissária Neelie Kroes: há que verificar cuidadosamente a existência ou não de considerações não comerciais. Pediria, contudo, à Comissão que fosse célere. Não necessariamente tão célere como no caso da tomada de controlo dos bancos holandeses e belgas, que ocorreu num espaço de 24 horas, quando sabemos que o mesmo processo exige 24 meses para os bancos alemães; peço, ainda assim, que esse processo de verificação seja realizado com rapidez e determinação.

Em terceiro lugar, é certo que o mercado apresenta excessos de capacidade, aliás a uma escala tremenda. Em 2007 foram vendidos, em todo o mundo, 58 milhões de automóveis, enquanto a capacidade de produção era de 72 milhões. Dito de outro modo, a reestruturação da indústria – incluindo a indústria dos veículos amigos do ambiente – está em pleno andamento e as partes mais afectadas são os fabricantes de veículos pesados.

A Opel, claramente, não é um fabricante de veículos pesados, mas de veículos eficientes do ponto de vista energético. A Opel teve problemas. Teve perdas. Os seus veículos são eficientes, tecnologicamente sofisticados e estou certo de que a empresa – mesmo que não beneficie da presença no mercado das maiores marcas, visto tratar-se de uma empresa independente – poderá sobreviver se conseguir executar o seu plano de reestruturação.

No que se refere à reestruturação, li na imprensa que apenas uma fábrica seria afectada. Segundo as informações de que disponho ...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

**Presidente.** – Senhor Deputado Langen, desculpe, mas o senhor deputado Méndez de Vigo gostaria de beneficiar do procedimento "Cartão Azul" para lhe colocar uma questão, para fazer uma contestação. Se estiver de acordo, podemos dar a palavra ao senhor deputado Méndez de Vigo, se não, queira continuar.

Obviamente que continuará a dispor do mesmo tempo de intervenção. Terá mais 30 segundos.

**Íñigo Méndez de Vigo (PPE).** – (ES) Senhor Presidente, o senhor deputado Langen disse que o estudo da Comissão sobre a Opel deve ser concluído dentro de um prazo razoável. Senhor Deputado Langen, o que considera V. Exa. um prazo razoável?

**Werner Langen**, em nome do Grupo PPE – (DE) Como estava dizendo, há que permitir que o processo avance, não devemos obstruí-lo. Em última análise, é isso que está em causa. Quando olho para exemplos do sector da banca, onde o processo demorou anos, vejo que um período mais curto do que o que foi necessário em alguns casos alemães seria decerto mais adequado.

Gostaria de concluir com o seguinte: se as informações de que disponho são correctas, o plano visa, no total, a perda de 10 500 postos de trabalho, num total de 50 000, 4 500 dos quais na Alemanha, e o resto nas outras unidades da Opel. Creio que se justifica pedirmos à Comissão que verifique se esta informação está correcta e se essas reduções de postos de trabalho não serão feitas de acordo com critérios políticos; aguardamos com ansiedade – acompanhando os trabalhadores – aquele que esperamos seja um brilhante futuro.

**Presidente.** – Gostaria de agradecer aos senhores deputados Langen e Méndez de Vigo, pois creio que esta foi a primeira experiência, o primeiro teste a este procedimento. O resultado é positivo; aviva os nossos debates que, por vezes, são um pouco monótonos. Estas interrupções tornam a discussão mais interessante.

**Udo Bullmann**, *em nome do Grupo S&D – (DE)* Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhor Comissário, minhas Senhoras e meus Senhores, na presente situação, em que, após uma luta de meses, finalmente entrevemos uma solução em que, dos 50 000 postos de trabalho em excesso directamente afectados, provavelmente – pelo menos, a acreditar no que os novos investidores nos dizem – é possível salvar cerca de 40 000, sem contar com os muitos postos entre os fornecedores e em empresas locais dependentes, chegou a hora de resolver o problema da força de trabalho da General Motors na Europa. O problema era da General Motors, era de quem, como Klaus Franz, Presidente do Conselho de Empresa e muitos outros, se tornou o rosto da Opel Europa, saído de um novo grupo tecnológico que agarrou a sua oportunidade; na situação actual, a nossa política pode ser proveitosa.

O que está agora em discussão? Justamente, a forma como a General Motors nos EUA hesitou durante meses. Esteve muito perto da falência - quanto a isto, não há quaisquer dúvidas. Nessas circunstâncias, o que seria mais razoável do que tomar a iniciativa, avançar e dizer: "Muito bem, temos de avançar, de dar uma oportunidade às pessoas. Temos de dar às unidades de produção mas também às futuras tecnologias uma oportunidade, para que a Europa consiga continuar a ser um local com boas capacidades de produzir automóveis"?

Posso identificar-me plenamente com a perspectiva que o Comissário Špidla traçou para a indústria automóvel europeia. Façamos dela uma realidade! Criemos um enquadramento político para a indústria com normas ambientais pioneiras a nível mundial, para que os assalariados e fabricantes automóveis europeus possam já trabalhar, aqui, no respeito dessas normas. Conseguimos fazê-lo para o carvão e o aço. Por que razão não o conseguiríamos agora para a indústria da mobilidade e o futuro? Agarrem a oportunidade! A Comissão tem grande margem de manobra para actuar e pode lançar uma série de iniciativas.

Senhora Comissária Neelie Kroes, segundo a informação de que disponho, dos 4,5 mil milhões que fazem parte do acordo a alcançar, foram já aprovados 1,5 mil milhões para que a engrenagem continue a funcionar. Compete-lhe, naturalmente, verificar o direito e a legislação - qual é a alternativa? Há que dar todos os passos para conseguir uma distribuição justa dos encargos nas futuras negociações. Imploro-lhe, todavia, que seja célere nessas verificações, que chegue a uma conclusão coerente mas, tendo em conta aquilo que está em jogo, é absolutamente vital não desperdiçar esta oportunidade. Não a desperdicemos devido a pormenores sem importância. Devemos, antes, compreender o significado da situação e obter uma solução europeia, de interesse público e benéfica para todos.

**Guy Verhofstadt**, *em nome do Grupo ALDE.* – (NL) Senhor Presidente, antes de mais, gostaria de agradecer a ambos os Comissários e à Comissão pelas declarações que hoje proferiram. A questão não era óbvia. No dia 3 de Agosto escrevi uma carta, pois já na altura circulavam rumores sobre o que agora foi anunciado, e recebi então uma resposta do Presidente da Comissão que não continha quaisquer novos elementos. Hoje, pelo menos, obtive alguma clareza da parte da Comissão, por voz da Senhora Comissária Kroes, que afirma que para todos os efeitos vai ser realizada uma investigação sobre todos os detalhes deste caso.

Senhora Comissária Kroes, gostaria de lhe pedir também que essa investigação não seja efectuada apenas com base nas ajudas estatais, mas também com base nas normas da concorrência, das fusões e aquisições. Afinal, estamos a falar aqui não só das ajudas estatais por parte do Governo alemão – na ordem dos 4,5 mil milhões de euros –, mas também de algo que é simultaneamente uma fusão e uma aquisição. Nesse campo, as normas que regem a concorrência são mais estritas do que as que regem as ajudas estatais. Uma vez que, na sua intervenção, a Senhora Comissária se referiu sobretudo às ajudas estatais, pedir-lhe-ia para contemplar ambos os elementos na sua investigação. Afinal, com as fusões e as aquisições, a concorrência interna entre as diversas sucursais da empresa em questão também desempenha, obviamente, um papel extremamente importante, enquanto no caso das ajudas estatais se trata mormente das condições de concorrência entre empresas.

Devo dizer, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, que um dossiê que envolve 4,5 mil milhões de euros em ajudas estatais e uma contribuição privada de apenas 500 mil euros desperta bastante a atenção. Será que se trata aqui ainda de uma operação de salvamento, ou de algo que eu quase apelidaria de operação de nacionalização? Seja como for, há indicações – e seria bom que se recolhessem sem demora informações a este respeito – de que os motivos determinantes no plano elaborado pela *Magna* em conjunto com o Governo alemão não foram apenas de natureza económica, mas também de natureza política. Nesse caso, isso deveria resultar claramente da investigação. Senhora Comissária Kroes, gostaria de pedir que, de todo o modo, esta investigação seja iniciada rapidamente – neste ponto concordo inteiramente com o senhor deputado Langen – e que os dados não provenham exclusivamente da parte adquirente, pois é bem provável que um dossiê apresentado pela *Magna* à Comissão revele aquilo que a *Magna* pretende que ele revele. É difícil imaginar que um dossiê que a *Magna* vai apresentar ponha, por assim dizer, a nu o facto de as normas da concorrência terem sido violadas. Penso, pois, que a Comissão deve fazer uso das competências que lhe assistem para obter, ela própria, informação dos diferentes Estados-Membros em causa – o Reino Unido, a Espanha, a Polónia, a Bélgica e, naturalmente, a Alemanha – no sentido de viabilizar uma investigação objectiva. Creio também que a investigação agora que vai ser realizada se reveste de extrema importância, dado que irá estabelecer um precedente para as muitas outras operações de reestruturação que iremos ver nos próximos anos durante esta crise económica e financeira e que terão de ser sujeitas às mesmas condições. Este era o meu primeiro ponto.

O meu segundo ponto é que, na minha opinião pessoal, a Comissão não agiu adequadamente ao não assumir de imediato a responsabilidade por este dossiê. Na verdade, penso que deveria tê-lo feito há meses – a primeira comunicação da Comissão Europeia data, aliás, do mês de Fevereiro. No que respeita à reestruturação transnacional, acho que a Comissão pode actuar directamente e que não foi muito boa ideia deixar isso a um só país. As soluções europeias não são desenvolvidas por um só Estado-Membro; devem ser desenvolvidas pelas instituições comunitárias. Penso, portanto, que no campo da política industrial a Comissão deveria ter desempenhado o seu papel melhor e com mais rapidez.

Em terceiro lugar, penso que a Comissão tem de apresentar quanto antes um plano de reestruturação global para a indústria automóvel, pois os 35% de sobrecapacidade não serão facilmente eliminados se não adoptarmos uma abordagem europeia global.

**Rebecca Harms**, em nome do Grupo Verts/ALE – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário Vladimír Špidla, Senhora Comissária Neelie Kroes, minhas Senhoras e meus Senhores, antes de mais, seria conveniente não esquecermos que aqui, no Parlamento Europeu, embora estejamos neste momento a discutir o caso Opel, tema que representa um profundo desacordo quanto ao futuro da indústria automóvel europeia, estamos unidos na preocupação com o futuro dos postos de trabalho neste sector na União Europeia.

Neste momento, não devemos atacar tão fortemente a actuação da Alemanha – por muito que tal actuação mereça a nossa análise. Os governos dos outros Estados-Membros da União Europeia cujas unidades de produção estão ameaçadas pela crise da GM – ou seja, os governos da Polónia, Espanha, Bélgica, Reino Unido, entre outros – deviam antes juntar-se e, com os Alemães, pensar em formas de sair da difícil situação actual e de garantir o futuro dos empregos das pessoas afectadas nas fábricas. Penso que essa seria a abordagem mais correcta.

Como já afirmei, creio que nos sentimos unidos na preocupação com o futuro dos postos de trabalho na indústria automóvel e penso que o Comissário Špidla tem toda a razão quando diz que, apesar de meses de conversações em Bruxelas e aqui, em Estrasburgo, assim como nos nossos Estados-Membros, o debate ainda não se encontra ainda numa fase tão avançada quanto desejável. Referimos, uma e outra vez, os excessos de capacidade estrutural na indústria, mas a verdade é que não temos coragem para decidir o nosso caminho e avançar com políticas para fazer o sector sair dessa situação. Temos alguns pontos de partida, o que em si já é bastante bom.

Em muitos contextos, nomeadamente no contexto das intervenções estatais, falamos de automóveis do futuro, ou seja, de automóveis amigos do ambiente e eficientes e que disponham de motores diferentes, preparados para o futuro. Para falar com franqueza, porém, não acredito, tendo em conta as tendências do mercado, que isso seja suficiente para garantir, no futuro, o mesmo número de postos de trabalho na indústria automóvel que aqueles que agora existem. Eis porque o futuro tem de ser discutido, pelo menos, em termos do sector da mobilidade e porque temos de ser suficientemente determinados para, nestes tempos de crise, discutir as transformações e agir com mais coerência.

É justo, no entanto, salientar que a ideia de incluir esse conceito de preparação do sector para o futuro no regime de apoio à Opel não mereceu muita atenção. Na teoria, tal significaria automóveis modernos,

preparados para o futuro. E quanto ao sector dos transportes públicos? Como atingiremos uma posição em que, no futuro, disporemos de sistemas de transportes públicos melhores e amigos do ambiente? Quem, no futuro, construirá melhores autocarros, melhores comboios, melhores camiões? Quem assegurará a existência de um vínculo conceptual entre este sector e o das tecnologias da informação e das energias renováveis? Todas estas questões têm sido continuamente colocadas sobre a mesa mas nunca foram verdadeiramente exploradas, e muito menos moldadas em conceitos políticos.

Aproveitaria o debate, agora que o novo Parlamento começa os seus trabalhos, para dizer que é imperativo lidarmos com o problema. Temos de ousar fazer muito mais neste campo ou seremos, todos, responsáveis por uma perda de postos de trabalho nunca antes vista e que, mais tarde, será impossível reparar com fundos públicos.

Bruxelas não pode limitar-se a criticar a Alemanha ou outros governos. Há que ter coragem para avaliar as nossas políticas de investimento. Nos últimos meses foram canalizados para a indústria automóvel, no mínimo, 4,4 mil milhões de euros através de empréstimos vantajosos do Banco Europeu de Investimento (BEI). Deste pacote, Senhor Comissário Špidla, nem um único euro estava relacionado com a exigência de transformar a indústria automóvel ou o sector da mobilidade em sectores do futuro.

### **PRESIDÊNCIA: KOCH-MEHRIN**

*Vice-presidente*

**Evžen Tošenovský**, *em nome do Grupo ECR*. – (CS) Senhora Presidente, Senhora Comissária Kroes, Senhor Comissário Špidla, na minha intervenção aqui, no Parlamento Europeu, gostaria de fazer uma referência breve, enquanto membro do Grupo ECR, à situação actual na indústria automóvel, em particular, do ponto de vista da futura competitividade dos fabricantes europeus. Também gostaria de agradecer à senhora Comissária Kroes a sua abordagem da questão altamente complexa que estamos a debater hoje e que criará um ambiente muitíssimo complexo para a solução de situações económicas deste tipo no futuro. A crise económica global afectou muitas áreas da economia. O fabrico de automóveis encontra-se entre as áreas mais afectadas, o que se pode dever ao facto de a indústria automóvel constituir um ponto de convergência de muitas áreas diferentes, o que coloca elevadas exigências à qualidade e exerce uma incrível pressão no sentido da competitividade, assim como uma pressão do progresso tecnológico e da inovação. A situação é muito difícil para quem não consegue acompanhar o ritmo vertiginoso das tecnologias modernas, como estamos a ver actualmente. Os fabricantes norte-americanos de automóveis representam um exemplo disto mesmo.

Atrever-me-ia a dizer que a crise identificou claramente tanto aqueles que não conseguiram prever como o sector automóvel iria evoluir, como aqueles que tiveram a sensatez de investir no desenvolvimento de modelos novos e competitivos, quando a situação era favorável. Continuo a opor-me fundamentalmente a intervenções governamentais direccionadas, que só podem resolver os problemas financeiros de curto prazo de determinados fabricantes domésticos. Compreendo os receios de políticos no que diz respeito aos níveis crescentes de desemprego em determinadas áreas, mas tenho a certeza de que seria muito imprudente confiar apenas em injeções de financiamento num único sector, visto que tal se limitava a adiar o ajuste de contas, muitas vezes à custa daqueles que estão a agir de forma sensata. A crise global também pode constituir um grande estímulo à criação de novas tecnologias e à utilização de novos combustíveis, como o gás natural comprimido, o hidrogénio ou, por exemplo, a energia eléctrica. Por isso, se a UE quer estimular e apoiar os fabricantes europeus, deve apoiar a investigação e simplificar processos de inovação que – temos de reconhecer – são realmente muito lentos na Europa.

Congratulo-me com o facto de os Estados-Membros da UE terem evitado, até agora, tendências proteccionistas. O protecçãoismo financeiro por si só apenas prolongaria a vida de actividades não competitivas. A crise global, tal como as inundações catastróficas no Nilo que resultaram na fertilidade no antigo Egipto, deveria constituir um impulso para o desenvolvimento de novos automóveis europeus, mais respeitadores do ambiente e altamente competitivos nos mercados mundiais. Apraz-me verdadeiramente que a senhora Comissária Kroes tenha adoptado uma abordagem tão séria desta questão, que, no futuro, terá um impacto muito sério em todos nós.

**Thomas Händel**, *em nome do Grupo GUE/NGL* – (DE) Senhora Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, concordo com muitas das opiniões avançadas pela Comissão sobre as causas e as perspectivas para a indústria automóvel - excesso de capacidade, necessidade de mudar de estratégia, novas tecnologias. Gostaria, no entanto, de salientar alguns pontos em que as nossas opiniões diferem. A Opel não será, provavelmente, o último caso da indústria automóvel, onde se regista 30% de excesso de capacidade em todo o mundo.

Estamos a falar não só dos cerca de 12 milhões de pessoas que vivem directa ou indirectamente dessa indústria mas, em termos mais gerais, dos 30 milhões em toda a Europa que dependem do desempenho económico dessa indústria. Na situação actual, a Comissão tem responsabilidades em garantir que a indústria automóvel europeia tem capacidade para controlar esse desafio. A Comissão tem responsabilidades, também, em garantir que a Opel não se transforma em peão de uma limpeza com contornos de mercado livre da crise. O realinhamento da gestão das forças de mercado livre na Europa, aliás tão necessário, não equilibrará automaticamente as perdas de postos de trabalho previstas com novos empregos - antes pelo contrário, serão os que têm actualmente trabalho e as economias nacionais europeias a pagar o preço.

Impedir os auxílios gerais como posição de princípio dará azo não só a distorções de concorrência mas também a distorções sociais, que pesarão muito mais nos cofres dos países afectados do que estes podem suportar e, sobretudo, numa medida muito maior do que aquilo que os mesmos cofres sofreriam através da ajuda que actualmente lhes é oferecida, quando aí se inclui o desmantelamento dos serviços sociais.

A reestruturação da indústria automóvel europeia exige iniciativas fortes da Comissão mas também dos governos nacionais envolvidos. Consequentemente, propomos criar um conselho de indústria europeu sobre o futuro da mobilidade que inclua políticos, empresas, sindicatos e académicos. Teria de desenvolver possíveis acções para as modificações técnicas necessárias e de definir medidas políticas e o respectivo financiamento. Os excessos de capacidade têm de se converter em novo trabalho, com método e com uma divisão de tarefas equitativa. Foi uma estratégia que resultou, há anos, na indústria do aço e que tem de resultar agora no caso da Opel e da indústria automóvel em toda a Europa.

Os auxílios estatais podem e, na minha opinião, devem também estar ligados à consecução de uma participação institucionalizada dos trabalhadores, com direitos de co-decisão alargados. Todos os trabalhadores afectados na Europa precisam de segurança para a sua unidade de produção, precisam de novo trabalho e de novas perspectivas, seguras e com futuro para toda a Europa.

**Frank Vanhecke (NI).** – (NL) Senhora Presidente esta tarde - há poucas horas - um director executivo da *Magna* reafirmou aquilo que na verdade já tínhamos, ou sabíamos, nomeadamente que a fábrica de Antuérpia vai de facto ser encerrada permanentemente. É certo que se fala de uma procura de alternativas, de empregos alternativos, de um futuro diferente para aquela unidade, mas ninguém sabe o que é que isso significa realmente. Trata-se, de algum modo, de um discurso vazio, e parece ser uma táctica destinada a apaziguar os trabalhadores e as muitas outras partes envolvidas em Antuérpia: mantê-los calmos e complacentes.

Penso que, em relação a todo este caso, a Comissão Europeia não pode fazer aquilo que anunciou, nomeadamente esperar um pouco mais e seguir o andamento das coisas como observador. Penso que é chegado o momento de agir e que a Comissão tem de dizer agora, com mais clareza do que fez há pouco, que só aprovará esta aquisição se a parte adquirente aplicar apenas critérios económicos objectivos, se e quando forem necessárias operações de reorganização. Tem de haver também uma clareza absoluta no que respeita aos relatórios, que possam existir ou não, sobre a competitividade das diversas unidades de produção, e sobre se a Comissão teve ou não acesso a esses relatórios.

Afinal de contas, é do domínio público que a fábrica de Antuérpia é altamente competitiva, e seria inaceitável, do meu ponto de vista, que aquela que pode ser a mais competitiva das fábricas da *Opel* fosse comprometida devido a uma ajuda maciça por parte do Governo alemão. Com este dossiê está em jogo o destino de muitos milhares de trabalhadores do meu país, e também, uma vez mais, receio, a credibilidade da Comissão Europeia - e não estou optimista neste tocante. Afinal, assistimos agora à repetição da mesma velha história. Como o Comissário Špidla salientou, as profissões de fé europeias são muitas e estrondosas, mas, na hora do aperto, os líderes políticos velam primeiro pelos interesses dos seus próprios países. Foi isso que aconteceu na recente crise bancária, e temo que seja também isso que acontece agora com a crise da *Opel*, com as autoridades alemãs a servirem primeiro os interesses alemães.

**Ivo Belet (PPE).** – (NL) Senhora Presidente, Senhores Comissários, Senhoras e Senhores Deputados, o anúncio feito pela *Magna*, a nova proprietária da *Opel*, de que muito provavelmente vai encerrar a fábrica de Antuérpia é no mínimo singular. Afinal, sabemos agora que esta fábrica da *Opel* é uma das mais lucrativas, uma das mais eficientes no seio do grupo General Motors - e apesar disso querem fechá-la. Tudo leva a crer, portanto, que esta decisão não se baseia exclusivamente em critérios puramente económicos. Por conseguinte, Senhor Comissário Špidla e Senhora Comissária Kroes, temos hoje dois pedidos a fazer-vos. O primeiro é que podem utilizar ainda as vossas solidíssimas competências no domínio da concorrência para averiguar se as ajudas estatais maciças prometidas por alguns Estados-Membros são realmente compatíveis com as normas europeias. Senhora Comissária Kroes, V. Exa. prometeu, e bem, uma investigação. Espero que tenha

oportunidade tanto de a levar a cabo de uma forma aprofundada como de assegurar, a curto prazo, que não sejamos em breve confrontados com um facto consumado. Julgo que não será exagerado afirmar que a credibilidade da Comissão Europeia está aqui em jogo. O nacionalismo e o proteccionismo económico não têm cabimento na Europa do século XXI, e este é um dossiê muito bom para demonstrar isso mesmo.

Senhora Comissária Kroes, V. Exa. tem a reputação de ser uma mulher de aço. Contamos que faça jus à sua reputação neste dossiê, também, e que assegure que a autoridade da Comissão Europeia não é debilitada. Digo isto sem qualquer ironia.

Em segundo lugar, é essencial que a Europa conceba um novo projecto industrial para o sector automóvel. Não podemos olhar para trás ou concentra-nos nas oportunidades perdidas, mas temos olhar para a frente e de apostar na nova tecnologia do automóvel eléctrico. Ainda vamos a tempo. Se o fizermos agora, estaremos em condições de garantir que este novo automóvel eléctrico será produzido com base em tecnologia europeia e que no futuro não estaremos de todo a conduzir carros eléctricos de fabrico chinês. Esse é um cenário que ainda é perfeitamente possível evitar.

**Jutta Steinruck (S&D).** – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, está em causa uma solução europeia comum em lugar de egoísmos nacionais.

A Opel Europa tem um papel de relevo a desempenhar na política industrial da Europa. Não estamos a falar apenas de emprego na Opel mas de postos de trabalho em muitas empresas de fornecimento de bens ao sector automóvel em diversos países europeus. A decisão a favor da Magna – e o Conselho Europeu de Empresa confirmou-o – foi aceite também pelo Conselho Europeu de Empresa, cujos membros estão a trabalhar para se chegar rapidamente a soluções a nível europeu. Os trabalhadores estão dispostos a fazer sacrifícios por esta causa, esperamos a mesma disponibilidade da parte de todos os decisores. Temos de trabalhar em conjunto e com celeridade, outros oradores já o referiram.

No interesse dos trabalhadores convém, evidentemente, estabilizar temporariamente milhares de postos de trabalho por meio dos auxílios estatais. Não vamos dar cobertura a quaisquer argumentos relativos a concorrência que tenham sido avançados. Estamos a lidar com pessoas e postos de trabalho mas também com regiões inteiras. A via que começámos a trilhar sob os auspícios da Alemanha deve, agora, conduzir ao melhor resultado possível para todos os trabalhadores europeus em todas as unidades de produção alemãs.

**Jorgo Chatzimarkakis (ALDE).** – (DE) Senhora Presidente, apraz-me ter a oportunidade de intervir na primeira sessão presidida por V. Exa. É deveras um prazer! Mas, sobretudo, queria agradecer ao Comissário Vladimír Špidla ter-se expressado na língua alemã, e aproveito para enviar as minhas sinceras felicitações à Senhora Deputada Neelie Kroes. Há quem pense que o caso Opel-Vauxhall é um problema exclusivamente alemão. Não é, é um problema europeu! Implica postos de trabalho em toda a Europa, pelo que não seria correcto dar tratamento especial à Alemanha. Consequentemente, agrada-me em particular verificar que a Comissão demonstrou a sua vontade de analisar este caso. As questões que se colocam prendem-se com a legislação europeia relativa a direito da concorrência e auxílios estatais.

Queremos salvar todos os postos de trabalho, mas a que preço? Estando eu aqui no papel de defensor dos cidadãos e contribuintes, não é claro, no negócio Opel-Magna, que compromissos de longo prazo recairão sobre os contribuintes. O caso Opel é questionável também de um ponto de vista de política industrial. São sempre os grandes que recebem ajuda. Os mais pequenos e os de média dimensão são deixados à própria sorte, apesar de serem a coluna vertebral da economia. Ter-se optado por um investidor único foi, claramente, uma jogada errada. Inicialmente foram rejeitadas ofertas melhores e mais favoráveis – e foram os políticos os responsáveis por essa escolha.

O caso Opel tem mais a ver com política eleitoralista do que com política económica e industrial, pura rotina do ponto de vista do direito da UE. Voltando ao que interessa, convém que a Comissão desempenhe um papel activo, mesmo que o Governo alemão não o aprove. O processo da Opel é uma impostura, isso é cada vez mais claro. Poderá marcar a mais cara campanha eleitoral da história da Alemanha.

Queremos que a Opel sobreviva, que seja saudável e queremos lutar por cada posto de trabalho, mas não queremos que isso acarrete custos nem queremos uma solução à custa dos nossos parceiros europeus, de que a Alemanha, como maior exportador a nível mundial, também depende.

**Bart Staes (Verts/ALE).** – (NL) Senhora Presidente, Senhores Comissários, Senhoras e Senhores Deputados, hoje sinto-me um tanto invadido por sentimentos de satisfação e de medo. Satisfação pelas declarações proferidas pelos Comissários Špidla e Kroes, que nos dão um pouco de alento, mas também medo, pois as

declarações da parte adquirente, a *Magna*, não são propriamente conducentes a uma verdadeira paz de espírito. Gostaria de me deter sobre algumas coisas que foram ditas neste debate.

Senhora Comissária Kroes e Senhor Comissário Špidla, suplico-vos que sejam de facto homens e mulheres de aço e que assegurem que todas as regras são devidamente observadas. Em relação ao tema das ajudas estatais, tenho efectivamente de concordar com o Sr. Guy Verhofstadt quando diz que a investigação deverá estender-se a todos os aspectos da lei da concorrência, a todo o corpo da lei em matéria de fusões e aquisições. Penso que ele tem razão nesse ponto. Também concordo com o senhor deputado Langen quando afirma com grande ênfase que isso tem de acontecer depressa. Aquilo que pode ser feito depressa quando se trata dos bancos também tem de ser feito depressa no caso deste dossiê de aquisição, um dossiê que é tão importante para muitos milhares de trabalhadores.

Gostaria de pegar naquilo que o Senhor Comissário Špidla disse a propósito da existência de sobrecapacidade no sector – o que é verdade, naturalmente. Disse o Senhor Comissário que foram utilizados diversos métodos para corrigir esta situação. Mencionou o Fundo Europeus de Ajustamento à Globalização, ao qual foram dirigidos sete pedidos. Porém, também devemos ter presente que este Fundo de Ajustamento não está a funcionar muito bem. Amanhã vamos discutir um dossiê, um relatório da autoria do senhor deputado Böge, que mostra claramente que, dos 500 milhões de euros que estiveram ao nosso dispor para 2009, só 8 milhões foram utilizados. Deveríamos, portanto, utilizar esses recursos para ajudar estes trabalhadores, sob a forma de formação, de reorganização e de verdadeiro desenvolvimento de uma nova economia verde, uma economia de baixo carbono e que não dependa tão fortemente dos combustíveis fósseis.

**Derk Jan Eppink (ECR).** – (NL) Senhora Presidente, o líder do seu partido, o senhor Westerwelle, disse que uma das intenções deste pacote de ajuda à *Opel* era que ele fizesse parte da campanha eleitoral. Espero que não seja esse o caso, naturalmente, e espero também que a reestruturação da *Opel* seja sujeita às regras normais de conduta empresarial e que não acabemos numa situação em que todos coloquem as suas próprias fábricas de automóveis em primeiro lugar. Tenho absoluta confiança na Senhora Comissária Kroes, que vai analisar todos os aspectos deste negócio. Ela é conhecida pela sua capacidade de se manter firme, uma capacidade que demonstrou reiteradamente nos Países Baixos, e não terá receio de fazer declarações claras.

Porém, há uma questão que quero colocar-lhe a propósito do papel do Sberbank, a caixa económica russa. Pergunto-me que tipo de papel é esse e se isso acabará por conduzir à realocização de alguma actividade de produção da *Opel* para a Federação Russa, uma vez que o Sberbank é, na realidade, uma extensão da política económica do Governo por outras vias.

Por último, gostaria de assinalar ao senhor deputado Staes que ele está surpreendido com o facto de esta empresa se encontrar sob ameaça, mas ao mesmo tempo advoga com veemência uma política anti-automóvel. Os automóveis estão a tornar-se mais seguros e mais limpos, mas continuam a ser censurados por tudo. Os automóveis são o papão e os automobilistas são literalmente espremidos enquanto contribuintes – frequentemente em resultado das políticas que são defendidas por esta Câmara. Senhoras e Senhores Deputados, os automóveis representam liberdade. Para muitas pessoas com fracos recursos financeiros, a *Opel* representa uma marca acessível. Infelizmente, no momento actual, estas pessoas têm cada vez mais dificuldade em adquirir um carro como um *Opel*, e o resultado disso é o colapso da indústria automóvel. É por essa razão que eu penso que não devemos mostrar-nos surpreendidos com estes desenvolvimentos, quando na verdade prosseguimos uma política anti-automóvel nesta Câmara. O meu partido é favorável aos automóveis, como também o Sr. Guy Verhofstadt bem sabe.

**Angelika Niebler (PPE).** – (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhor Comissário, minhas Senhoras e meus Senhores, gostaria de fazer três observações.

A primeira é que a indústria automóvel é fundamental para a Europa: já aqui foi dito que, se juntarmos todas as empresas a montante e a jusante e toda a indústria de fornecimento de bens ao sector automóvel, veremos que 12 000 postos de trabalho dependem dela. Quis frisá-lo de novo, já que o senhor deputado Jorgo Chatzimarkakis, que está sentado aqui à minha frente, acaba de dizer que os esforços do Governo alemão não passam de fanfarronice eleitoral. Não posso senão refutar vigorosamente essa afirmação. É uma afronta a todos os trabalhadores deste sector, em numerosos países europeus, que dia e noite receiam pelo emprego.

Em segundo lugar, salvar a *Opel* é do interesse comum de toda a Europa. E parece-me importante sublinhar este facto, independentemente do debate de hoje. Há unidades no Reino Unido, na Bélgica, na Polónia, em Espanha, na Alemanha e noutros países europeus. Se a *Opel* é salva devido ao facto de haver um investidor, a *Magna*, de haver financiamentos intercalares, pelos quais o Governo alemão lutou, tal vai ao encontro não só dos interesses da Alemanha mas dos interesses de toda a Europa. Todos temos de lutar para manter postos

de trabalho nos nossos países de origem. Sinto-me satisfeita com a solução encontrada. Onde estaríamos hoje se não tivéssemos envidado diligências para chegar à solução de gestão fiduciária? Nesse caso, nem sequer haveria necessidade de estarmos a aprofundar mais o debate, pois o caso teria ficado encerrado e a General Motors teria arrastado consigo a GM Europa no torvelinho da sua insolvência.

Em terceiro lugar, queria recordar que existem normas estritas para os auxílios estatais. Confio em que a Comissão examinará o assunto devidamente, fazendo justiça aos interesses envolvidos. A questão fundamental será a seguinte: poderá a Opel Europa voltar a dar lucro a médio prazo? Acredito que a solução agora encontrada e na qual também a Magna está a trabalhar, que envolve muitos outros Estados europeus, pode ser aplicada. Solicito à Comissão que dê a sua autorização e concluiria reiterando que, a ser assim, teremos obtido uma solução positiva para toda a indústria automóvel europeia no seu conjunto!

**Kathleen Van Brempt (S&D).** – (NL) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, obrigada à Comissão pela sua declaração. Infelizmente, não partilho o optimismo de muitos dos meus colegas – e o mesmo se aplica à declaração da Comissão. É verdade que hoje recebemos mais algumas más notícias a respeito da fábrica de Antuérpia, e o facto de uma fábrica altamente produtiva e com uma força de trabalho particularmente boa ter sido a indicada para encerramento deve levantar muitas questões – inclusive, ao que esperamos, no seio da Comissão. Senhoras e Senhores Deputados, poderá isto ter de alguma forma a ver com o facto de esta fábrica se situar num dos Estados-Membros mais pequenos e numa região que, apesar de economicamente forte, é particularmente pequena?

A Comissão felicita-se agora pelo bom trabalho que desenvolveu ao longo dos últimos meses. Infelizmente, eu discordo. Os senhores, a Comissão, desempenham um papel – um papel que é necessário e que eu apoio –, um papel muito formal enquanto protectores dos interesses da União Europeia em termos dos seus Tratados e das suas normas em matéria de concorrência e de ajudas estatais. Realço a necessidade disto e reitero o apoio que vos dou no que respeita à investigação que têm de levar a cabo neste âmbito, pois vai ser uma investigação crucial. No entanto, por que razão não fizeram mais? Por que razão não assumiram um papel político forte – por exemplo, cooperando em ideias relacionadas com a reestruturação durante as conversações que mantiveram com os Estados-Membros? Os sindicatos europeus, por exemplo, estiveram empenhados na reestruturação – e continuam a apoiá-la –, que incorpora igualmente o conceito de solidariedade, nomeadamente assegurar que o sofrimento seja repartido entre as diversas fábricas.

Por ora, desejo perguntar – e esta é a questão mais importante para a Comissão – o que é que vão fazer agora, neste preciso momento, na sequência das piores notícias possíveis acerca da Opel de Antuérpia: que passos irão dar no sentido de assegurar que as pessoas, o trabalhadores da fábrica de Antuérpia, também terão um futuro?

**Chris Davies (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, todos nós que possuímos fábricas de automóveis nos nossos países ou regiões queremos o seu êxito, mas isso não deverá cegar-nos perante os problemas que existem e a realidade da sob-reprodução, que quebra os lucros e o investimento. Fico extremamente surpreendido com a excelência da engenharia que vejo nas unidades de produção na minha região – em Ellesmere Port e Halewood –, e é essa, exclusivamente, a base em que deverão prosperar, porém, fico profundamente deprimido perante a atitude demonstrada pela indústria automóvel, no seu conjunto, ao longo dos últimos 10 anos em que me foi possível acompanhá-la como deputado neste Parlamento.

O seu desempenho tem sido vergonhoso quando comparado com o potencial de melhoria ambiental. Evidentemente, há histórias positivas para contar. Todos os dias, tomamos conhecimento pelos jornais de exemplos de inovação, contudo, toda a indústria lutou contra a introdução de catalisadores, exagerando extremamente o seu custo. Esta indústria fez connosco um acordo no sentido de reduzir as suas emissões de CO<sub>2</sub> e depois renegou-o. Actualmente tenta desembaraçar-se das exigências legais de utilização, nos sistemas de ar condicionado, de refrigerantes com um potencial de aquecimento global inferior ao dos utilizados actualmente, estando já a exercer pressões com vista a tentar enfraquecer as propostas da Comissão em matéria de emissões de CO<sub>2</sub> dos furgões e veículos comerciais ligeiros.

Foram empregues elevadas quantias de dinheiro na dinamização desta indústria. Penso que nós, o público, merecemos melhor. Ouvimos dos fabricantes de componentes que os fabricantes de automóveis são muito pouco ambiciosos. É preciso que a indústria adopte uma nova atitude, e os seus representantes – ACEA – em particular. É preciso que a indústria reconheça que tem a obrigações para com a totalidade da sociedade e que o seu futuro está inexoravelmente ligado à melhoria do ambiente.



**Frieda Brepoels (Verts/ALE).** – (NL) Senhora Presidente, Senhores Comissários, Senhoras e Senhores Deputados, penso que é evidente que nem a indústria automóvel europeia consegue escapar à realidade e que tem de ser reorganizada com urgência para eliminar a sobrecapacidade. No entanto, é óbvio que se levanta a questão da credibilidade do ímpeto economicista da *Opel* quando esta já prometeu manter a sua fábrica mais cara – a alemã –, mas decidiu encerrar uma fábrica com bom desempenho económico como é o caso da *Opel* de Antuérpia. Este cenário foi de facto formalmente confirmado esta tarde pelo co-director executivo da *Magna*, Siegfried Wolf, no Salão Automóvel de Frankfurt. Como diversos oradores já disseram, há sérios indícios de que, em troca da ajuda do Estado, a *Magna* terá feito concessões às autoridades alemãs que não são propriamente no interesse do plano industrial. Penso que a Comissão Europeia tem de pôr cobro a esta situação antes que seja demasiado tarde. A Comissária Kroes já manifestou a sua preocupação, mas penso que é preciso fazer mais. A Comissão tem, acima de tudo, de esclarecer sem demora como tenciona garantir que também a Alemanha respeitará as regras da concorrência europeias neste dossiê. Se não o fizer, a Comissão irá, a meu ver, criar um mau precedente para todas as futuras operações de reestruturação transfronteiriças, em resultado do qual os Estados-Membros de menor dimensão serão sempre colocados fora de jogo. Por que motivo não está também a própria Comissão ao leme das negociações com a GM e a *Magna*, em vez de ser só a Alemanha assumir o comando? Ouvi também que, amanhã, o Governo alemão irá sentar-se à mesa com os outros países europeus a fim de encontrar uma forma de coordenar a ajuda estatal. Aos olhos da Flandres, esta parece ser uma manobra bastante cínica, uma medida que chega claramente demasiado tarde, e gostaria de saber a Comissão também está aí envolvida.

**Inés Ayala Sender (S&D).** – (ES) Senhora Presidente, em primeiro lugar, gostaria, em nome do Parlamento Europeu, de expressar a nossa solidariedade e apoio aos trabalhadores de todas as fábricas da *Opel* na Europa e, em especial, aos da fábrica de Figueruelas. Quero assegurar aos trabalhadores e às suas famílias, assim como àqueles que deles dependem nas empresas auxiliares, que estamos com eles nesta nova aventura que agora se inicia com a criação de um fabricante europeu independente, a *GM Europa*.

Contudo, para que esta aventura – que resultou da má notícia do colapso da GM nos Estados Unidos –, seja uma oportunidade para construir uma empresa solvente, moderna, competitiva e com um futuro claro em termos sociais, económicos e tecnológicos, é necessário que a Comissão e os próprios Comissários voltem a tomar a liderança das actuais negociações para assegurar que chegamos a uma solução verdadeiramente europeia e com todas as garantias possíveis.

Temos criticado a ausência da Comissão nas negociações preliminares e o modo como cedeu nas negociações bilaterais, quando todos os Estados-Membros com fábricas da *Opel* apelavam a soluções unilaterais. Neste tocante, cabe salientar que houve mesmo governos regionais, como o meu, o de Aragão, que foi pioneiro em propor, já há um ano, uma garantia para a fábrica de Figueruelas.

No entanto, esta deriva, que se deve ao facto de a Comissão se ter demitido das suas responsabilidades, conduziu à actual situação de confusão e ao sério risco de que os resultados eleitorais, que nada têm a ver com os critérios de viabilidade industrial, conduzam a nova empresa europeia a um beco sem saída, onde os critérios de competitividade não são prioritários e os elevados custos em termos de postos de trabalho não poderão ser evitados. Para impedir que tal aconteça precisamos que a solução seja europeia, que seja economicamente viável, agora e a médio e longo prazo, e que seja uma solução em que o emprego tenha primazia sob a forma da competitividade e produtividade de fábricas emblemáticas como a de Figueruelas.

Não permitiremos que a Comissão continue a ser neutral, nem um segundo mais. A Comissão tem de actuar e de garantir tanto o emprego como o futuro da *GM Europa*, e o Parlamento Europeu exige-lo-á em nome de todos os trabalhadores da *Opel Europa*.

**Izaskun Bilbao Barandica (ALDE).** – (ES) Senhora Presidente, agradeço aos Comissários os esclarecimentos prestados.

Um aspecto que me preocupa em todo este debate é a associação que está a ser feita entre as eleições na Alemanha e a situação desta empresa, que está afectar numerosas fábricas na Europa.

Vou concentrar-me em três dos aspectos mencionados pela Comissária. Creio que esta situação exige transparência absoluta em todas as negociações que estão a ser realizadas. Concorro que tem de haver uma monitorização de todos os aspectos, tanto do ponto de vista jurídico como do ponto de vista das ajudas. No entanto, a Comissária afirmou que vê a reestruturação como algo inevitável, assim como a perda de postos de trabalho e o encerramento de fábricas.

Perante esta situação, que, em minha opinião, o fica a dever-se ao modelo negocial até agora apresentado e ao grau de cobiça que temos na Europa, penso que é necessário, face ao futuro que se desenha, pensarmos nas pessoas primeiro. Nós e a Comissão temos de conceber e de aplicar políticas inovadoras para proteger as pessoas e assegurar que elas possam viver com dignidade, oferecendo-lhes uma formação homogénea em todos os países europeus que lhes permita adaptarem-se ao futuro mercado de trabalho e às exigências das novas empresas.

Em segundo lugar, no que se prende com as ajudas às empresas, gostaria de dizer que essas têm de ser ajudas que tornem viáveis as fábricas remanescentes. É necessário que haja também uma aposta clara na inovação e, em especial, como outros oradores referiram, nas tecnologias híbridas, para que os veículos a motor não dependam somente dos combustíveis fósseis.

É isto, portanto, que nós exigimos da Comissão para o futuro.

**Philippe Lamberts (Verts/ALE).** - (FR) Senhora Presidente, gostaria de fazer algumas observações.

Em primeiro lugar, até agora, as ajudas públicas ao automóvel e a acção desenvolvida pelos Estados-Membros e pela Comissão foram marcadas, por um lado, por uma abordagem, digamos, defensiva, e, por outro, por uma abordagem a curto prazo. Creio, a título de exemplo, que, na prática, os prémios ao abate maciços a que assistimos anteciparam e aumentaram artificialmente a procura, pelo que é agora que esses prémios estão a terminar ou vão terminar que vamos verificar a que ponto alimentam uma ilusão. A procura não pode acompanhar a oferta.

Eis a razão por que gostaríamos de incentivar a Comissão a ser muito mais ambiciosa na sua forma de trabalhar. No que respeita concretamente às ajudas públicas, penso que é necessário privilegiar dois eixos.

Antes de mais, a implementação de soluções de mobilidade sustentável na Europa precisa dos talentos e das competências dos trabalhadores, desde o engenheiro até ao operário, do sector automóvel. Assim, um primeiro eixo é evidentemente o de favorecer a manutenção e o desenvolvimento dessas competências, na indústria automóvel propriamente dita e nas indústrias conexas.

Além disso, penso que é necessária uma condicionalidade muito maior das ajudas públicas relativamente ao que fazemos. Por outras palavras, não basta dizer "vamos continuar a fazer como sempre fizemos". Penso que há que condicionar as ajudas públicas a uma aceleração da transformação da indústria. Neste aspecto, estou absolutamente de acordo com o que disse o colega Davies.

Para concluir, gostaria de responder ao colega Eppink que, como é evidente, considera que somos contra a liberdade. O que se passa, de facto, no mercado, é que cada vez menos concidadãos nossos se revêem no modelo "O meu carro é a minha liberdade". Basta passearmo-nos nas ruas da Bélgica ou dos Países Baixos para nos apercebermos de que atingimos os limites do sistema.

**Veronica Lope Fontagné (PPE).** - (ES) Senhora Presidente, Senhores Comissários, Senhoras e Senhores Deputados, quando se propôs que debatêssemos em plenário o futuro da *Opel Europa*, não tínhamos conhecimento ainda da aquisição da empresa pela *Magna* e o seu parceiro russo na passada quinta-feira.

Após meses de incerteza, está a começar uma nova etapa para a *Opel Europa*; uma etapa que, para alguns, constitui motivo de esperança, e, para outros, motivo de preocupação. Desejamos que as condições do contrato definitivo, que será assinado nos próximos meses, sejam positivas para o futuro da empresa, e espero que o Governo alemão tenha razão em considerar que esta é a oferta que melhor garante a sobrevivência da empresa.

No entanto, como membro da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais e como cidadã oriunda de Aragão, onde se situa a fábrica de Figueruelas, que é presentemente uma das fábricas mais produtivas, tenho de exprimir a minha preocupação com o destino dos trabalhadores. Diz-se que, no seu plano de reestruturação, a *Magna* prevê o despedimento de 10 560 trabalhadores – 1 700 na fábrica de Aragão, actualmente –, aos quais haverá que somar ainda muitos despedimentos indirectos.

Estamos cientes de que, para salvar a empresa, é necessário levar a cabo uma reestruturação profunda e de que essa reestruturação irá afectar os nossos trabalhadores, mas esperamos que este plano seja realizado com base em critérios económicos e de produtividade, procurando alcançar a melhor solução para todos.

Confiamos em que, nos próximos meses, os governos dos países afectados irão envolver-se juntamente com a Europa. Isso significará que, em conjunto, e utilizando critérios económicos, poderemos apoiar a viabilidade da Opel, com os menores custos possíveis para os trabalhadores de todas as suas unidades de produção.

**Presidente.** – Senhor Deputado Petru Luhan, tinha uma pergunta dirigida à senhora deputada Veronica Lope Fontagné. É por essa razão que estava a levantar o seu cartão azul, creio?

**Petru Constantin Luhan (PPE).** – (DE) Senhora Presidente, penso que é da maior importância discutirmos este assunto. Mas, até agora, ainda não falámos dele no contexto do desenvolvimento europeu e regional.

*(A Presidente retira a palavra ao orador)*

**Presidente.** – A sua intervenção não é uma pergunta à senhora deputada Lope Fontagné. Se pretende intervir nos termos do procedimento "catch-the-eye" poderá fazê-lo no final do debate.

**Mario Pirillo (S&D).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, os recentes acontecimentos na Opel levam-me a reflectir em algo mais do que a aquisição de uma histórica fábrica de automóveis europeia. Pergunto-me: que tipo de política industrial queremos para a Europa? Seria preferível que tivesse sido um grupo europeu a adquirir a Opel; seria um sinal de cooperação e solidariedade entre as indústrias do sector, bem como um forte sentido de pertença à União Europeia.

Em Janeiro de 2009, o Comissário europeu para a Indústria, Günter Verheugen, afirmou na Conferência "A actual Situação do Sector Automóvel" que este sector era fundamental para a economia, a sociedade, o emprego e a investigação. Preocupam-me as possíveis consequências que esta operação poderá ter em termos de emprego e espero que não haja cortes. Preocupa-me ainda mais a questão dos auxílios estatais, que não devem distorcer a concorrência no mercado automóvel. A Comissão deverá garantir que não há qualquer relação entre os auxílios e o encerramento das instalações industriais.

É lamentável que a proposta apresentada pela Fiat não tenha sido aceite nem pelo Governo alemão nem pelos directores da Opel. Actualmente, a Fiat é o fabricante de automóveis mais avançado do ponto de vista técnico, haja em vista o que fizeram para reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> dos seus automóveis.

**Dirk Sterckx (ALDE).** – (NL) Senhora Presidente, Senhora Comissária Kroes, na verdade estamos a olhar para si como um árbitro nesta questão. Se bem entendi, Antuérpia vai ficar em breve sem a sua fábrica da Opel. É possível que continue a existir uma fábrica alugada a uma qualquer outra marca como subcontratante, mas claro está que esse é um futuro particularmente incerto.

Enquanto cidadão de Antuérpia, aquilo que eu tenho particular dificuldade em aceitar é que, durante meses, nós estivemos convencidos de que a escolha não se basearia em meros argumentos económicos, mas na capacidade de a Alemanha, o Governo alemão, pôr em cima da mesa uma enorme quantidade de dinheiro dos contribuintes. Assim, nós olhamos para si como um árbitro para ver se isto é verdade e para averiguar se neste caso só foram realmente utilizados argumentos económicos e comerciais, ou se se tratou da prevalência da parte económica ou politicamente mais forte.

Quando a sua investigação estiver concluída, ficar-lhe-emos gratos se V. Exa. apresentar as suas conclusões a esta Câmara. É que, até agora, as empresas envolvidas nesta operação pouco nos disseram, ou pelo menos nada nos disseram de claro. É por essa razão que contamos consigo para nos elucidar sobre os argumentos que foram utilizados pelas partes envolvidas. Gostaria que V. Exa. me dissesse por que é que Antuérpia – a minha cidade – foi a mais fortemente atingida, pois muitas pessoas no meu país verão isso como um símbolo da confiança que podem depositar na Comissão Europeia e na própria União Europeia.

**Marianne Thyssen (PPE).** – (NL) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, partilho a preocupação expressa por muitos dos membros desta Câmara relativamente ao destino da Opel e das pessoas que aí trabalham ou angariam o seu sustento nessa zona. Foi agora tomada uma decisão de princípio sobre a aquisição da Opel, mas nos últimos dias ou horas foram produzidas declarações que geraram uma grande confusão relativamente a diversos pontos. Isto está a ter efeitos devastadores para os trabalhadores e também para os fornecedores do sector, e é necessário que haja clareza sem demora – clareza, mas também, acima de tudo, uma abordagem séria e honesta.

O que me preocupa neste dossiê num contexto europeu é o anúncio feito pela Magna de que só a fábrica de Antuérpia será encerrada, não obstante o facto de terem sido publicados estudos que mostram que esta fábrica em particular possui excelentes trunfos em termos de economia empresarial. Por conseguinte, não consigo afastar a ideia de que as multinacionais estão a pôr Estados-Membros uns contra os outros, ou, ao

invés, que os Estados-Membros estão a utilizar as ajudas estatais para influenciar a selecção das fábricas a encerrar ou a salvar, de modo a distorcer a concorrência. Se for esse o caso, para além da crise económica e das suas angustiantes consequências sociais, ver-nos-emos confrontados com uma crise das instituições – da credibilidade das instituições –, que irá deixar as pessoas sem qualquer ponto de referência.

Por esta razão, volto a pedir encarecidamente algo que já pedi antes numa pergunta escrita em Fevereiro, nomeadamente que a Comissão utilize de facto todos os meios de que dispõe: os meios para assegurar que as vítimas das peripécias da Opel não sejam abandonadas ao seu destino, bem como os meios para pôr efectivamente em marcha uma investigação formal sobre a utilização dos auxílios de Estado. Isto vai no interesse do objectivo, da transparência do tratamento de todas e cada uma das fábricas e das pessoas que delas dependem. Afinal, as pessoas precisam de poder confiar em que a União Europeia cumpre as suas tarefas fundamentais, até mesmo em circunstâncias difíceis como a que vemos actualmente, em que leva as questões a sério e em que na União Europeia não há lugar para dois pesos e duas medidas. Este é realmente o teste do tornassol da credibilidade das instituições, Senhores Comissários, e estamos a contar convosco.

**Arlene McCarthy (S&D).** – (EN) Senhora Presidente, acredito que todos partilhamos do mesmo objectivo: assegurar, a longo prazo, a viabilidade e a competitividade da indústria automóvel da UE e manter os postos de trabalho do sector.

Em Julho, escrevi ao Senhor Comissário Verheugen, tendo ficado agradada com seu compromisso em assegurar uma situação de equidade no contexto de qualquer plano de reestruturação do ramo europeu da GM. Na minha região, a fábrica da Vauxhall de Ellesmere Port é o elemento central da economia local, com cerca de 2 200 empregos directos. A unidade fabril sofreu uma reestruturação radical, sendo considerada uma unidade económica, eficiente e competitiva, como na verdade acontece também com a unidade de Luton a Sudeste de Inglaterra.

Ninguém pretende que se percam postos de trabalho, contudo, toda e qualquer decisão deverá assentar na viabilidade e na eficiência das unidades fabris. Deverá assentar na justiça e não no favoritismo, não deverá depender do facto de determinado Estado-Membro ter prometido um financiamento maior do que outros. E apraz-me que a Senhora Comissária Neelie Kroes reconheça não haver lugar para soluções políticas, arranjos escusos ou condições políticas na concessão de auxílios estatais.

Exorto a Comissão a manter-se vigilante e a assegurar que qualquer apoio financeiro tenha por base as regras relativas aos auxílios estatais e a capacidade das empresas europeias de serem economicamente viáveis e adaptadas ao futuro. Manter uma indústria automóvel europeia forte implica uma abordagem pan-europeia, com vista à manutenção de infra-estruturas vitais e eficientes na totalidade dos Estados-Membros e regiões.

**Bogusław Sonik (PPE).** – (PL) Suscitou-se a questão de saber se a garantia bancária de 4,5 milhões de euros por parte do Governo alemão para a reestruturação da Opel, que foi recebida como um êxito, constituiu um gesto político ou um gesto económico. A melhor resposta a esta pergunta foi dada pelos representantes do Governo alemão ao escolherem o consórcio Magna como a entidade para comprar a Opel. Um representante não participou na votação decisiva, e outro, o Sr. Wennemer, votou contra, por considerar tratar-se de uma decisão política.

A Comissão Europeia deveria avaliar a natureza dos auxílios estatais concedidos à Opel e informar o Parlamento sobre se não estaremos perante um caso de protecção do mercado local em detrimento de fábricas e empregos noutros Estados-Membros da União Europeia. Fui particularmente afectado pela austeridade das avaliações da Comissão Europeia, porque os trabalhadores dos estaleiros navais de Szczecin e de Gdynia não tiveram qualquer oportunidade de continuar a construir navios. A avaliação da Comissária Kroes sobre este caso de concessão de auxílios estatais irá ser tão rigorosa e tão credível como foi no caso dos estaleiros navais polacos? Os cidadãos da Europa suspeitam que estão a ser aplicados dois pesos e duas medidas neste domínio.

Por último, gostaria de ressaltar que a crise financeira mundial já tem um ano. Nestes tempos difíceis, a Comissão Europeia deveria estar preparada para ajudar, avaliar, aconselhar e propor soluções que não sejam ensombradas por suspeitas de serem motivadas por interesses políticos ou proteccionistas dos diferentes Estados-Membros. Lamentavelmente, tenho a sensação de que a Comissão adoptou uma atitude passiva neste caso.

**Olle Ludvigsson (S&D).** – (SV) Senhora Presidente, só podemos concluir que a crise em que nos encontramos é uma crise sem precedentes. É, por conseguinte, necessário que tenhamos uma política coesa e activa – não

unicamente para preservar os empregos que for possível preservar, mas também para ajudar as pessoas que ficaram desempregadas a voltarem ao mercado de trabalho. A formação é da máxima importância.

O sector automóvel é o motor da economia europeia e é importante que se tomem decisões baseadas em objectivos a longo prazo para o desenvolvimento de uma indústria automóvel europeia sustentável. Foram apresentadas ideias diferentes acerca da distribuição da perda de empregos e de despedimentos. Se um em cada cinco empregos no grupo Opel for suprimido, criar-se-á uma inacreditável tensão sobre as pessoas e sobre as sociedades afectadas, independentemente do país em que essa supressão se verificar. Espero, por conseguinte, que o processo tenha sido realizado de forma correcta e que as empresas multinacionais não tenham tido de colocar uns países contra outros no processo de concurso e, daí, pôr também os trabalhadores uns contra os outros. Os esforços europeus para ultrapassar a crise devem ser coordenados e equilibrados.

É igualmente importante associar os sindicatos e permitir-lhes participar no processo de uma forma activa e construtiva. É também importante que a Comissão e o Parlamento acompanhem de perto a evolução do caso. A investigação e o desenvolvimento serão cruciais para o futuro do sector automóvel, o que não se aplica exclusivamente à Opel, mas a todos os fabricantes de veículos automóveis em toda a Europa.

**Petru Constantin Luhan (PPE).** – (DE) Senhora Presidente, é para mim um grande prazer verificar que um assunto tão importante como este é debatido aqui, no Parlamento Europeu. Trabalhei durante mais de três anos no sector de fornecimento de bens ao sector automóvel. No meu país atribuímos grande prioridade ao investimento estrangeiro nesse sector, pelo que a indústria automóvel tem, creio, um importante papel a desempenhar no desenvolvimento regional.

Ao mesmo tempo que apoiamos a inovação devíamos criar incentivos destinados aos fornecedores de bens ao sector automóvel e fabricantes automóveis em toda a Europa para a reestruturação e a expansão, visto um dos grandes objectivos da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu consistir justamente em garantir um elevado nível de coesão social. A Comissão devia fazer mais, inclusive no que respeita à concessão de subsídios à indústria automóvel. Para já, uma medida desse tipo devia ser considerada como um modo de combater a crise financeira e económica, embora possa também ser vista como um dos pilares em que assenta a inovação na indústria automóvel.

Nestas circunstâncias, a Opel constitui um exemplo apenas da difícil situação de todo o sector mas, como se sabe, muitos fabricantes automóveis encontram-se na mesma situação. Por isso gostaríamos que a Comissão tratasse o sector e toda a área como prioridades.

**Matthias Groote (S&D).** – (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária Neelie Kroes, Senhor Comissário Vladimír Špidla, Senhoras e Senhores Deputados, não é a primeira vez que debatemos o tema da Opel e da indústria automóvel. É com satisfação que verifico que a operação de salvamento teve sucesso. Estão sobre a mesa outras propostas, como uma insolvência estruturada. Na indústria do fornecimento de bens automóveis – e acabo de regressar da Alemanha, onde visitei uma fábrica de componentes – as pessoas dependem desesperadamente das encomendas. A situação é complicada. Se também a Opel tivesse sido levada à insolvência, as situação seria terrível e as consequências teriam sido devastadoras.

Ouvimos agora as conclusões da Comissão. Realizou-se uma cimeira da indústria automóvel, em que a Comissão participou, mas não tivemos ecos dessa reunião. Hoje falaram-nos daquilo que não é possível. De futuro isso tem de mudar – queremos que a Comissão nos diga aquilo que é possível, de modo a evitar debates de cariz nacionalista. A Comissão deve ser um mediador mais eficaz como condição para seguirmos uma política industrial europeia comum. Espero que a próxima Comissão tenha uma atitude como a que acabo de descrever.

**Hans-Peter Martin (NI).** – (DE) Senhora Presidente, creio dever desde já declarar que a minha posição é pouco objectiva por duas razões. A minha mulher trabalha na administração de uma empresa automóvel na Alemanha, e na Áustria é com satisfação que as pessoas verificam que a Opel parece estar agora em segurança. No entanto, quando olho mais de perto para a situação, tenho grandes dúvidas, pois não sei se não estaremos a repetir a situação que já vivemos na Áustria por ocasião do aparente salvamento da indústria nacionalizada e que a Alemanha já viveu relativamente à Holzmann, antes de umas eleições de grande importância. Não sei se algum deputado alemão aqui presente estaria disposto a fazer uma aposta comigo: seriam os contribuintes alemães mobilizados para apoiar a Opel como agora está a acontecer se não estivessem previstas importantes eleições dentro de dez dias?

Pediria à Comissão que considerasse friamente, *sine ira et studio*, se isso é razoável. Se vamos estar sempre a preocupar-nos com a concorrência, então temos de avançar por aí e de evitar entrar num vórtice que arraste aqueles que, de um ponto de vista financeiro, governaram melhor a casa do que a Opel!

**Theodor Stolojan (PPE).** – (RO) Senhora Presidente, estamos, realmente, a falar de sinais de recuperação na Europa. Infelizmente, porém, a situação da indústria automóvel ainda é alarmante. Esse o motivo por que creio termos necessidade de enviar aos países europeus um sinal inequívoco, encorajando-os a prosseguir os seus programas de substituição dos antigos veículos automóveis, que gastam muito combustível, por carros novos, mantendo, simultaneamente, os programas de incentivo dos orçamentos dos países relevantes. Obviamente, tendo em vista a poupança de energia, também temos de poder associar a estes programas certas condições de reestruturação.

**Saïd El Khadraoui (S&D).** – (NL) Senhora Presidente, a solução provisória para o dossiê da Opel contém boas notícias para alguns, mas contém sobretudo muitas más notícias para os milhares de pessoas que vão perder os seus empregos, e pelo que percebo do anúncio feito esta tarde, estas pessoas serão também de Antuérpia. Isto para já não falar da cadeia de fornecedores, onde também irão perder-se muitos postos de trabalho. Tudo isto são tragédias sociais, e creio que há três coisas que são importantes neste tocante.

Em primeiro lugar, a Comissão tem agora de fazer uso de todas as suas competências para garantir que as consequências negativas da anunciada reestruturação tomem um rumo honesto e objectivo. Isso é essencial para a credibilidade da Europa e para evitar que os cidadãos fiquem com a impressão de que há duas categorias de trabalhadores.

Em segundo lugar, a Comissão tem de investir desde já toda a sua energia no sentido de ajudar a oferecer um novo futuro nos sítios onde se estão a perder postos de trabalho.

Em terceiro lugar – e esta é, penso eu, a principal lição que devemos aprender –, precisamos de uma Comissão mais pró-activa, precisamos de uma política industrial europeia, precisamos de uma visão sobre os desafios, sobre as oportunidades e sobre a forma como os problemas são resolvidos partindo de uma perspectiva europeia – e isto para os sectores transnacionais, como é o caso da indústria automóvel.

**Krisztina Morvai (NI).** – (EN) Senhora Presidente, peço desculpa pela minha ignorância. Sou advogada no domínio dos direitos humanos, com muito pouca experiência em questões económicas, por isso formulo duas perguntas muito básicas.

A primeira é: não estará profundamente errado um sistema económico em que o lucro é privatizado e os custos e perdas são nacionalizados e pagos pelos contribuintes, a maioria dos quais é pobre – ou muitos dos quais são pobres – e se vê forçada a pagar pelas más decisões de uma pequena elite empresarial? Não está sistema fundamentalmente errado, e não deveríamos nós analisar as causas de todos os problemas que hoje debatemos?

A segunda é: falámos da discriminação geográfica, ou entre nações e Estados, na concessão de financiamento público – então e os sectores? Será justo que estas grandes empresas obtenham fundos graças ao dinheiro dos contribuintes quando o mesmo não acontece com as pequenas empresas ou as empresas familiares? Não estará aqui em causa uma violação de base do princípio da igualdade de oportunidades entre os agentes económicos na União Europeia?

**Richard Howitt (S&D).** – (EN) Senhora Presidente, na qualidade de eurodeputado em representação de Luton no Leste de Inglaterra, gostaria de me associar à minha colega britânica Arlene McCarthy, manifestando o nosso profundo desejo de que o Senhor Comissário Vladimír Špidla e a Comissão fiscalizem este acordo GM/Opel, linha por linha, assegurando-se de que, estando em causa uma venda europeia, a mesma constitua um bom negócio para toda a Europa.

Gostaria igualmente de solicitar ao Senhor Comissário que atente, em especial, nas questões relacionadas como a produção de furgões, que é a produção realizada em Luton. Em primeiro lugar, porque o parceiro da Magna é uma empresa russa de camiões, suscitando receios de que esta empresa venha a beneficiar do acordo em detrimento da produção existente. Em segundo lugar, porque se espera que venha a ser comercializado um novo modelo de furgão até 2012 e, a menos que a Magna dê garantias de que esse modelo será construído, subsistirão preocupações quanto ao futuro da unidade fabril. E, por último, existem receios de que o acordo possa não ser compatível com a empresa comum de produção General Motors-Renault, que representa metade da produção realizada em Luton. Peço-lhe que faça tudo o que estiver ao seu alcance para assegurar a manutenção dessa unidade e dos postos de trabalho ligados à mesma.

**Vladimír Špidla**, *Membro da Comissão*. – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, o debate mostrou claramente que a indústria automóvel é um dos sectores mais importantes da economia na União Europeia. Na minha opinião, ele também mostrou claramente que só pode existir uma solução europeia para a indústria automóvel – assim como para a Opel – e que é impossível encontrar uma solução de longo prazo ao nível de cada país, individualmente, que resista ao teste do tempo em termos económicos e sociais. Penso que também se enfatizou claramente a importância de a Comissão garantir que todas as regras sejam aplicadas de forma absolutamente consistente e completamente imparcial. Houve muito debate em torno das regras da concorrência económica, mas eu gostaria de sublinhar que a Europa também está munida de uma série de directivas muito substanciais centradas em questões sociais e no regulamento da reestruturação, assim como na informação dos trabalhadores e ainda numa série de questões que devemos ter, por princípio, em conta, porque qualquer operação económica é, essencialmente, uma relação entre pessoas e nós temos de assumir plenamente as consequências de todas as decisões. Gostaria de sublinhar que o caso da Opel demonstra claramente todos os componentes importantes para a indústria automóvel como tal e, na minha opinião, a forma como os vários níveis europeus cooperarão na solução deste problema também nos permitirá prever o futuro da indústria automóvel europeia.

Senhoras e Senhores Deputados, no debate foi sugerido, de forma um tanto indirecta, que a Comissão não foi suficientemente activa. Tenho de dizer que ao longo da crise e, em particular, quando esta irrompeu, houve manifestações muito claras de tendências proteccionistas e de nacionalismo económico. Vários meses mais tarde, tal deixou de constituir uma questão urgente. Na minha opinião, deveríamos reconhecer que a Comissão fez esforços enormes nesta matéria e que estes trouxeram resultados inegáveis. No que diz respeito à questão em si, o meu colega, senhor Comissário Verheugen, organizou dois encontros para tratar da questão, nos quais reuniu diversos Estados-Membros e dos quais resultou a partilha de informações entre os Estados-Membros, o que nem sempre aconteceu em anteriores processos de reestruturação. Penso que o debate também mostrou claramente que a indústria automóvel europeia está a passar por um processo de reestruturação de longo prazo e que é necessário ter este facto em consideração. O progresso futuro esteve no centro do debate e eu congratulo-me com o facto de poder voltar a sublinhar que está a ser canalizado apoio à inovação na indústria automóvel através do Banco Europeu de Investimento, para assegurar que a situação de crise não enfraqueça a capacidade de inovação da indústria.

Senhoras e Senhores Deputados, embora a decisão tomada seja muito importante para a questão que estivemos a debater, estamos no meio de um processo e não pode existir quaisquer dúvida de que a Comissão mobilizou todos os seus poderes e recursos para garantir que o processo fosse conduzido de forma correcta e com uma atenção especial à dimensão social.

**Neelie Kroes**, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, estou grata por praticamente todos os comentários que aqui foram tecidos, por diversas razões. Esta é uma excelente oportunidade para se perceber quais as limitações do papel da Comissão, em que medida esse papel é posto em causa e quais os são os objectivos claros da política da Comissão. Gostaria igualmente de me deter sobre o calendário. O senhor deputado Langen foi extremamente claro na sua abordagem dessa questão e do papel da Comissão.

Estamos todos cientes de que vivemos num continente – e não apenas no continente – que não é povoado apenas por anjos. A tentação de recorrer a auxílios estatais em diferentes situações existe, e todos estamos cientes disso. É precisamente essa a razão por que o juízo relativamente aos auxílios de Estado está nas mãos da Comissão – uma decisão apoiada pela totalidade dos Estados-Membros. Aliás, continua a impressionar-me o facto de os fundadores da Europa, na década de 1950, já estarem bem cientes dos efeitos nefastos de uma utilização errónea dos auxílios estatais. Foram muito claros nessa declaração, que ainda consta do Tratado de Roma.

Posto isto, o papel da Comissão é verificar que não existam condições proteccionistas ligadas ao financiamento estatal, e é precisamente aí que residem os nossos desafios. Há, entre os presentes, quem pergunte por que razão não aceleramos os processos, contudo estamos a fazer tudo o que nos é possível. A propósito, a nacionalidade nunca foi suscitada no caso da cooperação com os bancos. Temos exemplos na banca alemã em que a resposta foi bastante célere, caso do Sachsen LB, mas tudo depende – e neste caso também – dos actores. Precisamos de números e de factos. A necessidade de celeridade é uma evidência: nem sequer é preciso referi-la, pois estamos bem cientes disso. Avançaremos tão rapidamente quanto o permita a disponibilização da informação. Posto isso, registamos, igualmente, a vossa clara indicação para que sejamos muito cautelosos e criteriosos e levemos a cabo uma investigação com vista à obtenção de provas, regressando posteriormente aqui ao Parlamento. Estou sempre disposta – e, espero, com disponibilidade – para regressar aqui e explicar os resultados a que chegámos, porém, temos de verificar todos os dados encontrados. Temos de estar seguros da nossa posição e de estar em posição de apresentar resultados.

Se o senhor deputado Verhofstadt quiser que avancemos ainda mais – não só relativamente aos auxílios estatais, mas igualmente no que respeita às regras relativas às fusões – então, se a operação Magna/Sberbank for passível de notificação à Comissão nos termos do Regulamento sobre as Concentrações, procederemos cuidadosamente à sua avaliação. Estou ciente de que é isso também que o senhor deputado deseja.

É preciso que tenhamos muito cuidado no que toca a substituir uma indústria pouco saudável, mas altamente competitiva, por um cartel assente na partilha do mercado e na fixação de preços, pois o que pretendemos salvar acabará por ficar numa situação ainda pior. Registamos os comentários relativos à celeridade, à necessidade de actuarmos com precaução, mas com rigor, bem como à necessidade de irmos mais longe. É muito importante assegurar que os auxílios estatais conduzam a uma verdadeira reestruturação. Isso é fundamental, e é nisso que a Comissão está absolutamente empenhada. A dimensão do Estado-Membro não faz qualquer diferença, nem a nacionalidade ou dimensão do dossiê da empresa. Somos objectivos.

Asseguro-vos que aguardo com expectativa poder apresentar uma proposta que nos permita dizer que fizemos o nosso trabalho, que o realizámos com rigor, podendo garantir que chegámos a uma situação viável que proporcionará empregos estáveis para o futuro. Esse é um dos nossos primeiros deveres para com as pessoas que hoje vivem em situação de incerteza.

**Presidente.** - Está encerrado o debate.

## 21. Incêndios florestais do Verão de 2009 (debate)

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre incêndios florestais do Verão de 2009.

**Stavros Dimas, Membro da Comissão.** – (EL) Senhora Presidente, primeiro que tudo, gostaria de expressar a minha solidariedade para com as pessoas afectadas pelos recentes fogos florestais.

Este Verão, a Comunidade deu um importante contributo para a extinção dos numerosos e difíceis fogos florestais que deflagraram em diversos Estados-Membros. O programa piloto da Reserva Tática de Combate aos Incêndios Florestais da UE desempenhou aí um papel importante e prestou assistência aos Estados-Membros afectados.

Gostaria de agradecer de modo especial ao Parlamento Europeu por ter aprovado o financiamento deste programa piloto. Também devo dizer que este programa constitui uma pequena parte, uma concretização parcial das propostas e ideias expostas no relatório do deputado Michel Barnier a quem apresento também os meus agradecimentos.

Este programa piloto veio reforçar substancialmente o Mecanismo Comunitário de Protecção Civil e, por extensão, a possibilidade de prestar assistência aos países atingidos por catástrofes naturais.

O Mecanismo Comunitário de Protecção Civil foi utilizado pela França, Itália, Espanha e outros Estados-Membros da União Europeia para disponibilizar meios aéreos de combate a incêndios na Grécia, Itália, Portugal e noutros países. Com efeito, foi a primeira vez que duas aeronaves comunitárias participaram com meios aéreos gregos, portugueses e franceses em operações de combate a incêndios no âmbito de um programa piloto para a criação de uma força comunitária independente de combate a incêndios.

Por ocasião destes últimos incêndios, numerosos políticos, cientistas, jornalistas e simples cidadãos fizeram ouvir de novo as suas vozes para exigir a criação, a nível europeu, de uma força especializada no combate a incêndios com capacidade para intervir directa e eficazmente sempre que os meios nacionais sejam insuficientes.

Desenvolveram-se enormes esforços nesse sentido, com vista à criação de uma força de intervenção independente de combate aos incêndios florestais e, como disse, o apoio do Parlamento Europeu foi um factor decisivo, uma vez que nos permitiu assegurar verbas para fretar aviões de combate a incêndios. Assim, neste Verão, durante o período de 1 de Junho a 30 de Setembro, conseguimos pela primeira vez criar e pôr a funcionar uma força aérea de combate a incêndios sob a supervisão da Comissão Europeia - a Reserva Tática de Combate aos Incêndios Florestais da UE - cujas aeronaves estiveram envolvidas em operações em diversos países. Mais especificamente, foi mobilizada em seis dos nove incidentes em que foi solicitada a assistência do Mecanismo Comunitário de Protecção Civil.



Com efeito, aos meios aéreos nacionais, tanto gregos como portugueses ou italianos, e aos que vieram de outros países, juntaram-se os aviões de combate a incêndios exclusivamente comunitários que ostentavam a bandeira da União Europeia e não a de um qualquer Estado-Membro.

Este programa piloto tem por finalidade colmatar eventuais falhas existentes na capacidade aérea dos Estados-Membros, e não substituir os meios nacionais disponíveis. Os aviões de reserva fretados foram utilizados este ano, como já referi, em Portugal, no Sul de França e na Córsega, em Itália e na Grécia, na região da Ática, onde se registaram os grandes incêndios. Estes aviões têm a sua base na ilha da Córsega, que está equidistante das duas margens do Mediterrâneo, para efeitos de intervenção.

Considero que é já urgentemente necessário criar uma capacidade independente para lidar com catástrofes naturais a nível comunitário. Esperamos que este programa piloto venha a constituir o núcleo de uma futura força europeia de resposta rápida para combater os fogos florestais e outras catástrofes naturais ou de origem humana.

Obviamente, há alguns pontos de vista divergentes no que respeita à questão dos fogos florestais. Há quem invoque o princípio da subsidiariedade no sector da protecção e da gestão dos recursos florestais, mas também há reservas quanto à transferência de mais poderes para a Comissão no sector da protecção civil. Há ainda quem argumente que a existência de uma força europeia de combate a incêndios criaria um falso sentimento de segurança em muitas autoridades nacionais que poderiam negligenciar os investimentos necessários em recursos humanos, em meios de combate a incêndios e, acima de tudo, na prevenção de incêndios e de outras catástrofes naturais.

Para além destas reacções, coloca-se toda uma série de problemas práticos, problemas de coordenação, especialmente no que toca à questão dos fogos florestais. Questiona-se, por exemplo, quais seriam os critérios e as prioridades que serviriam de base para a formação e utilização das unidades aéreas europeias de combate a incêndios se de repente deflagrassem incêndios simultâneos em vários países, por exemplo, em Portugal e na Grécia.

Em todo o caso, todas estas questões serão analisadas num relatório sobre o funcionamento do programa piloto este Verão, que a Comissão Europeia irá submeter a debate no Conselho de Ministros e no Parlamento Europeu.

É preciso que o Conselho, o Parlamento Europeu e a Comissão fiquem convencidos e cooperem na criação deste mecanismo. Claro está que entretanto os Estados-Membros não deverão negligenciar de forma alguma as suas obrigações nos sectores da informação, da educação e da prevenção.

Gostaria de dizer ainda algumas palavras a propósito do Mecanismo Comunitário de Protecção Civil que foi criado em 2001 e que efectuou apenas algumas intervenções nos primeiros anos. A partir de 2005, as intervenções quer no interior quer no exterior da União Europeia - aproximadamente 50% no interior e 50% no exterior - quintuplicaram, e melhorámos consideravelmente a coordenação e a assistência que prestamos através do Mecanismo Comunitário de Protecção Civil.

Todos sabem o quão importante foi a nossa intervenção tanto no caso do tsunami como durante o furacão Katrina. De facto, fomos os primeiros a enviar especialistas para as zonas de catástrofe nos dois casos. No entanto, como referi anteriormente, temos muito que fazer e, quem ler o relatório Barnier, verá o quanto podemos avançar na área da protecção civil em proveito dos cidadãos europeus e, naturalmente, para a protecção do ambiente.

**Theodoros Skylakakis**, em nome do Grupo PPE. – (EL) Senhora Presidente, todos os anos na Europa do Sul são destruídos 400 000 hectares de floresta. Trata-se de uma destruição sistémica de enormes proporções que irá agravar-se nas próximas décadas. Durante pelo menos 30 a 40 anos, façamos nós o que fizemos para reduzir os gases com efeito de estufa, iremos viver com um agravamento das condições climáticas, uma situação particularmente negativa no sul da Europa onde as florestas são mais vulneráveis. Iremos enfrentar no futuro maiores incêndios e perigos mais graves.

Em circunstâncias normais, o combate aos incêndios é uma responsabilidade e uma obrigação dos Estados-Membros, e todos os anos os Estados-Membros da Europa do Sul conseguem combater com êxito dezenas de milhares de incêndios. No entanto, também todos os anos, em circunstâncias excepcionais, há incêndios extremamente destruidores que requerem a assistência e a solidariedade do exterior.

A decisão proposta pelo Partido Popular Europeu (Democratas Cristãos) baseia-se nessas constatações e ilustra, entre outras coisas, a necessidade urgente de uma força europeia de resposta rápida que seja eficaz, como referiu o Comissário Dimas e como se propõe no relatório Barnier.

A decisão ilustra a necessidade de uma mobilização flexível e imediata dos recursos do Fundo de Solidariedade da União Europeia, a necessidade de encarar os fogos florestais no sul da Europa como uma prioridade no âmbito do plano de Acção da União Europeia que actualmente está a ser elaborado para adaptação às alterações climáticas, e a necessidade de a proposta da Comissão relativa a uma política europeia para combater as catástrofes naturais ser apresentada com a maior brevidade possível.

Para o meu país, e especialmente para os cidadãos afectados, é importante que esta decisão seja aprovada pelo Parlamento Europeu. É importante que esta Assembleia demonstre que é sensível a questão crucial para o sul da Europa.

**Anni Podimata**, em nome do Grupo S&D. – (EL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, este ano, voltou a repetir-se a história dos fogos florestais, que têm vindo a agravar-se, e todos os Outonos a seguir às férias vimos aqui debater a reabilitação das áreas afectadas e a prestação de socorro às vítimas.

Também este ano na Grécia lamentamos mais uma vez as centenas de milhares de hectares arditos e uma catástrofe ecológica e económica de dimensões incalculáveis, enquanto a Espanha, Portugal, Itália e França sofreram catástrofes de dimensões semelhantes.

O Senhor Comissário fez alusão a uma coisa que é bem clara: somos incapazes de aprender com os erros cometidos no passado recente. Há pelos menos seis anos que andamos a falar de uma força europeia comum de protecção civil, que o Parlamento Europeu tem vindo a pedir reiteradamente mas cuja importância é desvalorizada pelos erros cometidos por certos governos nacionais. Erros na concepção e na aplicação de mecanismos de antecipação e de medidas de prevenção, incapacidade ou falta de vontade para impor legislação rigorosa que obrigue a reflorestar as áreas destruídas, e não aproveitamento de todos os recursos comunitários disponíveis para indemnizar as vítimas.

A nível comunitário, para além da força de protecção civil, a activação imediata das verbas do Fundo de Solidariedade e, acima de tudo, a sua libertação dos mecanismos burocráticos, devem ser as prioridades básicas da Comissão.

Por último, Senhor Comissário, sabe muito bem, sabe melhor do que todos nós, que enfrentamos uma nova geração de incêndios, os chamados incêndios de alta intensidade, que estão directamente associados às alterações climáticas e que ameaçam principalmente as florestas da Europa mediterrânica e meridional. Precisamos, portanto, que os planos de protecção das florestas a nível nacional e comunitário sejam reformulados de imediato, mediante a adaptação da prevenção de incêndios e do combate a incêndios às novas circunstâncias e a integração destas políticas no quadro das medidas a adoptar para que os Estados-Membros possam responder ao desafio das alterações climáticas.

**Izaskun Bilbao Barandica**, em nome do Grupo ALDE. – (ES) Senhora Presidente, Senhor Comissário, muito obrigado pelas suas explicações.

Efectivamente, penso que tem de haver uma política comunitária, em primeiro lugar para prevenir os incêndios que estão a ocorrer, conforme tivemos ocasião de ver durante todo o Verão.

Gostaria de dizer também que queria começar a minha intervenção recordando os quatro bombeiros que morreram em Junho na localidade de Horta de San Joan, em Tarragona, e enviando os meus calorosos cumprimentos aos seus familiares e colegas.

Precisamos de uma política de prevenção, mas também de uma política de coordenação. Não podemos esquecer que se suspeita que muitos dos incêndios ocorridos resultam de uma política especulativa, de intenções de desenvolvimento urbanístico. Penso, portanto, que temos de empenharmo-nos, também a nível europeu, em promover a segurança, investigando e harmonizando as penas aplicáveis aos crimes ambientais. Devemos analisar também a possibilidade de os perseguir com recurso a um mandado de captura europeu.

Os profissionais têm de ser dotados dos meios necessários que lhes permitam desenvolver mecanismos inovadores para medir as condições do tempo, os ventos e as temperaturas, para que disponham das condições necessárias para fazerem o seu trabalho, pois, afinal, eles estão a proteger-nos a todos.

**Michail Tremopoulos**, *em nome do Grupo Verts/ALE.* – (EL) Senhora Presidente, é muito interessante constatar que são sobretudo os gregos que estão a falar sobre esta questão extremamente importante que é motivo de preocupação para todo o sul da Europa, dado que enormes fogos florestais destroem periodicamente extensas áreas com graves consequências para a qualidade de vida, a biodiversidade, o desenvolvimento regional e o futuro dos cidadãos.

Como sucedeu recentemente na Grécia, os fogos florestais são amiúde consequência de políticas mal concebidas e contraditórias nos domínios da silvicultura e da habitação, que encorajam os incêndios criminosos e os actos ilegais para conseguir a alienação dos terrenos florestais. Infelizmente, os dois principais partidos têm tentado enfraquecer e reduzir a protecção das florestas consagrada na Constituição.

As pressões constantes para a alteração dos usos do solo, e para a expansão das zonas residenciais e, obviamente, as lixeiras descontroladas que são queimadas ou que entram em combustão espontânea, em conjugação com as alterações climáticas, que para algumas pessoas são meros álibis, estão já a aumentar as probabilidades de ocorrência de mais catástrofes naturais.

Daí, portanto, a importância de nos concentrarmos mais na prevenção, na protecção e na gestão atempada dos riscos a nível europeu, através de uma cooperação coordenada. Neste contexto, temos de salvaguardar a aplicação de uma política florestal europeia comum sustentável e assegurar que as verbas do Fundo de Coesão, do Fundo de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Solidariedade que são destinadas à prevenção e gestão de riscos e à reabilitação das áreas afectadas sejam efectivamente utilizadas de maneira racional e sustentável.

As verbas disponibilizadas para a reabilitação das áreas afectadas devem ser utilizadas com base em medidas de reflorestação racionais e em estudos científicos, e insistimos para que sejam obrigatoriamente devolvidas pelos Estados-Membros sempre que fique comprovado que as áreas florestais atingidas foram reclassificadas para desenvolvimento urbano ou turístico.

No passado, há apenas dois anos, o Parlamento aprovou resoluções que continham recomendações para a prevenção e a adopção de medidas imediatas em situações de riscos naturais mas que, infelizmente, não foram devidamente aplicadas. Pensamos que a protecção a longo prazo das florestas e da biodiversidade só é exequível se forem aplicadas políticas viáveis de prevenção e gestão dos riscos a nível nacional, regional e local, mediante o envolvimento activo das comunidades locais, e a manutenção das populações nas zonas rurais, a criação de novas profissões "verdes", através da aprendizagem e da formação ao longo da vida, e mediante o reforço dos serviços florestais com especial destaque para as brigadas voluntárias de combate aos incêndios florestais.

Por último, temos de intensificar os esforços para desenvolver mecanismos mais eficazes de resposta rápida às catástrofes naturais, através do reforço da força permanente de protecção civil a que o Senhor Comissário Dimas fez referência e de um maior aproveitamento das conclusões do relatório Barnier. Neste contexto, apresentamos hoje ao Parlamento Europeu uma proposta de resolução, na esperança de que possamos avançar no sentido de uma acção conjunta e de cooperação dos Estados-Membros para prevenção e gestão efectivas das catástrofes naturais e uma utilização mais eficaz dos fundos da União Europeia para esse efeito. Devemos isso às nossas crianças.

**Nikolaos Chountis**, *em nome do Grupo GUE/NGL.* – (EL) Senhora Presidente, pelo terceiro ano consecutivo, o meu país, a Grécia, assistiu à destruição de extensas áreas pelo fogo. Os incêndios de 2007, uma das piores tragédias deste tipo, e os incêndios deste ano no nordeste da Ática, ilustram bem a insuficiência do sistema de segurança contra incêndios e de protecção ambiental.

Gostaria de lembrar à Assembleia que Atenas é a capital europeia com a menor percentagem de espaços verdes por habitante e com o índice mais elevado de poluição atmosférica, e que os incêndios de 2007 e 2009 vieram agravar o problema ambiental.

As alterações climáticas podem servir para explicar até certo ponto as catástrofes ocorridas na Europa Meridional. No entanto, há também deficiências nas políticas nacionais e na política da União Europeia, na medida em que as alterações climáticas não foram devidamente integradas na estratégia ambiental.

Os governos gregos permitem a urbanização das áreas ardidas a apropriação de terrenos públicos, e os fundos da UE não são elásticos. Assim sendo, Senhor Comissário, gostaria de lhe perguntar se a Comissão Europeia tenciona contribuir para a salvaguarda institucional das florestas do país através da mobilização imediata do processo de elaboração e aprovação dos mapas florestais que, se existissem, talvez pudessem ter impedido esses actos incendiários?

Tenciona co-financiar directamente obras contra inundações e contra a erosão a fim de evitar novas catástrofes nas áreas afectadas? Tenciona financiar a reflorestação adequada porque a reflorestação efectuada é demasiado limitada para substituir as áreas danificadas? Por último, é intenção da Comissão Europeia discutir com o novo governo que sair das próximas eleições na Grécia, seja ele qual for, a criação de um parque metropolitano no antigo aeroporto de Hellenikon, para trazer uma lufada de ar fresco para a Ática?

Muito obrigada, e muitas felicidades para o Senhor Comissário no dia em que se celebra o seu nome, como dizemos na Grécia.

**Niki Tzavela**, em nome do Grupo EFD. – (EL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, fiquei muito satisfeita por vê-lo aqui e por ouvir a sua intervenção. Considero que aquilo que disse também responde à carta que lhe enviámos no segundo dia dos incêndios, na qual apresentamos uma proposta de acção comum na Europa Meridional para a prevenção e o combate a incêndios, juntamente com algumas outras propostas circunstanciadas.

Gostaria também de acrescentar que muito me apraz ver que todos os eurodeputados dos partidos gregos e do partido espanhol responderam ao nosso apelo para que haja uma presença conjunta no Parlamento Europeu e esforços conjuntos para traçar uma estratégia europeia de combate às catástrofes naturais.

Senhor Comissário, ao que parece, as alterações climáticas provocam incêndios e inundações e constituem já um importante fenómeno estrutural, dado que os incêndios e as inundações a que temos assistido são um fenómeno estrutural.

Não devíamos pensar em termos de médio e curto prazo. Temos de lançar os alicerces de uma estratégia a longo prazo. É por isso que os governos dos Estados mediterrânicos deverão unir esforços para convencer os nossos parceiros nórdicos da necessidade do mecanismo a que V. Exa. fez referência, tanto no quadro da subsidiariedade como no quadro da solidariedade.

Parece-me, Senhor Comissário, que está a ter problemas com a Europa do Norte relativamente à questão da subsidiariedade. Espero que o fenómeno das catástrofes naturais afecte apenas a Europa Meridional, mas receio bem que, ao ritmo a que estão a processar-se as alterações climáticas, venhamos a assistir também à ocorrência de catástrofes naturais – de um tipo diferente – na Europa do Norte. Por isso, faz muito bem em propor que tracemos esta estratégia de prevenção e combate às catástrofes naturais.

Presentemente, temos esta pequena unidade baseada na Córsega, que funcionou bem este Verão. É urgentemente necessário que o Comissário do Ambiente desenvolva e apoie esta unidade na recomendação sobre a matéria que vai dirigir à Comissão e ao Conselho. Gostaria de exortar os eurodeputados dos países meridionais a cooperarem com os seus governos e a apoiarem as recomendações do Comissário Dimas à Comissão e ao Conselho, pois isso será proveitoso para todos os países do Sul.

Vi a proposta de resolução do Partido Popular Europeu (Democratas Cristãos) e concordo com ela. Estou contente por terem proposto esta resolução, e gostaria de lhe acrescentar algo. Partindo do princípio de que as alterações climáticas estão na origem dos incêndios e das inundações, na Conferência de Copenhaga, a Comissão deveria dar especial ênfase à definição de uma estratégia de prevenção e combate às catástrofes naturais, estabelecer o orçamento necessário para cobrir a prevenção e o modo de evitar de catástrofes naturais, e reforçar para isso esta unidade modelo da Reserva Tática de Combate aos Incêndios Florestais da UE.

Esperamos ver a estratégia europeia de prevenção e combate às catástrofes naturais inscrita como prioridade máxima no topo da agenda da Conferência de Copenhaga.

**Franz Obermayr (NI).** – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores, não podemos permitir que aquilo que aconteceu na Grécia este ano se repita na Europa. Um total de 75 fogos devastaram a Grécia, tendo seis deles escapado completamente ao controlo, o pior dos quais, como já hoje ouvimos, a norte de Atenas, perto da capital. Apenas graças aos corajosos e abnegados esforços dos bombeiros voluntários e outras organizações de voluntários foi possível evitar que os incêndios em muitas regiões se propagassem de forma totalmente descontrolada e reduzir ao mínimo as tragédias humanas.

Consequentemente, tenho a maior consideração pelos meus camaradas, os bombeiros voluntários, cujo equipamento – para utilizar uma linguagem branda – nem sempre cumpria as normas mais actualizadas, como soubemos. Quando falo em “colegas” ou “camaradas”, estou a dizer que eu próprio fui membro de uma organização voluntária de combate aos incêndios florestais na Áustria, durante décadas, pelo que sinto a maior simpatia e empatia com os esforços desenvolvidos.

Passo agora às observações da Comissão. Parece-me terrível que a força de intervenção europeia tenha de dar o seu apoio sempre que os bombeiros locais não conseguem agir sós. Estou também convencido, porém, de que o velho ditado "Ajuda-te a ti próprio que Deus te ajudará" tem muita força, razão pela qual penso que é da maior importância criar mecanismos de protecção civil. Neste campo, posso apenas recomendar e instar a que aproveitemos as competências já existentes, nomeadamente na Europa central; estou a referir-me aos sistemas de voluntariado nacionais, corporações de bombeiros voluntários que há mais de um século são testadas e deram provas.

Sendo eu próprio bombeiro, teria todo o prazer em criar contactos com os responsáveis por corporações regionais e nacionais de bombeiros. Em casos como o que estamos a discutir é sempre bom tomarmos a iniciativa; se tal for considerado desejável, terei todo o gosto em lançar um projecto-piloto com os nossos amigos gregos para criar uma brigada de bombeiros voluntários em determinada região ou município. Teria também o maior prazer em ajudar activamente e em envolver-me num projecto desse tipo, com os meus colegas da associação de bombeiros da Alta Áustria.

**Michel Barnier (PPE).** - (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário, caros colegas, gostaria naturalmente de agradecer ao Senhor Comissário Dimas a sua presença, as suas respostas e a atenção que continua a dedicar a todas estas catástrofes.

Trabalhámos ambos muito quando o Presidente Barroso me pediu para preparar um relatório, que aliás citou, sobre a criação de uma força europeia de protecção civil.

Apresentei esse relatório em 9 de Maio de 2006. Quando agora o releio e vejo todas as catástrofes que entretanto ocorreram, digo para mim próprio que continua perfeitamente actual.

Senhora Deputada Niki Tzavela, é evidente que a Grécia não está sozinha nesta matéria. Todos os países estão envolvidos, e eu acrescentaria que não há só catástrofes naturais, há também catástrofes humanas, provocados pelo homem. Estou a pensar nas catástrofes marítimas, no Erika e muitos outros, e nos acidentes industriais do tipo de Chernobyl. Há mais catástrofes para além dos incêndios. Estou a pensar no tsunami. Podemos temer um dia um maremoto no Mediterrâneo, como houve no princípio do séc. XX, que destruiu totalmente a cidade de Messina.

Francamente, Senhor Comissário, caros colegas, os instrumentos que mobilizamos não estão à altura dessas catástrofes, que vão multiplicar-se sob o duplo efeito do aquecimento global e dos transportes. Eis a razão por que penso que temos de ser mais ambiciosos.

Agradeço à Comissão, ao Senhor Comissário Dimas e a todas as suas equipas da Direcção-Geral que fazem funcionar o mecanismo de protecção civil. Penso que temos de ir mais longe. Podemos imaginar cooperações reforçadas com os países membros que o desejarem. Se não formos 27 a construir esta força de protecção civil, comecemos a 12 ou a 15. E depois, podem crer que todos quererão.

Quando estabeleço a lista de catástrofes, posso afirmar que ninguém fica de fora: as inundações que afectaram a Alemanha em 2002, as grandes pandemias e também o terrorismo. Eis, Senhor Comissário, a razão por que gostaria que a Comissão tomasse a iniciativa de ir mais longe, de propor aos Estados-Membros que fossem mais longe. O nosso Parlamento, a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, e a Subcomissão da Segurança e da Defesa apoiá-lo-ão nessas iniciativas pró-activas.

**Edite Estrela (S-D).** - Senhora Presidente, Senhor Comissário, cá estamos nós, uma vez mais, a falar dos incêndios, porque todos os anos os incêndios consomem uma parte da floresta europeia e, com as alterações climáticas e o aquecimento do planeta, o futuro não se afigura melhor.

As catástrofes naturais não se podem evitar, mas devem ser prevenidas. Desde logo reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa e definindo uma política florestal adequada, que permita reconhecer os múltiplos serviços ambientais prestados pela floresta, designadamente o de sumidouro de carbono.

É justo reconhecer que o dispositivo europeu funciona melhor e que, em vários Estados-Membros, foi feito um grande esforço e um grande investimento na prevenção e no combate imediato. Por exemplo, no meu país, Portugal, foi aprovado um plano que prevê o reordenamento do território, a criação de um orçamento específico de luta contra os incêndios, a revisão da legislação e um programa para a recuperação das zonas perdidas e, mesmo assim, continuamos a ter incêndios.

É preciso fazer mais e melhor em todos os Estados-Membros afectados pelos incêndios e é também necessário que a Comissão Europeia adopte as propostas apresentadas pelo Parlamento Europeu em diversas resoluções.

Há vários documentos que apontam soluções. Já aqui foi referido o documento Barnier, e outros, apresentados pelo Parlamento. Eu própria fui relatora de um relatório sobre as catástrofes naturais na Comissão do Ambiente e também apresentei algumas propostas.

Importa dizer aos Estados-Membros que invocam razões financeiras para não serem tão expeditos no aperfeiçoamento do mecanismo, que fica mais caro remediar do que prevenir. Também é necessário que na Conferência de Copenhaga haja um acordo internacional de combate às alterações climáticas, um acordo ambicioso e, Senhor Comissário, continuamos à espera da directiva relativa aos incêndios, à semelhança do que já foi feito em relação às inundações.

**François Alfonsi (Verts/ALE).** - (FR) Senhora Presidente, neste Verão a Córsega foi igualmente vítima de incêndios gravíssimos, tal como a Sardenha, a Catalunha, a Grécia, as Canárias e tantas outras regiões na Europa.

Antes de mais nada, para todas as populações sinistradas, o nosso grupo gostaria de pedir que fosse garantida a solidariedade europeia, com a aplicação do fundo de solidariedade.

Que irá fazer a Comissão e este respeito? Eis a primeira pergunta que gostaria de fazer ao Senhor Comissário.

Em 23 de Julho, na Córsega, a canícula foi excepcional: 44 graus, ar muito seco, um siroco fortíssimo. Num contexto deste tipo, que será cada vez mais frequente devido ao aquecimento global, os meios locais foram ultrapassados, quando, nos anos anteriores, o clima tinha sido mais clemente e a Córsega tinha sido poupada.

A lição, para mim, é simples: quando ocorrem tais condições climáticas, condições essas que sabemos antecipar, que sabemos prever, temos de poder contar com o reforço de uma força europeia de protecção civil, tal como tinha sido preconizada no relatório Barnier, e que permitiria nomeadamente atacar os fogos logo no início antes de eles degenerarem: depois é demasiado tarde. Quando o fogo se instalou na floresta, só pára quando ela está toda queimada.

Assim, em nossa opinião, é preciso ir muito mais longe do que o projecto-piloto que o senhor referiu, Senhor Comissário. O que é que a Comissão tenciona fazer para criar, o mais rapidamente possível, essa força de protecção civil que dê realmente resposta ao imenso desafio lançado aos Europeus de protecção da natureza, nomeadamente de luta contra os incêndios na zona mediterrânica?

Será normal o orçamento para 2010 não prever um tostão para essa força?

Apresentámos uma alteração nesse sentido. Esperamos que os grandes grupos, e nomeadamente o PPE do senhor deputado Barnier, aceitem ajudar-nos na aprovação dessa alteração.

**Georgios Toussas (GUE/NGL).** - (EL) Senhora Presidente, os incêndios são um problema profundamente político que assume graves proporções em países como Portugal, Espanha, França, Itália e Grécia, com consequências dolorosas tanto para as populações como para o ambiente.

No que respeita à nossa experiência na Grécia, os incêndios que arrasaram o nordeste da Ática, Kithairona, Evia e outras regiões da Grécia, causando prejuízos incalculáveis, são o resultado da política incendiária da UE e dos governos alternados do nosso país, que vêem a terra, as florestas e os maciços montanhosos como mercadorias da economia capitalista.

Esta política extremamente perigosa coloca armas nas mãos dos incendiários que, de acordo com os factos e com as denúncias dos habitantes das áreas afectadas, agiram mais uma vez de maneira concertada. Sejam claros: se não se resolver o problema básico da comercialização e da alteração do uso do solo, não haverá nenhum mecanismo, por muito bem equipado que esteja com os meios mais avançados, que consiga pôr cobro a este grave problema que está a destruir o ambiente e a hipotecar o futuro do planeta em geral.

As primeiras consequências trágicas desta política, vimo-las já em Evia no dia 12 de Setembro de 2009 – há apenas alguns dias – com as inundações catastróficas que arrasaram Evia devastada pelo fogo. As obras deficientes contra inundações e a fragilidade do solo devido aos incêndios, juntamente com a intensidade das chuvas, causaram uma morte e enormes prejuízos em povoações, estradas, pontes e outras infra-estruturas. A chuva repentina não explica este nível de destruição. Não é por acaso que, de cada vez que ocorre uma catástrofe natural, são os trabalhadores a chorar a perda de vidas e a ver as suas vidas miseráveis e o ambiente destruídos.

Há uma necessidade urgente de financiar medidas imediatas a fim de inventariar os prejuízos e indemnizar as famílias das classes trabalhadoras, dos agricultores e dos criadores de gado afectados, sem nenhuma

alteração quanto ao uso do solo, bem como para reflorestar as áreas ardidas. A posse de grandes propriedades privadas nas montanhas e florestas deve também passar para o Estado, e deve ainda proceder-se à reestruturação e actualização das forças do serviço florestal...

*(A Presidente retira a palavra ao orador)*

**Mario Mauro (PPE).** – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, não há dúvida de que o instrumento orçamental de que se dotou a União Europeia para fazer face a uma questão tão importante como esta é útil – refiro-me ao Fundo de Solidariedade – mas também é verdade que temos vindo a destacar a questão da flexibilidade desde 2007, quando considerámos oportuno tecer críticas à abordagem adoptada com este instrumento orçamental.

É importante que a gestão deste instrumento seja tão flexível quanto possível, de modo a poder responder a problemas que se alteram de um dia para o outro. Por exemplo, é mais do que justo que se solicite aos Estados-Membros que disponibilizem a documentação relativa aos acontecimentos num curto espaço de tempo – 10 semanas apenas – mas então por que razão não é estipulado o mesmo calendário para fornecer as respostas?

Simultaneamente, damo-nos conta de que, embora de alguma forma a extensão dos danos seja importante, tem de ser considerada em proporção às dificuldades que cada território, individualmente, tem de enfrentar para se poder avaliar e atender às necessidades de diferentes populações. Precisamente por esta razão, há muito que o Parlamento, em conjunto com a Comissão dos Orçamentos e outras comissões, tem tecido comentários que pedem de facto a atenção do Conselho, mas aos quais o Conselho parece fechar os olhos. A verdade é que a possibilidade de rever a questão da flexibilidade permite melhorar o Fundo de Solidariedade, como instrumento, e torná-lo ainda mais eficaz para resolver os problemas que cada vez mais teremos de enfrentar.

Por conseguinte, Senhor Comissário, o pedido é no sentido de ter inteiramente em conta os números 3 e 11 da presente resolução, de modo a que o aspecto da flexibilidade não seja visto como um pedido dos Estados-Membros para poderem fazer o que lhes parece de modo a ter mais garantias de receber uma resposta, mas como um pedido que interprete com inteligência as mudanças garantindo assim a total eficácia deste instrumento.

**Andres Perello Rodriguez (S&D).** – (ES) Senhora Presidente, Senhor Comissário, efectivamente, é inegável que se fizeram progressos nos últimos tempos, mas, a despeito de todos esses progressos, a região Sul da União Europeia está a arder cada vez mais. Por conseguinte, a resolução que o Parlamento aprovou não pode ser mais uma resolução destinada a evidenciar a grande preocupação que nos causam as desgraças alheias.

Os incêndios florestais acontecem por uma diversidade de razões, mas ninguém pode negar que eles são que agravados pelas alterações climáticas. Independentemente das responsabilidades que possam existir em alguns Estados-Membros ou em algumas regiões autónomas, o certo é que o Parlamento tem de instar claramente a Comissão a agir rapidamente e a proporcionar-lhes todos os recursos de que dispõe, que não são poucos. Nem as vítimas, nem os danos sofridos, nem a necessidade de reflorestação entendem as burocracias ou as carências orçamentais.

Precisamos de definir prioridades e precisamos de actuar, o que neste caso significa alterar estratégias, mobilizar recursos, aumentá-los e otimizar as políticas de prevenção. Temos de exigir que os Estados-Membros assumam responsabilidades quando tal não acontece, mas reconhecendo que este não é um problema que apenas respeito a uma pequeno grupo de Estados-Membros do Sul da Europa e que alterações climáticas não afectam apenas um pequeno grupo de Estados-Membros, mas afectam todos eles e que é uma causa comum.

Por conseguinte, uma das principais tarefas que incumbe a este Parlamento é a de garantir que na Cimeira de Copenhaga a União Europeia consiga chegar a compromissos claros e sólidos para reduzir tanto quanto possível as emissões de gases com efeito de estufa, pois elas estão obviamente na origem dos incêndios, das suas causas, e, conseqüentemente, das causas de mais alterações do clima.

Por conseguinte, depois de aprovada esta resolução, é este, sem dúvida alguma, o repto que o Parlamento tem pela frente. No entanto, este repto para a Comissão tem de ser superado se o Comissário estiver verdadeiramente empenhado em evitar que o Sul da União, que efectivamente existe, continue a ser devorado pelo fogo.

**Veronica Lope Fontagné (PPE).** – (ES) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, nesta primeira sessão plenária da nova legislatura, temos de abordar esta triste e entretanto já habitual questão: as catástrofes naturais e, em particular, os incêndios.

Mais uma vez, lamentamos a proliferação dos incêndios ocorridos durante o Verão de 2009, que causaram perdas humanas. Perderam-se vinte vidas, todas elas no meu país. Assim, o meu primeiro pensamento e a minha mais profunda solidariedade vão para as vítimas do sofrimento humano provocado por estas catástrofes.

Gostaria de realçar o impacto desastroso deste tipo de catástrofe sobre a vida das populações, sobre as suas economias, sobre o emprego, o património natural e cultural, o ambiente e o turismo. Este Verão arderam 22 000 hectares na minha região, metade dos quais em zonas que são protegidas devido à sua importância ambiental.

Temos responder a estes problemas sem hesitações; os cidadãos exigem-no. As instituições europeias não podem ser, mais uma vez, incapazes de encontrar uma solução adequada para as pessoas afectadas. Temos de ser capazes de ajudar as vítimas e de preparar o caminho para recuperar as zonas afectadas. Temos de continuar a trabalhar arduamente no âmbito prevenção e de progredir no desenvolvimento do serviço europeu de protecção civil.

Gostaria de fazer dois apelos: em primeiro lugar, à Comissão Europeia, para que analise a situação e adopte as medidas apropriadas que permitam compensar os custos sociais inerentes à perda de postos de trabalho e fontes de rendimento dos habitantes das regiões atingidas. O meu segundo apelo é dirigido ao Governo espanhol, a quem caberá exercer a Presidência do Conselho a partir de Janeiro de 2010. O Governo espanhol tem de ser capaz de transmitir aos seus homólogos o seu sentimento e a sua preocupação. Penso ser imperioso que inclua o desbloqueamento da reforma do Fundo de Solidariedade Europeu entre as prioridades do seu programa.

A Presidência espanhola tem de apostar também de forma clara e decidida no desenvolvimento de uma estratégia comum europeia. Deve igualmente rever as medidas de prevenção e os modelos de gestão florestal que favorecem os grandes incêndios.

**Francesca Balzani (S&D).** – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, como membro do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas & Democratas no Parlamento Europeu, depois de ter visto com grande tristeza, precisamente nestes últimos dias, como um fogo após outro devastou vastas áreas em torno da cidade de Génova, na região da Ligúria em Itália, considero que existe uma necessidade absolutamente urgente da atenção da Europa e da sua intervenção a fim de prevenir estas catástrofes, infelizmente recorrentes.

Não deveria haver catástrofes recorrentes. Cumpre-nos trabalhar diariamente para garantir que não ocorrem mais catástrofes cíclicas. Por isso, creio que só a Europa pode e deve intervir eficazmente mediante actos juridicamente vinculativos para preservar tão preciosas áreas que, ano após ano, correm o risco de acabar em fumo e que são, na realidade, património de todos nós; é verdade que os incêndios deflagram cada vez mais no Sul da Europa, mas mesmo quando os incêndios atingem uma pequena parte do Sul da Europa, em realidade é toda a Europa que está a arder.

Precisamos de intervir com políticas de prevenção e políticas florestais adequadas – e quando falo em prevenção refiro-me também a intervir por meio de uma campanha zelosa, completa e objectiva contra as formas de especulação directa ou indirectamente associadas a estas catástrofes –, mas penso também que precisamos de assegurar um acesso mais alargado, mais simples e mais rápido a recursos fundamentais a fim de, pelo menos, mitigar os efeitos devastadores destas catástrofes. Refiro-me em primeiro lugar e sobretudo ao Fundo de Solidariedade, um instrumento que inquestionavelmente deveria servir com maior celeridade as áreas afectadas.

**Françoise Grossetête (PPE).** – (FR) Senhora Presidente, foi em 2001 que pedimos um mecanismo europeu de protecção civil, após a catástrofe do 11 de Setembro.

Mais tarde, criámos um fundo. Depois, surgiu este relatório Barnier, que insistia na necessidade de reforçar a solidariedade. Neste momento, essa solidariedade funciona, mas tem de ser mais eficaz, e há que passar à velocidade acima.

Há que desenvolver dois aspectos. Em primeiro lugar, a capacidade de resposta. Todas as pessoas que, infelizmente, foram afectadas por esses incêndios lamentam que os procedimentos sejam, muitas vezes, extremamente lentos e que a sua aplicação leve demasiado tempo quando, efectivamente, estamos perante



incêndios, pelo que há que actuar muito depressa. Temos, sem dúvida, de demonstrar maior flexibilidade de execução, pois, nestes casos, o tempo é precioso.

E depois, há a prevenção. Não falamos suficientemente da prevenção pois ela decorre do princípio da subsidiariedade. Diz-se que são os Estados-Membros que devem decidir. Ora, quando esses incêndios atentam contra a biodiversidade, o ambiente, quando afectam tudo o que há de mais precioso para o homem, a saber, o seu património, os seus bens, as suas casas, quando infelizmente ceifam vidas humanas, não temos o direito de não prever protecção. Trata-se de um atentado criminoso.

Que tem de acabar, e, para isso, precisamos também de meios financeiros. Assim, temos absolutamente de nos dotar dos melhores orçamentos possíveis, para nos tornarmos muito mais eficazes no quadro desse mecanismo europeu de protecção civil. Temos de zelar por que o orçamento, o nosso orçamento, tenha verdadeiramente em conta esta problemática. Tudo isto exige igualmente de nós uma abordagem específica das nossas políticas agrícolas e florestais, e fala-se muito pouco dessa questão.

Prevenção, capacidade de resposta e recursos, temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que o Sul da Europa deixe fatalmente de viver sobre carvão incandescente.

**Kriton Arsenis (S&D).** – (EL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, este ano, o sul da Europa foi de novo duramente atingido por fogos destruidores. Incêndios de proporções similares deflagraram também nos EUA e noutros países do mundo desenvolvido e em desenvolvimento.

Não restam dúvidas de que as alterações climáticas estão a ameaçar as florestas do Mediterrâneo e de outras áreas cruciais do planeta. No entanto, a destruição das florestas no Mediterrâneo está a destruir a capacidade dos ecossistemas naturais enquanto sumidouros naturais do dióxido de carbono. São necessárias políticas europeias de prevenção e combate aos fogos florestais, assim como um apoio financeiro da União Europeia aos países que, como a Grécia este ano, se debatem com as repercussões mais graves.

Não restam dúvidas de que em certos países se registaram enormes deficiências na coordenação entre os mecanismos de protecção das florestas e de protecção civil, e na adopção de medidas de prevenção, e isso é algo que não deverá repetir-se nunca mais. Parece igualmente que as florestas situadas a três horas de distância de grandes centros urbanos ou de zonas turísticas são ameaçadas pelos fogos com mais frequência. Há muita gente que julga que pode retirar proveito pessoal da destruição das florestas, que pode "plantar" casas e outros edifícios mais rapidamente do que os Estados-Membros e os ecossistemas naturais podem plantar árvores na terra ardida.

Muitas das vezes a legislação nacional cultiva este tipo de mentalidades e envia as mensagens erradas. É absolutamente necessário adoptar uma política europeia de protecção das florestas, de reabilitação das terras ardidas, de reflorestação de áreas, precisamente no quadro da assistência europeia ao combate às alterações climáticas. É igualmente necessária uma acção europeia coordenada para prevenir e combater os incêndios, restaurar as florestas e criar novas áreas florestais.

Temos de pôr essa política imediatamente em marcha, sobretudo com vista às negociações na Conferência de Copenhaga, que serão decisivas para o futuro do nosso planeta. Aí, vamos pedir aos países em desenvolvimento que protejam as florestas tropicais; vamos abordar a importante questão da contribuição da destruição das florestas para 20% dos gases com efeito de estufa. Devemos, portanto, ser nós a dar o exemplo, assegurando a protecção integral das florestas ameaçadas, das nossas florestas ameaçadas na Europa, que são as florestas mediterrânicas.

**Markus Pieper (PPE).** – (DE) Senhora Presidente, a escala dos incêndios florestais excede em muito a capacidade dos Estados-Membros de menor dimensão, especialmente nas regiões especialmente afectadas pela seca. Por esse motivo, o Parlamento apoia o Fundo de Solidariedade da União Europeia. Instamos o Conselho a finalmente libertar esses fundos, sem mais obstáculos. A região necessita urgentemente do dinheiro para a reconstrução e a prevenção. O Fundo de Solidariedade, conjugado com programas ambientais e agrícolas existentes, poderia ajudar, numa base verdadeiramente continuada.

Todavia, independentemente do que acabo de expor, o combate a incêndios é, sobretudo, de competência nacional. Penas mais severas para quem ateia fogos, congelamento de ajudas ao desenvolvimento por um período de 30 anos sempre que seja provado fogo posto, treino de brigadas – pode fazer-se muito, e há que o fazer, nesta área. Também a Europa deve fazer mais embora, acima de tudo, em termos de melhor coordenação. As competências das brigadas anti-incêndio europeias devem ser transferidas para regiões com elevada probabilidade de sofrer desastres, e necessitamos de regras mais claras para levar a cabo operações

transfronteiras. Aguardamos propostas da Comissão nesse sentido, mas essas propostas não devem interferir nas competências dos Estados-Membros. O princípio da não interferência nas competências dos Estados-Membros é, na minha opinião, de extrema importância. É viável pensarmos em brigadas anti-incêndio europeias e em aeronaves europeias, mas apenas depois de terem sido exploradas todas as capacidades nacionais e a assistência financeira às regiões afectadas efectivamente concretizada.

Creio ser ainda muito cedo para discutir a prevenção de desastres como competência europeia. Cada passo de sua vez. Começemos pelo mais importante, ou seja, por medidas que vão da ajuda europeia à auto-ajuda, inclusive através do Fundo de Solidariedade, com formação europeia e uma coordenação europeia concretizadas com maior eficácia.

### **PRESIDÊNCIA: ROUČEK**

*Vice-presidente*

**Inés Ayala Sender (S&D).** – (ES) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria também de exprimir a nossa solidariedade e afecto às vítimas e às suas famílias, pois é verdade que todos os Verões temos de lastimar esta situação.

É por isso que se torna cada vez mais importante que a Europa se dote, finalmente, de um instrumento que seja eficaz. Pensamos que, talvez – porventura por eu própria pertencer ao sector dos transportes e ser especialista em matéria de segurança rodoviária –, talvez, Senhor Comissário, nós devêssemos pensar em algo semelhante ao plano de acção para a segurança rodoviária. Um plano de acção europeu com objectivos, com estratégias, onde a melhoria da intervenção rápida dentro da necessária janela de tempo, como se fez na segurança rodoviária, pudesse porventura ajudar-nos, e pudesse também melhorar as condições de trabalho e a formação dos profissionais. Creio que a sensibilização e o encorajamento de uma cultura de prevenção são também elementos fundamentais. Estamos a conseguir fazê-lo pouco a pouco no âmbito da segurança rodoviária. Por que motivo não conseguiremos fazê-lo também no âmbito da protecção contra os incêndios?

Congratulamo-nos, evidentemente, pelo facto de a coordenação ter melhorado, assim com a solidariedade. Penso que, ao enviar os aviões necessários, o Governo espanhol fez parte desse processo de o mesmo deveria acontecer entre o Norte e o Sul.

Saudamos ainda o facto de o projecto-piloto sobre a reserva tácita de aviões de combate aos incêndios poder futuramente transformar-se num verdadeiro corpo de intervenção, o que eu acho de facto importante.

Porém, temos ainda legislação bloqueada no Conselho, como a relativa ao Fundo de Solidariedade e a relativa à protecção dos solos, legislações que, no nosso entender, seriam extremamente úteis.

**Gaston Franco (PPE).** – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, mais uma vez este Verão a floresta mediterrânica foi presa das chamas: em Marselha, na Córsega do Sul, mas também em Itália, em Espanha e, em maior escala, na Grécia. Mais de 400 000 hectares de florestas e campos desapareceram em fumo, provocando danos materiais consideráveis, atentados irremediáveis à biodiversidade, bem como perdas dramáticas de vidas humanas.

Consternado com este balanço que se repete ano após ano, e consciente do efeito multiplicador do aquecimento global sobre os incêndios, apelo a uma tomada de consciência europeia no sentido de uma melhor coordenação dos esforços e a uma mutualização dos meios de luta anti-incêndio.

Pretendo a concretização de um vasto projecto de cooperação euro-mediterrânica de luta contra os incêndios florestais no quadro da União para o Mediterrâneo. Saúdo as iniciativas existentes e, nomeadamente, o sistema europeu de informação sobre os incêndios florestais, que constitui um projecto-piloto.

Todavia, reclamo uma reforma do Fundo de Solidariedade da União Europeia no sentido de se tornar uma ferramenta eficiente de resposta às crises, e um reforço da força europeia de protecção e do dispositivo “*Europe aid*” proposto por Michel Barnier já em 2006, para uma intervenção em todo o território dos 27 Estados-Membros e também no estrangeiro.

Penso que uma das chaves do problema dos incêndios florestais reside no intercâmbio de conhecimentos e de boas práticas em matéria de prevenção, e gostaria de salientar o papel pioneiro desempenhado pelos sapadores bombeiros no meu próprio Departamento. Posso, evidentemente, colocar à disposição da Europa este exemplo, que pode ser muito útil.

**Eija-Riitta Korhola (PPE).** – (FI) Senhor Presidente, o ano passado foi um dos mais trágicos em termos de fogos florestais. Perdemos centenas e milhares de hectares de floresta, em especial na região mediterrânica. Conjecturas quanto às causas dos incêndios florestais conduzem a debates acesos, já que, lamentavelmente, todos estão conscientes das suas consequências. Foi avançada a ideia de que as alterações climáticas são as responsáveis pelo aumento do número de incêndios florestais e que a Europa deveria preparar-se para épocas mais longas de incêndios florestais, que irão ultrapassar o período entre Junho e Setembro, época à qual se circunscrevem os incêndios florestais até à data. Os Verões começam mais cedo e são mais quentes e mais secos, em particular no sul, e o risco de incêndios é, por essa razão, cada vez maior. É verdade que, excepcionalmente, este ano se registaram grandes incêndios florestais no noroeste de Espanha e em Portugal já em Março, e que existem, por isso, condições favoráveis para a deflagração de incêndios florestais, mas o problema não reside numa mudança paulatina das condições naturais, mas noutra causa.

Os investigadores ambientais descobriram que os incêndios florestais nos Estados Unidos, na Austrália e na Califórnia têm subjacentes factores socioeconómicos. Até agora ainda não encontraram qualquer ligação directa com as alterações climáticas. Os factores chave do início dos incêndios florestais são a construção e a pressão associadas à necessidade de mais habitações, terrenos agrícolas, a plantação de certas espécies de plantas e de árvores, uma falta de conhecimento e de previdência, e negligência por parte das autoridades. Por exemplo, por detrás das tragédias deste Verão estão equipas de bombeiros em número insuficiente e a incapacidade de resolver e prevenir os incêndios criminosos.

As condições naturais sofrerão uma modificação com as alterações climáticas; isso é um facto. Mas não explica, no entanto, as catástrofes ambientais, em especial se os mesmos fenómenos forem recorrentes com intervalos de poucos anos, e é por isto que devemos estar mais bem preparados. É chegado o momento de os Estados-Membros olharem no espelho, porque no futuro a ocorrência de incêndios florestais dependerá de nós. Uma coisa é adaptarmo-nos ao ambiente em mudança; outra coisa bem diferente é aceitar más práticas inflexíveis e não estarmos preparados.

(Aplausos)

**Sari Essayah (PPE).** – (FI) Senhor Presidente, concordo com os oradores que aqui afirmaram que é sempre menos oneroso prevenir os danos do que fazer frente às suas consequências. A maior parte deste financiamento deveria destinar-se à prevenção dos incêndios e das cheias no sul da Europa. Além da monitorização por satélite, é necessário o mesmo tipo de sistema de alarme e de prevenção dos incêndios florestais que tem funcionado com êxito há já muitos anos na Finlândia, por exemplo. Além disso, a nível nacional, importa assegurar que o equipamento dos bombeiros cumpre as normas, para que os incêndios sejam controlados o mais rapidamente possível.

O aumento do fenómeno das cheias deve-se em grande medida às alterações climáticas, e a melhor forma de prevenir este fenómeno, por conseguinte, é alcançar um acordo adequado na Conferência de Copenhaga. Mas é igualmente possível empreender acções a nível nacional em termos de prevenção das cheias. Temos de aplicar uma política florestal correcta, as florestas nas cordilheiras montanhosas devem ser protegidas, e devem ser plantadas florestas com as espécies adequadas, para que os seus sistemas de raízes possam absorver água, assegurando que a sua drenagem não seja demasiado rápida. Devem também construir-se diques e reservatórios perto de massas de água e devem dragar-se os cursos de água para uma drenagem mais eficaz quando se registam cheias. Devemos reconhecer que estas questões são da responsabilidade de cada Estado-Membro. A UE não pode assumir a responsabilidade por questões que estão sujeitas a decisões nacionais nem pelas negligências que ocorram. O Fundo de Solidariedade da União Europeia é, fundamentalmente, uma fonte de ajuda de emergência, e espero que os diferentes Estados-Membros estejam preparados para investir numa política florestal de longo prazo, na prevenção de incêndios e na protecção em caso de cheias.

**Gabriel Mato Adrover (PPE).** – (ES) Senhor Presidente, Senhor Comissário, um incêndio é sempre uma tragédia; uma tragédia para as pessoas, uma tragédia para o ambiente, uma tragédia em termos económicos e sociais.

Tive a infelicidade de viver muito perto dessa tragédia no incêndio que ocorreu este Verão na ilha de La Palma, nas Canárias. Por isso saúdo esta resolução e estou convencido de que vamos conseguir aprová-la por unanimidade. Trata-se de uma resolução completa, que recebeu numerosos contributos e que, acima de tudo, faz algo que é importante. Em primeiro lugar, recorda as vítimas, todas as vítimas, e presta também homenagem a todos os que trabalham, a título voluntário, para extinguir os incêndios.

No entanto, inclui também reflexões relevantes sobre o importante papel da seca e da desertificação na propagação dos incêndios e no desaparecimento de centenas de milhares de hectares por ano.

A resolução contém ainda reflexões importantes sobre as causas que agravam o fenómeno dos incêndios florestais, como o abandono progressivo das zonas rurais, a deficiente manutenção das florestas e a inadequada penalização dos incendiários. Neste tocante, precisamos de agir, e de agir com firmeza.

A Comissão tem de elaborar uma estratégia de prevenção de riscos e uma estratégia eficaz para combater as catástrofes naturais, assim como um protocolo para uma acção uniforme. No entanto, as ajudas também são importantes para reabilitar as zonas afectadas, restabelecer o potencial produtivo e compensar os custos sociais e a perda de empregos.

Como disse o Comissário, a coordenação é um elemento fundamental. Porém, é necessário que haja coordenação entre os diferentes instrumentos comunitários: os Fundos Estruturais, o Fundo de Solidariedade – que claramente necessita de ser reformado – e a sua flexibilidade, e também instrumentos como o *Aid Plus* e, claro está, o mecanismo de resposta rápida de que já falámos.

Temos de ir mais longe na resolução desses problemas, e acredito sinceramente que a presente proposta de resolução é o caminho certo para o fazermos.

**José Manuel Fernandes (PPE).** - Senhor Presidente, cumprimento também o Senhor Comissário e os caros Colegas, este é um momento para mostrarmos solidariedade, mas também é uma oportunidade - eu diria mesmo que é uma obrigação - para trabalharmos em melhorias, em mudanças e, também, em ajustamentos. Ajustamentos, desde logo, no que diz respeito ao Fundo de Solidariedade da União Europeia, de modo a que seja utilizado e de modo a que essa utilização seja feita em tempo útil para fazer face a estes desastres, e melhorias e mudanças no que diz respeito à política da floresta.

Precisamos de uma política europeia para a floresta que tenha como objectivo a valorização da mesma e, em simultâneo, a prevenção dos incêndios. Note-se que em muitos Estados-Membros, como é o caso do meu, de Portugal, ainda não há sequer um cadastro de todos os terrenos, não se sabe, portanto, quem são os proprietários, o que traz dificuldades em parcelamentos, em reflorestação e na política de prevenção.

Fica aqui igualmente para esta política de prevenção uma pergunta que também é uma sugestão: Por que não incluir as acções de prevenção da floresta no plano de recuperação económico da economia europeia, no plano de relançamento da economia europeia? Se nós promovéssemos acções de limpeza das florestas - e, por exemplo, o resultado dessas acções podiam ser utilizados para a produção de energia, através de centrais de biomassa devidamente dimensionadas para o efeito -, se nós actuássemos dessa forma, com certeza que éramos amigos do ambiente, com certeza que o protegíamos e, em simultâneo, criávamos emprego, o que, neste momento, é também um dos objectivos da Europa.

**Lambert van Nistelrooij (PPE).** - (NL) Senhor Presidente, é bom que neste primeiro dia de sessão do Parlamento estejamos a debater as catástrofes no Sul da Europa, e agradeço também aos colegas que trabalharam nestes textos em particular. Temos uma boa resolução em cima da mesa. Antes de mais, trata-se aqui, obviamente, de uma questão de envolvimento interpessoal, ou de proximidade aos cidadãos - como sempre dissemos no contexto das nossas eleições - e de solidariedade. Desta feita são os incêndios no Sul da Europa, mas este Inverno poderão, quem sabe, ser as cheias noutras partes totalmente diferentes da Europa. Na Comissão do Desenvolvimento Regional falámos diversas vezes dos melhoramentos do Fundo de Solidariedade. Não é de toda nossa intenção pedir novos instrumentos, mas sim melhorar os que já temos, tornando-os mais eficientes. Pois bem, Senhor Comissário Dimas, o que é que há de estranho em tudo isto? Apresentámos esta iniciativa com um apoio esmagador aqui no Parlamento e indicámos claramente onde é que seria possível fazer melhoramentos, mas este assunto foi bloqueado pelo Conselho. Já há dois anos que o Conselho nada faz a este respeito. A pergunta que lhe dirijo vai no sentido de saber se há ainda alguma hipótese de dar andamento a esta questão. O Senhor Comissário referiu, com razão, os progressos realizados em torno do projecto-piloto e dos aviões que foram disponibilizados, mas não ouvimos uma palavra sequer sobre o dossiê subjacente que o Parlamento solicitou de forma tão explícita. Será que consta ainda da agenda? O que é que está realmente a acontecer?

Relativamente à força de protecção civil, eu diria que, em si mesmo, é excelente que a Europa esteja a mobilizar os seus próprios instrumentos, mas as verdadeiras bases estão nos próprios Estados-Membros. O intercâmbio de conhecimentos especializados, a mobilização dos recursos, nomeadamente também na própria região mais vasta, deviam constituir a base.

Por último, a reabilitação: a reparação dos danos, a replantação e tudo o mais que com isso se relaciona. Isto não pode ser feito de forma centralizada; tem de ser feito de forma descentralizada nos Estados-Membros. Porém, se nós também temos esses fundos – os Fundos Estruturais, os fundo agrícolas –, por que motivo não começamos? Pode ser um plano económico, como acabámos de ouvir, mas pode ser também um plano de reabilitação gerido de uma forma abrangente e no qual os instrumentos descentralizados desempenhem um papel particularmente relevante. É isso que a presente resolução solicita, e é por isso que amanhã iremos apoiá-la sem reservas.

**Antonio Cancian (PPE).** – (IT) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, por correcta que seja a resolução intitulada "Catástrofes Naturais", apresentada pelo Grupo PPE, gostaria ainda assim de chamar a atenção para algumas questões que foram abordadas esta noite mas não tratadas na resolução e que são objecto das minhas propostas de alteração.

No Verão passado, além dos incêndios, verificaram-se outras catástrofes, tendo a mais recente ocorrido neste último fim-de-semana, no Sul de Itália. Eu próprio venho de uma região de Itália, Veneto, que foi atingida entre Junho e Julho por um desabamento de terras e remoinhos de vento; menciono, a título de exemplo, Vallà di Riese e Borca di Cadore.

Deveria constar igualmente na resolução as outras catástrofes naturais, não apenas os incêndios, porque, lamentavelmente, as inundações de Verão não são um fenómeno novo, mas, sim, um dos cenários com que nos depararemos no futuro, em consequência, infelizmente, das alterações climáticas decorrentes do aquecimento global. Cumpre-nos, pois, insistir em medidas de prevenção e na construção de infra-estruturas passíveis de impedir estes acontecimentos ou, pelo menos, limitar os danos, ou pior ainda, quando estas infra-estruturas os exacerbam: refiro-me aos reservatórios nas zonas montanhosas, zonas-tampão, zonas rurais e florestais e cursos de água.

Em segundo lugar, uma vez que na maioria dos casos, as catástrofes naturais são igualmente causadas por actos humanos, é importante apurar as responsabilidades, perseguir os criminosos e reforçar as sanções. Por último, gostaria de dizer que é uma boa ideia a criação desta força de intervenção independente, bem como o Fundo de Solidariedade associado. Contudo, importa tentar estender a intervenção a outras catástrofes, aumentar as dotações conjugando vários fundos, simplificar os procedimentos e assegurar uma maior coordenação e flexibilidade, como referiu o deputado Mauro.

**Mairead McGuinness (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, estava a acompanhar o debate no meu gabinete. Obviamente, e felizmente, na Irlanda não experimentamos a gravidade dos incêndios que os nossos colegas do Sul da Europa conhecem. Ocorreram-me dois pensamentos. O primeiro é que, nesta Assembleia, tendemos a falar apenas sobre as questões que directamente afectam os nossos países e, visto que estamos a realizar um debate na Irlanda sobre o Tratado de Lisboa – em que se fala de solidariedade em toda a União Europeia –, penso que esse é um hábito que deveremos quebrar. Considero que um maior número de nós deveria pronunciar-se sobre questões que suscitem preocupações noutros Estados-Membros e das quais temos conhecimento, para que haja um maior sentimento de solidariedade entre os eurodeputados nesta Câmara relativamente às preocupações dos cidadãos. Por exemplo, gostaria que outros se debruçassem sobre as preocupações que possam nutrir os meus concidadãos na Irlanda. Penso que essa atitude ajudaria a promover a ideia de que a Europa produz resultados para todos e que não estamos apenas preocupados em tratar dos nossos interesses específicos. Esta tem sido uma das falhas da União Europeia, e é algo com que nos defrontamos no debate sobre o Tratado de Lisboa.

Permitam-me que manifeste aqui o meu apoio ao vosso trabalho e a minha solidariedade diante dos problemas que afectam o Sul da Europa. É preciso tomar medidas relativamente àqueles que actuam com o intuito deliberado de destruir. É preciso cuidar da prevenção. Muito mais deverá ser feito por via da gestão, e, por fim, o Fundo de Solidariedade deverá ser empregue em benefício daqueles de dele carecem.

**Juan Fernando López Aguilar (S&D).** – (ES) Senhor Presidente, Senhor Comissário Dimas, é a primeira vez que sou eurodeputado – fui eleito em 7 de Junho –, mas do debate depreende-se claramente que este é um tema que regressa todos os meses de Setembro, após a onda de incêndios devastadores que atinge com particular intensidade o Sul da Europa: Itália, França, Grécia e Espanha.

Já aqui se falou do assolador incêndio ocorrido na ilha de La Palma, na região ultraperiférica das Canárias, uma comunidade autónoma espanhola onde nasci e onde resido. O que importa, contudo, é que estejamos cientes de que, apesar de esse fenómeno se fazer sentir com particular intensidade nas fronteiras do Sul da Europa, nós temos aqui uma oportunidade para reforçar o apego e a ligação dos cidadãos àquilo que a Europa significa: valor acrescentado em termos de resposta.

Isto significa, portanto, um valor acrescentado europeu na prevenção e na coordenação das instituições: a Comissão, o Conselho, e também o Parlamento Europeu com a sua resolução, em cooperação com os Estados-Membros. No entanto, importa que haja também um valor acrescentado europeu na resposta.

Daí a importância de passarmos do debate à acção, mediante a flexibilização da gestão do Fundo de Solidariedade para responder a situações de emergência, e de lançarmos essa força europeia de protecção civil, ainda pendente, que é o instrumento que realmente poderia marcar a diferença no futuro, quando somos confrontados com as situações de emergência que surgem todos os anos em virtude das alterações climáticas e do aquecimento global.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL).** - Senhor Presidente, para além de todas demonstrações de solidariedade para com este flagelo dos incêndios florestais que todos os anos afecta os nossos países do sul, incluindo a Grécia, a Itália, a Espanha e Portugal, é urgente tomar todas as medidas necessárias para inverter esta situação, que destrói o nosso património florestal, os bens, os animais, a biodiversidade e, mais grave ainda, diversas vidas humanas.

Por isso, é tempo de encarar de frente as causas deste flagelo e ter em conta o crescente e grave abandono do mundo rural. É tempo de alterar a política agrícola comum para apostar na prevenção, o que implica também apostar na multifuncionalidade da agricultura, incluindo a floresta mediterrânica, apoiando a agricultura familiar e dando condições aos pequenos e médios agricultores e aos jovens para que se fixem no mundo rural e para que, assim, contribuam para as medidas de prevenção que impeçam este flagelo todos os anos.

**Malika Benarab-Attou (Verts/ALE).** - (FR) Senhor Presidente, caros colegas, estou contente com o que o Senhor Comissário Dimas disse sobre este assunto e, nomeadamente, com o facto de ter falado da importância da ajuda além fronteiras do nosso continente.

Será que podemos prever formalmente, no quadro do projecto União para o Mediterrâneo, para além da protecção ecológica do Mar Mediterrâneo, uma ajuda urgente em caso de incêndio e o desenvolvimento de uma experiência florestal nesta matéria, a partilhar e desenvolver com os países não europeus da União para o Mediterrâneo?

**Petru Constantin Luhan (PPE).** - (RO) Este Verão, Portugal, Espanha, França, Itália e Grécia viram-se confrontados com incêndios florestais de grandes dimensões. Na Grécia, os incêndios devastaram uma área de aproximadamente 21 200 hectares, destruindo cerca de 2 milhões de árvores e, pelo menos, 150 casas.

Num esforço coordenado a nível europeu, a França, a Espanha e Chipre enviaram aviões Canadair para a região de Atenas para extinguirem os incêndios. Por conseguinte, o apoio estratégico da UE ao combate dos incêndios florestais provou, uma vez mais, a sua utilidade. O Fundo de Solidariedade da UE também pode proporcionar auxílio neste tipo de situações, suportando alguns dos custos das medidas de emergência implementadas para restaurar as infra-estruturas, fornecer abrigo temporário e proteger a herança natural.

Quero chamar a atenção para o facto de termos necessidade de reduzir a burocracia que envolve aceder a este fundo. Permitam-me que dê um exemplo específico do meu próprio país. A Roménia foi atingida por catástrofes naturais em Junho do ano passado. Presentemente, em Setembro de 2009, os fundos ainda não foram distribuídos ao Governo romeno. Creio também que futuramente temos necessidade de uma política florestal sustentável, bem como de uma estratégia destinada a evitar catástrofes deste tipo.

**Stavros Dimas, Membro da Comissão.** - (EL) Senhor Presidente, gostaria de agradecer aos senhores deputados do Parlamento pelos seus contributos extremamente construtivos que deram para o debate e pelas excelentes ideias que propuseram.

As situações de emergência acarretam frequentemente elevados custos humanos, financeiros e ambientais. No futuro, devido às alterações climáticas, como salientaram muitos dos oradores, teremos provavelmente de lidar com mais e maiores catástrofes – não só os incêndios florestais, que não ficarão confinados à Europa do Sul e começarão a aparecer também na Europa Central e até mesmo na Europa do Norte – e com outros tipos de catástrofes como as inundações. Precisamos, portanto, de reforçar e melhorar constantemente os meios europeus de gestão de catástrofes, que já demonstraram claramente a mais-valia que representam.

Este facto foi também confirmado pelos incêndios deste Verão, que nos vieram lembrar a necessidade de a Comunidade melhorar não só a sua capacidade de responder às catástrofes naturais, mas também a sua capacidade de as prevenir, como assinalaram numerosos oradores esta noite. Aqui, gostaria de lembrar à Assembleia que a Comissão apresentou em Fevereiro uma comunicação sobre a prevenção de catástrofes naturais e provocadas pelo homem na qual formulou determinadas propostas.

Estamos a aguardar os comentários do Parlamento Europeu e do Conselho sobre esta comunicação. Penso que o novo Parlamento não tardará a dar as suas respostas, que contamos receber em Fevereiro. Pensamos que essas respostas nos darão o incentivo político, juntamente com a resolução sobre esta matéria que irá sair da próxima conferência, para avançarmos com o trabalho necessário nessa direcção.

Dado que muitos dos oradores, a começar pela senhora deputada Podimata, lhe fizeram referência, também gostaria de salientar a questão das alterações climáticas e a necessidade de adaptação às mesmas, bem como a proposta de revisão da estratégia comunitária para as florestas, no sentido de abordar os aspectos relacionados com o clima. Também aqui teremos uma oportunidade de examinar questões relacionadas com os fogos florestais. Neste ponto, gostaria de acrescentar que são extremamente importantes a referida comunicação da Comissão e outra comunicação que publicámos a semana passada sobre o financiamento do acordo em matéria de alterações climáticas que esperamos venha a sair de Copenhaga, com a disponibilização de um montante avultado para o financiamento da adaptação às alterações climáticas nos países em desenvolvimento. Os fundos serão direccionados para os projectos que é necessário levar a cabo para que os países que sofrem as repercussões das alterações climáticas, sem que tenham contribuído para o efeito de estufa, possam lidar com essas repercussões.

Com efeito, propus que não fiquemos simplesmente à espera de 2013 para iniciar esta acção e que o façamos imediatamente, já a partir de 2010. Espero que o Conselho Europeu concorde, em 17 deste mês de Setembro ou em Outubro, com a disponibilização de verbas para dar imediatamente início aos trabalhos, de modo a que esses países possam ver que a União Europeia e os países desenvolvidos levam muito a sério as suas propostas e as suas declarações.

Foram referidas muitas outras questões igualmente muito importantes – e se me permitem diria que todas elas são correctas – sobre o papel do financiamento comunitário. O mecanismo comunitário para o desenvolvimento rural e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional oferecem a possibilidade de apoiar medidas de prevenção nacionais. A Comissão vai utilizar também as facilidades que o Fundo de Solidariedade da União Europeia oferece para apoiar os esforços de reabilitação nos Estados-Membros.

Dado que foi aqui referida a necessidade de uma intervenção imediata da Comissão, gostaria de deixar aqui um esclarecimento. Temos duas questões e não ficou claro a qual delas se estavam a referir. Uma é a mobilização do Mecanismo Comunitário de Protecção Civil e a outra é a activação do Fundo de Solidariedade. No que respeita à mobilização do Mecanismo Comunitário de Protecção Civil, posso dizer-lhes que a mesma se processa de imediato, em tempo real. Gostaria de citar o exemplo recente dos incêndios que deflagraram na Grécia: no espaço de uma hora após a recepção de um pedido oficial do Governo grego, um avião italiano já tinha descolado para estar no local pronto para intervir no dia seguinte. A mobilização é, portanto, imediata.

Como referi na minha primeira intervenção, fomos os primeiros a enviar especialistas para as zonas das catástrofes nos casos do tsunami e do furacão Katrina. Recebemos muitos elogios pela acção desenvolvida através do Mecanismo Comunitário de Protecção Civil, que confirmam não só o trabalho realizado nos últimos anos mas também o potencial que este mecanismo apresenta, desde que tenha as competências e os recursos – sobretudo os recursos financeiros – para poder expandir o seu trabalho em proveito da União Europeia e dos cidadãos, bem como da protecção do ambiente e dos bens dos cidadãos europeus.

No que respeita ao Fundo de Solidariedade, ouvi aqui dizer – e com razão – que o mesmo carece de maior flexibilidade. De facto, tem de ser capaz de responder o mais rapidamente possível, porque a filosofia do Fundo de Solidariedade consiste precisamente em cobrir as emergências ou parte das emergências causadas pelas catástrofes.

Consequentemente, é lógico que a Comissão deva agir imediatamente e que os Estados-Membros, através das suas administrações centrais ou regionais, devam intervir de imediato para que as verbas possam ser desembolsadas. Além do mais, há também a cláusula no Fundo de Solidariedade da União Europeia que exige que os trabalhos têm de ser executados no prazo de um ano a seguir ao desembolso. Isto é lógico mas pressupõe maior flexibilidade.

Para finalizar – e lamento não dispor de mais tempo para responder às questões muito específicas que foram suscitadas – gostaria apenas de dizer - antes que me esqueça, visto que uma série de oradores fizeram referência aos programas de recuperação económica, que estes são efectivamente uma excelente ideia. De facto advêm inúmeros benefícios da inclusão nesses programas de projectos de prevenção de catástrofes que mais ou menos podemos esperar que ocorram também no próximo ano – como se disse anteriormente, todos os anos discutimos estas questões –, seja porque irão gerar actividade económica e criar mais empregos, seja porque impedirão a ocorrência de danos que custam milhões de euros em trabalhos de reabilitação. Trata-se,

portanto, de investimentos que terão um retorno múltiplo e que, naturalmente, impedirão as perdas humanas causadas pelas catástrofes.

Por último, gostaria de salientar que, embora o risco de incêndios florestais ou de outras catástrofes, tais como inundações, sismos e até mesmo intervenção militar – porque o Mecanismo Comunitário de Protecção Civil interveio em situações de inundações, sismos e incêndios florestais e na deslocação de populações, nomeadamente no Líbano após o conflito, onde prestámos assistência com grande êxito – não possa ser completamente eliminado, pode contudo ser reduzido através da nossa cooperação e de uma melhor resposta colectiva a tais ocorrências. A Comissão compromete-se a reforçar a contribuição comunitária para a prevenção, prontidão, resposta e reabilitação de catástrofes, a fim de proteger os cidadãos e o ambiente.

Gostaria de agradecer de novo ao Parlamento o apoio activo à necessidade de melhorar a gestão de catástrofes em proveito de todos os cidadãos europeus.

**Presidente.** - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quarta-feira, dia 16 de Setembro.

### **Declarações escritas (Artigo 149.º)**

**Iosif Matula (PPE), por escrito.** – (RO) Estou extremamente preocupado com a magnitude atingida nos últimos anos por estas catástrofes, que têm não só causas naturais, como também causas humanas, com consequências quer para a infra-estrutura económica, quer para a infra-estrutura social. A nossa resposta a este fenómeno através do Fundo de Solidariedade da União Europeia proporciona um importante apoio na tarefa de reconstrução de zonas afectadas por catástrofes, ao mesmo tempo que reduz os seus efeitos transfronteiriços. Gostaria, porém, de realçar a necessidade de simplificar e melhorar a transparência dos critérios de afectação deste Fundo, de molde a que as zonas atingidas possam beneficiar o mais rapidamente possível do apoio da Comunidade. Temos, igualmente, de permitir que mais regiões recebam ajuda, introduzindo um limite mais baixo das dotações. Além disso, apoio a elaboração de uma estratégia europeia para combater as catástrofes naturais e reforçar uma força conjunta europeia pronta a responder, no caso de qualquer catástrofe, em qualquer canto da UE.

**Richard Seeber (PPE), por escrito.** – (DE) De novo este Verão, terríveis incêndios florestais devastaram algumas áreas da Europa, causando não só prejuízos económicos consideráveis mas colhendo também vidas - 11, neste caso. A Europa tem de dar mostras de solidariedade perante estes desastres naturais. Situações graves como esta permitem à Comunidade demonstrar as suas qualidades e proporcionam à população europeia a oportunidade de experimentar o valor acrescentado da União Europeia. Na prática, porém, há que cumprir escrupulosamente o princípio da solidariedade. São os Estados-Membros os responsáveis pelas disposições de prevenção dos desastres e pela concepção dos planos de emergência e a UE não deve imiscuir-se nessa importante competência por parte dos Estados-Membros individuais. O Fundo de Solidariedade da União Europeia constitui um instrumento financeiro sólido e valioso. A longo prazo, a estratégia para prevenir incêndios desta natureza na Europa tem de melhorar e temos de deixar de nos apoiar numa gestão de crises a curto prazo.

**Dominique Vlasto (PPE), por escrito.** – (FR) Perante os dramáticos incêndios que mais uma vez devastaram o Sul da Europa, temos de reagir e pôr fim a esta situação insuportável. Em primeiro lugar, organizando melhor os meios de intervenção: a ideia de Michel Barnier, de uma força europeia de protecção civil, capaz de intervir em reforço das forças nacionais. Para circunscrever um incêndio, há que intervir maciça e rapidamente: a solidariedade europeia tem efectivamente de ser mais eficaz. Mas a prevenção não é menos fundamental: há que manter e desmatar as florestas. No Sul da França, 75% da floresta é privada. Então, há que mobilizar os proprietários e que os incentivar a procederem à manutenção das suas superfícies arborizadas. O que passará, nomeadamente, pela valorização da floresta mediterrânica, cuja rentabilidade económica é demasiado fraca: iniciativas apoiadas pelos Fundos Estruturais devem encorajar a exploração regular da biomassa e a sua valorização energética, o desenvolvimento de uma silvicultura sustentável e de um ecoturismo responsável. Assim, peço à Comissão Europeia que reconheça as especificidades da floresta mediterrânica e que proponha um Plano de Acção destinado a proteger e valorizar as suas riquezas naturais. Seria um mínimo para reduzir duradouramente os riscos de incêndio e preservar e restaurar os ecossistemas frágeis do Sul da Europa.



## 22. Acordo de comércio livre com a Coreia do Sul: impacto na indústria europeia (debate)

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre o acordo de comércio livre com a Coreia do Sul: impacto na indústria europeia.

**Catherine Ashton, Membro da Comissão.** – (EN) Senhor Presidente, existe um grande potencial para novas oportunidades de exportação para os mercados asiáticos que possuem elevadas taxas de crescimento, mas também, evidentemente, fortes barreiras à entrada. Uma importante forma de ultrapassar essas barreiras, para além das conversações multilaterais, é através da margem de que dispomos em negociações de acordos de comércio livre.

Essa a razão que levou os Estados-Membros a solicitar à Comissão que lançasse uma nova geração de acordos comerciais com importantes economias asiáticas. Estes acordos de comércio livre deverão ser ambiciosos em matéria de criação de novas oportunidades de exportação para numerosos sectores.

Foi isso que conseguimos com a Coreia do Sul, após dois anos de intensas negociações. Trata-se do mais ambicioso acordo de comércio livre alguma vez negociado pela União Europeia.

É consensual que em dois dos três principais sectores da nossa economia, os benefícios do acordo de comércio livre pendem esmagadoramente a nosso favor: em primeiro lugar, os nossos prestadores de serviços, que são competitivos, beneficiarão maciçamente com o acordo. Por exemplo, fazer negócios com a Coreia, de futuro, será muito mais fácil em domínios como as telecomunicações, os transportes, a construção e os serviços ligados ao ambiente.

Em segundo lugar, no que se refere aos produtos agrícolas, a Coreia eliminará praticamente todos os direitos aduaneiros, que são particularmente elevados – em média 35%! Esse factor dará um incentivo às exportações agrícolas, entre outros produtos, de porco, vinho, whisky ou produtos lácteos. Asseguremos igualmente a protecção das indicações geográficas europeias, como o presunto de Parma, Rioja ou Tokay.

Mas, o acordo de comércio livre trará igualmente grandes benefícios para os exportadores europeus da indústria transformadora. Em geral, estes pouparão cerca de 1,2 mil milhões de euros por ano em direitos aduaneiros, dos quais 800 milhões serão poupados logo no primeiro dia. Por exemplo, os exportadores de maquinaria pouparão 450 milhões de euros por ano em pagamentos de taxas anuais, enquanto os exportadores de produtos químicos pouparão mais de 150 milhões de euros em direitos.

A eliminação dos direitos aduaneiros permitirá igualmente aos nossos exportadores reforçar a sua posição no mercado coreano e, por conseguinte, expandir as suas vendas. Os clientes coreanos gastam anualmente mais de 25 mil milhões de euros em bens provenientes da UE. Este valor torna a Coreia um dos mais importantes mercados asiáticos para as nossas exportações.

Para além disso, foi dada especial relevância às regras. O acordo contempla a transparência na regulamentação, a execução eficiente dos compromissos, uma melhor protecção dos direitos de propriedade intelectual e regras "OMC –plus" relativamente a subsídios, elementos que, todos eles, beneficiarão os fabricantes que vendam na Coreia.

Mais, foram estabelecidos regimes ambiciosos em matéria de barreiras técnicas ao comércio, nomeadamente, para os automóveis e os produtos electrónicos e farmacêuticos, com base no modelo regulamentar europeu, respondendo a exigências há muito feitas pelas empresas europeias destes sectores. A Coreia terá de alterar a sua regulamentação interna a fim de cumprir estes compromissos, enquanto essas alterações não serão necessárias na Europa.

Em relação, especificamente, à indústria automóvel, gostaria, em primeiro lugar, de salientar que também temos interesse no reforço do acesso dos automóveis europeus ao mercado coreano. Os nossos exportadores de automóveis são, de longe, os mais fortes importadores do mercado coreano, com fortes taxas de crescimento. Poderão desenvolver ainda mais essa posição, pois beneficiarão da combinação da eliminação dos direitos aduaneiros –2 000 euros poupados num automóvel de 25 000 euros – e da eliminação das barreiras técnicas.

O acordo negociado inclui os regimes mais ambiciosos alguma vez negociados com um país terceiro em matéria de barreiras não pautais. A Coreia aceitará, a partir do primeiro dia, que um automóvel homologado

segundo as normas internacionais cumpre as normas coreanas na matéria, identificadas pela nossa indústria automóvel como um obstáculo significativo.

Existem igualmente disposições pelas quais a Coreia aceita a equivalência entre as legislações coreana e europeia em matéria ambiental. Com efeito, a Coreia aceitou aplicar, mesmo antes de o acordo entrar em vigor, determinadas derrogações transitórias às normas ambientais coreanas para os nossos exportadores, e acompanhamos de muito perto os debates, na Coreia, sobre a nova legislação relativa à limitação das emissões de CO<sub>2</sub>, a fim de garantir que não constituam um impedimento ao comércio.

Estamos cientes das delicadas especificidades do sector automóvel. Defendemos longos períodos de transição para a liberalização do nosso segmento automóvel mais sensível, a saber, o dos automóveis de menor dimensão. Os direitos aduaneiros só serão eliminados no quinto ano do acordo, dando-nos tempo suficiente para os ajustamentos necessários. Deveremos ter presente o significativo investimento coreano no sector automóvel na Europa.

Alterámos moderadamente as regras de origem, aumentando o limite admissível de valor estrangeiro nos automóveis coreanos de 40% para 45%, e acordámos uma cláusula de salvaguarda bilateral que nos permite impor direitos aduaneiros, em caso de forte aumento das importações e de uma ameaça de prejuízos para as nossas indústrias.

Quanto ao draubaque dos direitos, meu último comentário, esta questão não é nova. Estas políticas são legítimas no quadro da Organização Mundial de Comércio. O draubaque dos direitos também não gera uma desvantagem competitiva significativa para os nossos construtores automóveis, uma vez que os nossos direitos aduaneiros sobre os automóveis são geralmente muito baixos e sofrerão ainda novas reduções. Negociámos ainda uma cláusula especial que nos permitirá limitar, com eficácia, o draubaque de direitos.

Saliento aqui o forte apoio dado este acordo pelos sectores europeus da indústria transformadora, bem como pelos sectores da agricultura e dos serviços. Este acordo é importante, sendo um claro sinal da nossa determinação em dar sequência ao interesse no acesso aos mercados de economias emergentes fundamentais da Ásia.

**Daniel Caspary**, em nome do Grupo PPE – (DE) Senhor Presidente, a Coreia do Sul é o quarto maior parceiro comercial externo da UE, com um volume de exportações de cerca de 30 mil milhões de euros anuais. Concluir o acordo de comércio livre é, portanto, do maior interesse dos patrões e dos trabalhadores europeus.

Devo dizer-lhe, Senhora Comissária, que não tenho intenção de a felicitar hoje, pois o acordo ainda não foi assinado; no entanto, se conseguir, nestes tempos de crise – quando as taxas de exportação em todo o mundo caíram como nunca antes na história – concluir o acordo de comércio livre, estaremos perante um formidável sucesso e, com toda a sinceridade, espero que o conquiste.

Frequentemente, os acordos comerciais são muito controversos, mas eu diria, pessoalmente, que a Coreia do Sul é uma excepção muito merecedora. Ouço ecos muito positivos de quase todas as áreas da indústria europeia, nomeadamente engenharia mecânica, indústria farmacêutica, engenharia eléctrica, indústria química e diversas indústrias de serviços. Nunca tinha tido conhecimento de casos em que o próprio sector agrícola apresentasse uma visão tão positiva a propósito de negociações comerciais. Isto é novo – julgo que nenhum de nós se encontrou, no passado, perante semelhante abertura.

Os resultados são claramente positivos, ainda que muitos sectores tivessem preferido progressos mais substanciais. Uma única excepção - o sector da construção automóvel. Mas mesmo aí, as críticas não vêm de todo o sector mas apenas de alguns fabricantes. Outros fabricantes, e sobretudo muitos fornecedores, vêm com agrado o acordo na sua forma actual.

Penso que seria benéfico se conseguíssemos aproveitar a oportunidade para resolver alguns dos pontos críticos nesta indústria e, porventura, aperfeiçoar algumas das consequências menos satisfatórias do acordo de comércio livre, burilando alguns pormenores aqui ou ali. Estou a pensar em áreas-chave como a lei relativa a Seul, região capital (*Capital Region Act Seoul*) normas relativas a sistemas de diagnóstico a bordo, normas ambientais, a cláusula de protecção devolução de direitos ("duty drawback"), entre outras. Evitemos mal entendidos - melhor, não possibilitemos que surjam, sequer; sobretudo, há que pressionar os Sul Coreanos para que cumpram as garantias que nos deram. Um claro controlo de potenciais novas barreiras não pautais ao comércio seria decerto uma atitude avisada.

Espero que o acordo entre em vigor muito brevemente e que os consumidores e trabalhadores da União Europeia possam dele tirar benefícios dentro em pouco. Muito obrigado, desejo-lhe o maior sucesso na recta final.

**Kader Arif**, em nome do Grupo S&D. - (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, caros colegas, estou muito satisfeito por ouvir um camarada conservador e liberal estar de acordo com a Comissão, o que me facilita a tarefa como socialista.

Espero, pelo menos, que o debate desta noite permita trazer enfim respostas para as múltiplas preocupações suscitadas pelo impacto deste acordo de comércio livre entre a União Europeia e a Coreia do Sul, sobretudo para a indústria europeia.

A senhora referiu um consenso, Senhora Comissária, mas quero recordar-lhe que, desde há um certo número de meses, alguns sectores industriais - entre os quais os construtores de automóveis e os sindicatos de trabalhadores, que os apoiam - alertam-na para as possíveis consequências dramáticas deste acordo. O essencial das questões continua, ainda neste momento, sem resposta.

Mas talvez a senhora tenha optado por sacrificar a indústria automóvel europeia em detrimento dos serviços!

Com efeito, porquê conceder à Coreia a cláusula de reembolso, dita *duty drawback*, que constitui uma vantagem nunca antes concedida, nem sequer a países em desenvolvimento como os países mediterrânicos. Qual é a lógica subjacente a regras de origem tão pouco vinculativas, cujo impacto é de temer, não só para a indústria automóvel, mas também para a indústria têxtil europeia.

Porquê tornar possíveis tais distorções de concorrência, e sobretudo criar esse precedente?

Perante tais riscos - e não só, infelizmente - que não posso desenvolver aqui mas que a senhora conhece em pormenor - acaba de o referir -, a Comissão propôs um último recurso, a saber, a inclusão de uma cláusula de salvaguarda. Ora, sabe perfeitamente, Senhora Comissária, que esta não é automática e será muito difícil de aplicar e impossível de activar antes de cinco anos.

Apenas citarei um exemplo para ilustrar os nossos temores. Se o acordo de comércio livre permitir à Coreia do Sul exportar mais 100 000 veículos para a Europa - ela já exporta 600 000 por ano -, serão suprimidos 6 000 empregos. Inversamente, a Europa é terrivelmente limitada, apenas podendo cada construtor exportar 1 000 veículos para a Coreia do Sul, de um contingente total europeu de 6 000 veículos.

Neste período de crise, que afecta muito especialmente os trabalhadores do sector automóvel, como explica que a Europa faça um acordo deste tipo? Está a prever uma renegociação dos pontos controversos que acabo de citar? É pelo menos esse o pedido de um certo número de Estados e de sectores industriais que acaba de referir.

Por fim, Senhora Comissária, compromete-se a uma maior transparência e participação dos deputados europeus? Nós, tal como a Comissão, tínhamos criado as condições para uma imagem negativa do canalizador polaco, não criemos agora uma imagem negativa do carroçador coreano.

**Michael Theurer**, em nome do Grupo ALDE - (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, começaria por agradecer à Senhora Comissária Catherine Ashton, em nome do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, a informação que nos prestou esta noite, na comissão extraordinária e aqui em plenário. É óbvio que o acordo de comércio livre com a Coreia do Sul está prestes a ser concluído. De um ponto de vista liberal, e especialmente da perspectiva do meu partido, o Partido Democrata Livre alemão, o objectivo de um comércio mundial livre e justo é de grande importância, sobretudo agora, já que, nesta crise económica e financeira, assistimos a uma tendência para o proteccionismo que tem de ser resolutamente combatida a bem da prosperidade e do emprego na União Europeia.

Neste contexto, levanta-se a questão de saber qual o significado que a Comissão atribui ao acordo de comércio livre com a Coreia do Sul visto que, durante muito tempo, nos centrámos no progresso da ronda do desenvolvimento de Doha, sem, até ao momento, termos atingido qualquer acordo. Daí a minha pergunta, Senhora Comissária: considera a conclusão do acordo de comércio livre com a Coreia do Sul como um primeiro passo para mais acordos de comércio livre bilaterais, e significaria isso um afastamento de Doha? Ou serão tais acordos bilaterais mero suplemento ou mera expansão da política de comércio livre da União Europeia?

Além disso, como é do seu conhecimento, a cláusula da devolução de direitos preocupa diversos Estados-Membros e sectores da indústria – em particular a indústria automóvel. Tal cláusula poderia significar o apoio a empresas em países de baixo custo como a Índia e a China, ameaçando assim a indústria europeia. Vislumbra alguma forma de essas preocupações relativamente à devolução de direitos poderem ser dissipadas?

**Ilda Figueiredo**, em nome do Grupo GUE/NGL. – A declaração da Senhora Comissária torna claro que há sectores e grupos económicos e financeiros da União Europeia que vão ganhar com este acordo com a Coreia do Sul, mas há o reverso da medalha, Senhora Comissária, que aqui não considerou, designadamente no que se refere a certos sectores mais sensíveis, como a fileira têxtil e do vestuário e o emprego dos trabalhadores.

Por isso, como referem sectores industriais e organizações de trabalhadores dos nossos países, é preocupante que a Comissão Europeia continue a ignorar a situação grave que se vive nas indústrias do sector têxtil e do vestuário, com destaque para o meu país, para Portugal, onde o desemprego atinge níveis alarmantes, exactamente nas regiões onde estas indústrias predominam, no norte e em certas zonas do centro.

Assim, insistimos na necessidade de uma estratégia coerente e concertada que defenda a indústria da União Europeia, designadamente dos sectores de mão-de-obra intensiva, seja através de uma urgente regulação do mercado comercial a nível mundial, seja com políticas públicas que sustentem o investimento, a inovação, a diferenciação, a formação profissional e a criação de emprego com direitos.

**David Campbell Bannerman**, em nome do Grupo EFD. – (EN) Senhor Presidente, esta é a minha primeira intervenção, ou intervenção inaugural, neste Parlamento. Sendo um eurodeputado do Partido da Independência do Reino Unido, eleito pelo Leste de Inglaterra, esperarão de mim que seja um rebelde, e tentarei não os desiludir, nem a vós, nem aos meus eleitores.

Debatemos hoje os acordos comerciais da UE e, em particular, o acordo com a Coreia do Sul, que deverá ser assinado este ano. Uma vez que não conhecemos muitos dos pormenores deste acordo específico, para além do facto, penso, de a repartição dos benefícios do mesmo serem de dois terços para a Coreia do Sul e um terço para a UE, gostaria de tecer alguns comentários de carácter mais geral.

São muitos os que desconhecem que existem mais de cem acordos comerciais bilaterais da EU como este; 116 segundo uma estimativa. Existem acordos comerciais com países como os EUA, Canadá, México, Brasil, Índia, China, Japão e África do Sul. Na Europa, existem acordos comerciais com a Rússia, Ucrânia, Turquia e Liechtenstein.

Existem ainda acordos comerciais com países fora do EEE e com países da AECL, como a Suécia e a Noruega. O acordo comercial com a Noruega protege religiosamente a sua pesca e a sua agricultura, e a Noruega não é um parceiro comercial decorável. É o quarto maior importador e o sexto maior mercado de exportação da UE.

Que deveria, então, constar de um acordo comercial como o que negociamos com a Coreia do Sul? A Suíça, creio, é disso um bom exemplo. Existem disposições que eliminam os direitos aduaneiros e as quotas comerciais de produtos industriais e agrícolas. Existem disposições que permitem aos cidadãos suíços trabalhar e residir em países da UE e aos cidadãos da UE residir e trabalhar na Suíça. Existem disposições que permitem à Suíça fazer parte da zona isenta de passaportes de Schengen. Os suíços podem participar, se assim o desejarem, na Agência Europeia do Ambiente, nos programas de audiovisuais e de educação europeus e podem candidatar-se a bolsas de investigação da UE. Existe cooperação no que respeita às companhias aéreas, ao asilo e a questões judiciais. Em suma, os suíços possuem todos os alegados benefícios de pertencerem à UE, sem os custos inerentes a essa condição.

É verdade que a Suíça tem de pagar 600 milhões de francos suíços por ano pelo acesso, porém, o Governo suíço refere conseguir poupanças de 3,4 mil milhões de francos suíços pelo facto de não ser Estado-Membro da UE, uma poupança líquida de 2,8 mil milhões de francos suíços por ano. E a Suíça também não é um parceiro comercial insignificante: 80% das exportações suíças têm como destino a UE, e a Suíça é o quarto maior parceiro comercial da UE.

O meu argumento é que os acordos comerciais podem proporcionar os benefícios do comércio da UE sem o fardo caudado pelos elevados custos regulamentares e a perda de soberania e recursos. Até no próprio sítio da Internet da Comissão se admite que "a Suíça pode desenvolver e manter a sua própria regulamentação, distinta da europeia, noutras áreas. É do seu próprio interesse, como acontece nos mercados financeiro e de trabalho." Muito gostaria o Reino Unido de poder distanciar-se dessa mesma forma da Directiva relativa ao

Tempo de Trabalho, da Directiva relativa ao Trabalho Temporário ou da recente Directiva relativa aos gestores de fundos de investimento!

Por isso, concluo perguntando, por que não o Reino Unido? Por que razão não pode o Reino Unido dispor de um simpático acordo comercial com a UE, semelhante ao da Coreia do Sul, em vez de ser membro de pleno direito? O Reino Unido é, por si só, o maior parceiro comercial da UE com um défice anual de 40 mil milhões de libras. Também nós podemos ter o tipo de garantias que tem a Suíça. Poderíamos, e penso que deveríamos, ser novamente uma nação independente dedicada ao comércio livre, como a Noruega, a Suíça e mesmo a Coreia do Sul.

**Peter Šťastný (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, sendo um dos relatores sobre o ACL com a Coreia do Sul e um firme defensor dos ACL, espero um acordo equilibrado e equitativo que beneficie ambas as partes, uma situação em que todos saiam verdadeiramente a ganhar.

Uma das nossas principais indústrias não parece lá muito satisfeita com o actual estado das negociações, e tem muitos amigos no terreno, incluindo alguns Estados-Membros, indústrias e eurodeputados. Todos eles olham para a situação proporcionada por este acordo como estando desequilibrada em favor da Coreia do Sul. A Comissão Europeia e o Conselho Europeu deverão olhar criteriosamente para as áreas de fricção, nomeadamente, a cláusula de salvaguarda relativa ao draubaque dos direitos, as barreiras não pautais e as regras de origem. Se fossem conseguidos alguns progressos mais satisfatórios para a indústria automóvel da UE, isso traria claros benefícios e permitiria manter os níveis de emprego, um forte PIB e os esperados níveis de vida.

No entanto, uma situação de equidade não será uma desvantagem. Poderá ser criado um forte precedente para outros ACL que estão na forja e para os que se negociarão num futuro próximo. É para mim evidente que este acordo traz, em geral, outros benefícios para a UE e para muitas das indústrias da UE. Olhando com atenção ao pormenor, haverá sempre alguns vencedores e alguns perdedores: é essa a natureza de qualquer acordo bilateral. Olhando para o panorama geral, poderemos estar próximos de um verdadeiro equilíbrio. No entanto, no que se refere a um sector tão crucial, como é o da indústria automóvel, existe, de forma um tanto infeliz, a necessidade de tentar conseguir um pouco mais. Só quando conseguirmos mais alguns progressos poderemos falar de um ACL verdadeiramente equilibrado, que seja aceitável e tenha, como precedente, um impacto positivo para futuros ACL.

**Gianluca Susta (S&D).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, saúdo o trabalho desenvolvido neste período em que Catherine Ashton tem ocupado as funções de Comissária. Devo dizer que tivemos uma melhor relação com ela do que com o seu antecessor, apesar da sua filiação política comum, que é também a nossa, e da sua nacionalidade comum.

Porém, desta vez não partilho do entusiasmo da senhora Comissária sobre esta questão, pois foram muitas as vezes, nos últimos anos, que a Comissão usou da palavra neste hemiciclo e aclamou algumas iniciativas, só que depois optou por seguir outro caminho. Estamos a viver um momento particular, uma crise económica e financeira grave, que é fruto também de falta de reciprocidade no mundo – não apenas com os países em desenvolvimento, o que tem a sua lógica e a sua explicação – mas também com os actores mundiais novos e com os tradicionais.

Parece-me que, por demasiadas vezes, não há consciência da parte da Comissão, do seu Presidente e dos seus Comissários, das iniciativas que devem ser implementadas por forma a contribuir para o relançamento da indústria europeia, o relançamento da indústria fabril europeia. A meu ver, este acordo – que, reconhecidamente, é um acordo positivo, com um conteúdo extremamente positivo – tem um valor mais académico; é quase um tratado escolar, mas desfasado da realidade.

Nós exportamos 30 mil milhões de dólares americanos para a Coreia, apenas 20 mil milhões de dólares americanos revertem novamente a nosso favor sob a forma de automóveis exportados da Coreia para a Europa, e 1,5 mil milhões de dólares serão as ajudas indirectas que recebem os automóveis coreanos na Europa, sem considerar o sector têxtil e outros. Trata-se claramente de um desequilíbrio, que terá de ser, na minha opinião, posto em evidência e corrigido antes de se dar luz verde a um acordo de comércio livre que penaliza a indústria europeia. Temos uma indústria de qualidade, empenhada em responder às novas exigências que a inovação coloca, não seguramente uma indústria em falência que não consegue atender às necessidades de inovação inerentes à economia actualmente.

**Zuzana Roithová (PPE).** – (CS) Senhor Presidente, Senhora Comissária, eu também não fiquei satisfeita com as estranhas alterações ao acordo, como reembolsos de encargos aduaneiros sobre componentes

importados no caso de produtos destinados à exportação para a União e uma redução em 60% do limiar para a determinação do país de origem. Isto resulta no favorecimento de importações coreanas à custa da competitividade da indústria europeia e do desemprego. A parte de leão a este respeito já vai para a mercadoria importada da Ásia, onde os custos laborais são tão baixos que é impossível concorrer com eles, devido a padrões sociais e ambientais baixos ou inexistentes. Por isso, as negociações comerciais deveriam ter-se concentrado no aumento destes padrões e não na prosperidade da indústria asiática à custa da Europa. Há muito que a Comissão deve isto aos cidadãos europeus.

A Comissão tem consciência do impacto negativo do acordo na competitividade europeia e no emprego nas indústrias automóvel e têxtil? Em segundo lugar, a Comissão tem consciência de que o acordo estabelece um precedente infeliz para futuros acordos comerciais? Em terceiro lugar, pretende a Comissão ignorar as objecções fundamentais levantadas pelas associações de engenheiros europeus? Em quarto lugar, como é possível que os meios de comunicação social coreanos já estejam a celebrar uma vitória para a sua indústria automóvel, se o acordo ainda nem sequer foi debatido pelo Colégio da Comissão? Ou estará a Comissão disposta a rever o projecto e negociar um acordo equilibrado? Está a Comissão na disposição de pressionar a Coreia a adoptar compromissos internacionais no que diz respeito a padrões sociais e ambientais e irá fazê-lo antes de a Coreia obter todos os benefícios do livre comércio com a União Europeia? Agradeço a vossa resposta. Acredito que o bom senso prevalecerá.

**David Martin (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, devo dizer que estou um tanto preocupado com o tom deste debate. Com a excepção, talvez, do contributo de Daniel Caspary, tem sido bastante negativo.

Fui relator do Parlamento sobre o Acordo de Comércio Livre com a Coreia do Sul. Antes deste debate, analisei bem o que tínhamos decidido pedir – o que tínhamos pedido que a Comissão tivesse em conta e conseguisse em nosso nome – e, na verdade, considero que a Comissão conseguiu aquilo que lhe tínhamos pedido. Gostaria de prestar homenagem ao negociador-chefe, sentado ao lado da Senhora Comissária Ashton, bem como à própria Baronesa Ashton, pela forma como conseguiram este acordo.

Evidentemente, em qualquer acordo de comércio livre – por definição – e em qualquer negociação, há sempre vencedores e perdedores, mas se olharmos ao impacto global do acordo, há grandes vencedores na Europa e grandes vencedores na Coreia. Por conseguinte, há grandes vencedores sempre que se mantém a dinâmica do comércio mundial. Presentemente, na actual crise, qualquer sinal positivo da vontade de duas tão grandes unidades, como são a Coreia do Sul e a UE, de manterem o dinamismo e a abertura do comércio é necessariamente bem-vindo.

Devo dizer que, se o Parlamento Europeu e o Conselho de Ministros não conseguirem levar estas negociações até à assinatura de um acordo final entre a Coreia e a UE, então mais vale enviarmos uma nota à DG Comércio para que ponha fim à negociação de todos os outros acordos de comércio livre, porque, se não conseguirmos chegar a bom porto com a Coreia, então esqueçam a ASEAN, esqueçam os Estados do Golfo, esqueçam todo o conjunto de ACL que estamos a tentar negociar, e, francamente, esqueçam Doha. Este é um acordo importante, em que a Europa conseguiu atingir os seus objectivos estratégicos. É preciso que enviemos um sinal ao resto do mundo de que a Europa está aberta para negociar e que, no pico desta recessão, manteremos os nossos mercados tão abertos quanto possível.

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, muito brevemente, tudo isto é uma novidade para mim, e considero que este debate foi muito estimulante e educativo. Aquando da primeira intervenção da Senhora Comissária Ashton, pensei que estava em causa um acordo fantástico para a União Europeia e perguntei-me se existiriam quaisquer benefícios para a Coreia. Depois, orador após orador fomos ficando com a impressão inversa, por isso, espero que os aspectos e questões suscitados pelos senhores deputados Arif, Theurer, Campbell Bannerman e outros venham a ser abordados pela Senhora Comissária Ashton na sua resposta, bem como que a Senhor Comissária nos diga ainda se há outras negociações em curso neste preciso momento com outros países asiáticos com vista a acordos bilaterais, e em que estado se encontram.

**Gerard Batten (EFD).** – (EN) Senhor Presidente, gostaria de intervir para apoiar os comentários do meu colega, o senhor deputado Campbell Bannerman. Em 2006, o Governo Federal da Suíça encomendou um relatório sobre a totalidade dos aspectos das relações então existentes e possíveis com a União Europeia.

Concluiu que a adesão à UE traria custos seis vezes superiores aos actuais acordos bilaterais de que a Suíça é parte. Os suíços, sendo suíços, decidiram que ficariam melhor não aderindo à UE, ou não sendo seus membros de pleno direito.

Se isso é verdadeiro para os suíços, é seguramente verdadeiro para os britânicos, e, se o nosso Governo tivesse uma visão tão sensata e pragmática da economia britânica como os suíços tiveram da economia suíça, então, à semelhança dos suíços que não aderiram, também nós abandonaríamos a UE.

**David Martin (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, mostra grande tolerância na condução dos trabalhos, porém, está bastante claro no nosso Regimento que as intervenções ao abrigo do procedimento de pedido da palavra por braço no ar (“*catch the eye*”) têm de ter relação com o tema em debate. Isto nada tinha a ver com a Coreia, nem com os acordos de comércio livre.

**Sari Essayah (PPE).** – (FI) Senhor Presidente, na sua intervenção, o senhor deputado Martin afirmou que é da máxima importância concluir acordos que promovam o crescimento económico e o emprego e que suprimam barreiras comerciais de uma forma geral, em particular na actual crise económica. Todavia, devemos recordar que realizámos também hoje um debate sério sobre a crise pela qual atravessa o sector automóvel na Europa, e esta semana abordaremos igualmente os problemas que afectam o sector têxtil e a ajuda a cargo do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização como compensação pelos *layoffs* em massa decretados neste sector em Espanha e em Portugal. Senhoras e Senhores Deputados, temos, por isso, de tomar seriamente em conta a preocupação dos europeus em relação à resposta a dar a esta perda de empregos na Europa e analisar quais são efectivamente as soluções da Comissão. Apesar de o comércio livre dever ser positivo para o emprego e para o crescimento económico de uma forma generalizada, como evitamos a perda de empregos nesses sectores tradicionais europeus?

**Catherine Ashton, Membro da Comissão.** – (EN) Senhor Presidente, gostaria de dizer que, num certo sentido, o debate não me surpreendeu de todo, porque as preocupações que os colegas levantaram foram efectivamente sendo levantadas ao longo dos meses.

Gostaria de começar por prestar homenagem ao senhor deputado David Martin pelo trabalho que desenvolveu na comissão. É muito importante, para mim, reconhecer o trabalho que a Comissão do Comércio Internacional desenvolveu comigo ao longo dos últimos meses, estando, evidentemente, bem ciente de que os senhores deputados não tiveram ainda o benefício de conhecer os pormenores do acordo. Por conseguinte, tentarei responder a essas preocupações. Mas, mais importante, assegurar-nos-emos de que vos serão fornecidos progressivamente mais pormenores, pois é importante que tenham em conta os factos e não as asserções que se fazem.

Permitam-me alguns comentários de carácter geral sobre a abordagem seguida neste primeiro acordo. Este acordo foi lançado para conseguir o melhor para a indústria europeia – incluindo, gostaria de o dizer aos colegas do Partido da Independência do Reino Unido, a indústria britânica. É absolutamente do interesse da Europa, a meu ver, que façamos progressos rumo a este acordo – caso contrário, não estaria aqui a sugerir que prosseguíssemos no sentido em que estamos a avançar.

Mas, neste processo havia claramente um *modus operandi*, uma abordagem clara seguida pela Comissão, como foi aqui referido, apoiada pelo Parlamento, pela Comissão e pelo Conselho, e foi esse efectivamente o caminho seguido. O senhor deputado Arif não se importará, penso, se eu disser que afirmar que eu sacrificaria uma qualquer indústria me parece alarmante, ou talvez um pouco deprimente, porque essa não é certamente a abordagem que eu seguiria.

Será que, no meu entender, para dispormos de um acordo sério é efectivamente necessário reconhecer que o mesmo terá de ser benéfico para ambas as partes? Sim, é essa a minha opinião. Se quisermos dispor de acordos comerciais, se acreditarmos – e penso que é o caso – que o comércio é o motor que nos retirará da recessão, então isso pressupõe a necessidade de manter negociações sérias e difíceis com as indústrias e os países com os quais nos interessa dispor desses acordos. Caso contrário, podemos negociar acordos dias a fio com países nos quais não temos grande interesse, e podemos abrir os mercados porque, na verdade, não estamos efectivamente interessados.

A Coreia é um mercado importante. Proporciona-nos oportunidades reais para as indústrias química, farmacêutica e outras. É preciso que reconheçamos o valor e a importância de actuar desta forma, caso pretendamos obter acordos comerciais sérios. Na verdade, somos uma superpotência económica. Não posso discordar mais dos meus colegas do Reino Unido quando referem o exemplo a Suíça e tentam estabelecer, de alguma forma, um paralelo entre as relações que mantemos com este país e as que, na Europa, estamos a tentar forjar com a Coreia – ou então talvez eu não tenha percebido bem o argumento.

O que está em causa são negociações sérias com vista a obtenção de grandes resultados e, à medida que os pormenores forem sendo conhecidos, espero que os senhores deputados olhem para os mesmos com o espírito com que os tentámos obter.

A indústria automóvel forneceu-nos, à partida, uma lista de aspectos que gostaria que conseguíssemos. Manifestou um genuíno interesse em que o mercado coreano permanecesse aberto, e conseguimos obter tudo o que inicialmente nos foi pedido.

Quanto à indústria têxtil: estou convicta de que não há grandes motivos de preocupação. As salvaguardas de que dispomos para a indústria têxtil permitirão efectivamente manter os empregos europeus.

Não tenho qualquer interesse em perder postos de trabalho ou encerrar indústrias na Europa, e este acordo não tem essas consequências. E àqueles que, aqui, pensam dispor de provas de que isso acontecerá, peço, então, que as forneçam, porque a retórica é uma coisa, a realidade é outra bem diferente, e tenho, de facto, de deixar a retórica de lado e de passar à realidade do que este acordo nos proporcionará.

Na verdade, gostaria de dizer que o que temos em mãos é de extrema importância para todos os sectores industriais. A questão do draubaque dos direitos é, para mim, muito simples. O draubaque dos direitos está concebido para que a nossa resposta ao mesmo previna um problema específico. A questão é: será a essa única forma de resolver um problema? Se existirem outras formas de resolver igualmente o problema e que, de facto, nos conduzam a um acordo comercial melhor, então explorá-las-ei. Mas, seja como for, pretendo resolver o problema, e considero que os mecanismos que instituímos neste acordo permitem precisamente fazê-lo. Não se veja na nossa atitude uma defesa intransigente de algo que entendemos ter ficado consagrado para sempre como a única forma de conseguir o que pretendemos – evitar, efectivamente, importações pela porta dos fundos –, e creio que resolvemos o problema de uma forma diferente.

Por isso, não vou desculpar-me – política ou economicamente ou de qualquer outra forma – perante o Parlamento por ter tentado investir nas negociações deste importante acordo comercial. Não peço desculpas por isso, e não peço desculpas por ter apresentado ao Parlamento aquele que considero ser um acordo de comércio livre sério, digno do século XXI e com enormes benefícios para toda a economia da União Europeia. E, especialmente, não peço desculpas por dar estes passos numa altura marcada pela crise económica, porque, se alguma vez existiu um tempo em que a minha responsabilidade passava por dar o maior apoio possível às empresas e aos trabalhadores da Europa, creio que é hoje, e é isso que este acordo nos traz.

Insto todos os senhores deputados, como disse há pouco, a olhar para a realidade do acordo. Sofrerão a pressão dos grupos de pressões – aconteceu comigo – mas, na verdade, quando olharem para o que foi conseguido, penso que verão que se trata de um resultado muito concreto, que beneficiará enormemente a economia europeia. Foi isso, bem vistas as coisas, o que nos propusemos fazer e foi isso o que, no final, conseguimos obter.

**Presidente.** - Está encerrado o debate.

#### ***Declarações escritas (Artigo 149.º)***

**Tokia Saïfi (PPE), por escrito.** - (FR) O acordo de comércio livre (ACL) entre a União Europeia e a Coreia do Sul que deverá ser celebrado até meados de Outubro suscita inúmeros temores da parte das indústrias europeias. Considerado pela Comissão Europeia responsável pelo comércio externo como uma dos mais ambiciosos jamais negociados pela UE, este acordo surge aos olhos, nomeadamente, dos construtores de automóveis, como muito desequilibrado. Estes últimos, dadas as preferências pautais concedidas pela Comissão Europeia, temem uma chegada maciça de veículos coreanos ao mercado europeu. É inegável que a manutenção de certas cláusulas aduaneiras, como, por exemplo, a *duty drawback*, apresentaria um carácter injusto e criaria uma distorção de concorrência fortemente prejudicial para a indústria automóvel europeia. Tanto mais que a generosidade da União Europeia não parece ter sido compensada por uma redução das barreiras não tarifárias impostas pelas autoridades coreanas (quotas de importação para os veículos europeus de motor a gasolina). Assim, a Comissão deve rever imediatamente os termos desse acordo, de forma a restabelecer as condições de uma concorrência justa e equitativa e a consolidar a manutenção da nossa indústria e dos nossos empregos na Europa.



### 23. Os efeitos da crise económica e financeira nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento (debate)

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia a pergunta oral (O-0088/2009) apresentada pela deputada Eva Joly, em nome da Comissão do Desenvolvimento, à Comissão, sobre os efeitos da crise financeira e económica mundial nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento (B7-0209/2009).

**Eva Joly, autora.** - (FR) Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores, Senhor Comissário, caros colegas, tenho o prazer de lhe colocar hoje esta pergunta oral em nome da Comissão do Desenvolvimento, mas, infelizmente, já o mesmo não se pode dizer de lhe apresentar a resolução sobre o mesmo assunto, aprovada por unanimidade pela nossa comissão.

Os meus colegas da Comissão do Desenvolvimento e eu próprio trabalhámos intensamente para que ela fosse votada e discutida em Plenário antes da cimeira do G20 em Pittsburgh.

Ora, excepto o meu grupo, o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia e o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, nenhum outro grupo apoiou o nosso pedido de inscrição na ordem dos trabalhos desta resolução, no entanto indispensável se queremos que o Parlamento Europeu desempenhe um papel crescente na definição da política externa da União Europeia e se torne uma verdadeira força de proposta.

Caros colegas, que interesse teríamos nós em aprovar esta resolução, que formulava pedidos e propostas do Parlamento Europeu aos membros do G20, e, mais concretamente, aos dos nossos Estados-Membros que nele têm assento, assim como à Comissão Europeia, no Plenário de Outubro, ou seja, após a cimeira de Pittsburgh?

Para além do facto de que tal desvaloriza o trabalho realizado, também não podemos contentar-nos com este papel de comentadores das notícias do dia. Não é essa a nossa função. Deixemos isso para os profissionais, que o fazem com profissionalismo: os jornalistas.

Os países em desenvolvimento têm mais do que nunca necessidade de nós. Os nossos concidadãos não foram poupados, mas a crise económica e financeira mundial afectou bem mais duradouramente as populações dos países em desenvolvimento. As instituições financeiras, contudo, não fizeram deles os principais beneficiários dos empréstimos de urgência concedidos, considerando que muito poucos cumpriam as condições exigidas.

Os países africanos apenas beneficiaram de 1,6% dos empréstimos concedidos pelo FMI após a última reunião do G20 em Londres e o aumento dos seus recursos. O resto foi para os países desenvolvidos, nomeadamente europeus.

Evidentemente que a manutenção do sistema económico europeu era indispensável, mas não deve fazer-nos esquecer a miséria que grassa junto às nossas fronteiras. Uma miséria amplificada por uma crise de que somos os grandes responsáveis.

A ajuda pública ao desenvolvimento deve ser urgentemente aumentada. A maioria dos Estados-Membros já não cumpre as condições exigidas pela OCDE desde 1970, e estamos perante novas urgências sem que disponhamos de novos fundos. Assim, temos de encontrar novas fontes de investimento, nomeadamente através de uma reforma do sistema actual.

A Comissão do Desenvolvimento pede-lhes que actuem com vista a erradicar os abusos dos paraísos fiscais, a evasão fiscal e os fluxos ilícitos de capitais provenientes dos países em desenvolvimento.

Segundo um relatório norueguês de Junho deste ano - com números confirmados -, os fluxos ilícitos que abandonam os países em desenvolvimento são dez vezes mais importantes do que a nossa ajuda ao desenvolvimento. O que dá uma ideia do que está em jogo.

Há que criar um novo acordo financeiro vinculativo que obrigue as empresas transnacionais a declararem os lucros que geram e as taxas que pagam, país por país, de forma a garantir a transparência sobre o que pagam em cada um dos países onde possuem actividade.

Além disso, deve ser realizada uma reforma radical do sistema, nomeadamente com o estabelecimento de novas regulamentações democráticas e transparentes relativamente ao comércio e aos sistemas financeiros internacionais.

As responsabilidades são pesadas, os desafios numerosos, a tarefa árdua, mas, mais do que nunca, a União Europeia tem de se afirmar como líder destas reformas.

**Karel De Gucht**, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, a Comissão, na sua qualidade de representante da UE no G20, juntamente com a Presidência, defende veementemente que, como uma das grandes prioridades dos compromissos do G20, seja prestado um apoio acrescido aos países com baixos rendimentos, em particular, aos mais pobres.

Neste contexto, é importante que os países com baixos rendimentos recebam financiamentos suficientes para dar resposta às necessidades decorrentes, em especial, aos reveses da crise financeira. Razão pela qual defendemos a necessidade de reforçar o acesso dos países pobres e frágeis, frequentemente sem capacidades administrativas institucionais, às facilidades e créditos disponibilizados pelas instituições financeiras internacionais e outros dadores.

Pessoalmente, defenderei esta abordagem no Conselho "Desenvolvimento" de Novembro, e a crise financeira global estará no centro das minhas preocupações políticas durante as próximas semanas. Espero poder contar com o vosso apoio ao longo do processo.

Neste contexto, o nosso instrumento de vulnerabilidade FLEX tem especial relevância. A Comissão trabalhou com o Banco Mundial e o FMI para identificar os países mais vulneráveis à crise e para complementar a assistência prestada por estas duas instituições, que assenta em empréstimos, com a concessão de ajuda atempada e devidamente orientada ao abrigo do instrumento de vulnerabilidade FLEX.

Entre 2009 e 2010, serão despendidos até 500 milhões de euros nos países ACP que requeiram assistência para garantir despesas públicas prioritárias, inclusivamente nos sectores sociais. Permitam-me que vos garanta que a antecipação de apoio orçamental através do mecanismo de vulnerabilidade FLEX não conduzirá a um desajustamento do financiamento, na medida em que a Comissão utilizará reservas não afectadas.

Os países que não são elegíveis ao abrigo do instrumento de vulnerabilidade FLEX beneficiarão de outras medidas propostas pela Comissão na sua Comunicação de Abril, por exemplo, reafecções na sequência de revisões *ad hoc* por país e da revisão intercalar antecipada, apoio ao abrigo do FLEX tradicional, adiantamentos sempre que seja viável, etc.

No que se refere ao destino deste apoio orçamental, estou convicto de que a flexibilidade inerente a este instrumento já permite aos países beneficiários utilizar os fundos da forma que julguem mais conveniente para responder aos problemas económicos e sociais que enfrentam.

Para além disso, a revisão intercalar antecipada do 10º FED proporcionará uma boa oportunidade para identificar novas necessidades e para avaliar se será melhor dar-lhes resposta através de apoio orçamental geral ou sectorial.

Essa revisão intercalar conferir-nos-á igualmente uma nova oportunidade para analisar os perfis de ajuda de cada um dos países ACP e ponderar alterações, a reafecção de fundos, ou a disponibilização de fundos adicionais da reserva.

No que se refere à reforma das instituições de Bretton Woods, o nosso papel na promoção dessa reforma é, evidentemente, limitado. A questão da participação e da representação será discutida nas reuniões anuais do Banco Mundial em Istambul, no próximo mês de Outubro, nas quais o Senhor Comissário Almunia e eu próprio estaremos presentes. A este respeito, congratulamo-nos com a criação de um terceiro assento para os países da África Subsariana no Conselho de Governadores do Banco Mundial e analisamos com interesse as propostas sobre a mesa relativamente a novas reformas.

No que se refere aos fluxos financeiros ilícitos, gostaria de assegurar à senhora deputada Joly que já dei instruções aos serviços da Comissão para que explorem formas de melhorar a governação orçamental e financeira dos países em desenvolvimento, a fim de travar os fluxos financeiros ilícitos. Esta crise mostrou a necessidade de reforçarmos os mecanismos de concessão de APD.

A agenda relativa à eficácia da ajuda internacional consagrada na Declaração de Paris e na Agenda de Acção de Acra é agora mais importante do que nunca. Nestes tempos de dificuldades económicas, temos uma responsabilidade especial para com os pobres do mundo em garantir que a nossa ajuda ao desenvolvimento seja canalizada de forma eficaz.

Na sua Comunicação de 8 de Abril, a Comissão salientou igualmente a útil contribuição de mecanismos de financiamento inovadores, como um instrumento complementar e de reforço recíproco da APD. Exortámos

os Estados-Membros a utilizarem plenamente o conjunto de instrumentos ao seu dispor e a reforçar a ajuda que obtêm por outros meios com a APD, por exemplo, tirando partido dos mecanismos de solidariedade voluntários existentes, como as taxas sobre os bilhetes de avião, para financiarem os programas de saúde. Realizar-se-ão debates de alto nível sobre esta matéria, incluindo uma importante conferência em 2010, organizada por França, que contará, a montante, com a participação da Comissão.

**Enrique Guerrero Salom**, em nome do Grupo S&D. – (ES) Senhor Presidente, Senhor Comissário, faz hoje precisamente um ano que assistimos ao colapso da instituição financeira *Lehman Brothers*. Na altura, de acordo com os peritos, estávamos à beira de um colapso financeiro e estávamos no limiar de outra grande depressão.

A crise financeira intensificou-se e propagou-se à economia real, e vivemos um período em que tivemos um crescimento económico negativo e sofremos perdas de postos de trabalho

No entanto, os países desenvolvidos começam a sair da crise. Esse é o caso da França e da Alemanha, por exemplo, e a Comissão apresentou hoje as suas previsões económicas, que mostram que no segundo semestre do ano a União Europeia irá sair da recessão.

Contudo, os países menos desenvolvidos estão em plena crise, e assim continuarão durante muito tempo. Eles não foram os causadores a crise, mas estão a sofrer, mais do que ninguém, as suas consequências, designadamente sob a forma de menos crescimento económico, maior crescimento do desemprego, menos investimento directo, menos crédito estrangeiro, menos remessas dos emigrantes, menos ajuda pública ao desenvolvimento e, obviamente, mais restrições comerciais.

Vivemos um período de declínio em termos da nossa estabilidade e do nosso nível de conforto durante um período de tempo limitado, mas eles estão em risco de perder uma década na luta contra a pobreza, e uma década equivale à perda de toda uma geração.

Há muitas coisas que podemos fazer por eles, em muitos aspectos, e gostaria de me concentrar especificamente no nosso combate ao proteccionismo. Na semana passada, a Comissão apresentou o seu quarto relatório sobre restrições ao comércio, que mostra que muitos países estão a adoptar novas medidas restritivas, o que é desastroso para os países em desenvolvimento.

Além disso, muitos dos países desenvolvidos não irão cumprir os seus compromissos em matéria de ajuda pública ao desenvolvimento, justamente num momento em que precisamos, mais do que nunca, de novos recursos para fazer face à gravidade da crise.

Por isso proponho que incrementemos a coordenação desta ajuda ao desenvolvimento com um acordo mais amplo entre os países doadores, as instituições financeiras e os parceiros, e que a giramos de uma forma mais eficaz e transparente para que não gere custos e não represente um fardo burocrático.

Exorto a Comissão, exorto o Comissário, a implementar o plano que nos foi apresentado, que contará, estou certo, com o apoio do Senhor Comissário Almunia.

**Louis Michel**, em nome do Grupo ALDE. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhora Presidente da Comissão do Desenvolvimento, evidentemente que estou perfeitamente consciente de que, neste tipo de debate, vamos necessariamente assistir a uma série de discursos repetitivos. Mas isso não aborrece. Penso que é importante repetirmos à saciedade este forte consenso que o Parlamento Europeu tem de conseguir, aliás com a Comissão. Pois, apesar de tudo, após ter afirmado que os países em desenvolvimento seriam pouco afectados pela crise financeira, neste momento todos os especialistas concordam em reconhecer que, pelo contrário, os efeitos da crise serão catastróficos para a maioria dos países em desenvolvimento.

Todos os sectores sociais dos países pobres vão estar confrontados com um aumento importante das necessidades sociais, nomeadamente, e dos serviços, e a uma redução muito sensível do desenvolvimento. Deste ponto de vista, aliás, apreciei muito, Senhor Comissário, o facto de o senhor ter feito alusão à necessidade de dar resposta, de forma muito mais flexível, a essas necessidades, e - penso que sabe - sempre fui um grande defensor, sempre que possível - evidentemente que em condições de controlo suficientes -, sempre fui um grande defensor da ajuda pública e da ajuda directa, seja directa ou sectorial, mas da ajuda orçamental. Penso que se gera um efeito de apropriação, e também um efeito de respeito, muito maior, o que proporciona meios aos Estados.

Apesar de tudo isto, verifico que o G20 não abordou a reforma das instituições financeiras internacionais - estou a pensar no Fundo Monetário e no Banco Mundial - para ter melhor em consideração o interesse dos países pobres do Sul.

Como disse a Senhora Presidente, 80% dos empréstimos recentes do Fundo Monetário foram para países europeus e só 1,6% desses novos empréstimos diz respeito, por exemplo, a países africanos. Os meios prometidos aos países em desenvolvimento no pacote do G20 não serão suficientes - também o sabemos - e não serão suficientemente centrados nos países mais fracos. Mais grave que isso, esses meios não chegarão suficientemente depressa.

O verdadeiro desafio, Senhor Comissário - o senhor percebeu-o bem, claro -, vai ser o de forçar os Estados-Membros a respeitarem os seus compromissos de 2005. Nada justifica uma redução da ajuda pública ao desenvolvimento. Ora, diversos países europeus - como já foi dito - anunciaram reduções draconianas. Estou a pensar na Irlanda (-10%), na Itália (-50%), na Letónia (-100%). É evidente que esta atitude é absolutamente inaceitável. Além disso, é irresponsável.

Gostaria de saber a sua opinião sobre toda uma série de considerações. Ouvi a sua reacção positiva ao fundo de vulnerabilidade que o Banco Mundial se propõe criar. E também respondeu favoravelmente à luta contra os paraísos fiscais. Os países do Sul perdem todos os anos 1 bilião de dólares transferidos ilicitamente para o Norte, dos quais 350 mil milhões transitam através de paraísos fiscais.

A questão da governança internacional já foi falada.

Uma questão sobre a qual também há que colocar a tónica, quanto a mim, é evidentemente a da ajuda ao comércio. Sou vivo partidário - contrariamente a outros, sei muito bem - dos acordos de parceria económica, desde que, evidentemente, se tenha em conta a situação específica, se introduzam períodos de transição e, sobretudo, desde que os Estados europeus respeitem o seu compromisso do célebre milhar de milhões de euros anuais para ajudar o comércio. Como é óbvio, parece-me muito importante, como já foi dito.

O que é preciso agora é denunciar o discurso duplo de certos Estados-Membros que, ao mesmo tempo, dizem muito bem dos países em desenvolvimento, fazem enormes promessas, mas que, paralelamente, cinicamente, diminuem a sua ajuda pública ao desenvolvimento.

**Gabriele Zimmer**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, a pergunta apresentada por Eva Joly em nome da Comissão do Desenvolvimento vem ao encontro daquilo que, como políticos que trabalhamos em prol do desenvolvimento, estamos a tentar obter com este debate.

As promessas das recentes cimeiras do G8 e do G20 nunca saíram do papel. Trata-se apenas de mais promessas a somar às que são continuamente feitas mas que nunca conduzem a uma assistência adequada e concreta. Continuo sem perceber por que razão não discutimos a resolução do Parlamento antes de Pittsburgh, de modo a podermos exercer pressão política. Tendo em conta as certas análises do Senhor Comissário e do deputado Louis Michel, parece-me óbvio que todos podemos prever o que se vai passar. Apesar disso, não nos encontramos em posição de exercer pressão e forçar os Estados-Membros a finalmente porem de parte essa política da "caridade bem ordenada por nós é começada". Pensando já em Pittsburgh, tal política seria, porventura, o maior erro que poderíamos cometer. Se não conseguirmos exercer pressão e tornar bem claro que necessitamos de novas instituições para conseguirmos apoiar os países mais pobres do mundo, continuaremos aqui sentados, mesmo depois de Pittsburgh, a dizer que nada mudou.

É isso também que lhe peço, Senhor Comissário. Peço-lhe agora, aqui no Parlamento, que comente de novo, especificamente, os resultados, e que nos diga o que podemos realmente exigir, com o apoio de que Estados-Membros, e até que ponto progredimos de facto.

Precisamos de acção rápida e eficaz porque há pessoas a morrer à nossa frente em resultado de circunstâncias que fomos nós que ajudámos a construir. Lanço um apelo no sentido de agirmos, todos, em conjunto!

**Corina Crețu (S&D)**. – (EN) Senhor Presidente, as contribuições do fundo de emergência, como sabe, registaram um decréscimo de 4,8 mil milhões de euros no montante destinado a fazer face às crises humanitárias nos países mais pobres. Este é, em termos históricos, o mais elevado diferencial registado entre os fundos necessários e os fundos obtidos dos governos dadores e, olhando para estes números, não podemos deixar de pensar nas somas astronómicas utilizadas para salvar bancos.

Cada um dos governos é responsável pela resolução dos problemas do seu próprio país, mas, ao mesmo tempo, é injusto e indecente descorar o facto de que os países em desenvolvimento foram os mais atingidos pela crise económica, embora menos responsáveis pela mesma.

O mundo em que vivemos ensina-nos a não esperar demasiado dos apelos humanitários, especialmente em períodos de recessão. Por conseguinte, gostaria de chamar a atenção para o risco de se negligenciarem os países em desenvolvimento e de se acelerar o ritmo de crescimento da pobreza, obtendo um efeito de ricochete, sob a forma de tensões internas, conflitos sangrentos, tragédias humanitárias e migração maciça, uma vez mais debatidos pelos países desenvolvidos. Tendo em conta estas circunstâncias, considero necessário enviar esforços numa determinada direcção, a fim de assumirmos as nossas responsabilidades. Isso pressupõe a promoção da ajuda internacional e a necessidade de uma ajuda ao desenvolvimento mais eficaz.

Considero igualmente que nos devermos centrar em diminuir a dependência da ajuda humanitária no caso de alguns beneficiários. Gostaria também de perguntar ao Senhor Comissário – tendo em conta o que o seu predecessor, Louis Michel, afirmou acerca da necessidade de acelerar o envolvimento do Banco Mundial e do FMI – se tenciona apresentar uma proposta na referida Ciméria de Istambul.

Não quero concluir esta minha intervenção sem manifestar o meu apreço pelo início do seu mandato na Comissão. Tenho presente a Cimeira EUA-África do Sul, a sua visita ao Zimbabué no final desta semana e a ajuda de emergência concedida nos últimos dias a 100 000 vítimas das cheias na África Ocidental. Ao mesmo tempo, gostaria de salientar que não é só o Burkina Faso que enfrenta desastres naturais, o Níger também precisa de apoio internacional. As vidas humanas não estão apenas ameaçadas pelas cheias, são também alvo da ameaça insidiosa e permanente da seca. Apraz-me ainda que o Senhor Comissário tenha atribuído, na semana passada, 53 milhões de euros, como resposta à seca nos países subsarianos. Estes são indicadores encorajadores que, espero, influenciarão as conversações na Cimeira do G20 em Pittsburgh e na Conferência de Copenhaga, uma vez que estas reuniões são, hoje, cruciais, numa altura em que os objectivos de desenvolvimento do milénio enfrentam o maior risco de fracasso.

**Zuzana Roithová (PPE).** – (CS) Senhor Comissário, também eu gostaria de manifestar o meu desapontamento com o facto de ser óbvio que as promessas do G20 no que diz respeito à ajuda aos países mais pobres durante a crise económica não terem sido sinceras. A realidade é que a ajuda do FMI foi insignificante, até agora. Também gostaria de pedir uma reforma do processo de tomada de decisões de modo a que os países mais pobres tenham maior influência na tomada de decisões, em particular, no quadro do sistema de Bretton Woods. Gostaria também de lhe perguntar, senhor Comissário, se foi possível manter, em particular, os cuidados de saúde e a educação nos países ACP, no mínimo, nos níveis anteriores à crise? Pergunto isto principalmente porque houve uma redução drástica na ajuda financeira por parte de muitos países, incluindo europeus. Dito isto, senhor Comissário, desejo-lhe sucesso na sua nova função.

**Anna Záborská (PPE).** – (SK) Senhor Comissário, a questão em debate é muitíssimo importante e actual, não só porque a UE necessita de ter uma ideia clara sobre a política de desenvolvimento, neste momento, mas também porque necessitamos de explicá-la de forma clara e compreensível aos nossos concidadãos. O nível da ajuda ao desenvolvimento pode, mais do que nunca, influenciar a imigração ilegal, a ordem pública, as epidemias e também – como o FMI sublinhou – o aumento das dívidas do sector privado em países em desenvolvimento.

Gostaria de sublinhar o controlo regular das finanças, quer por parte dos dadores, quer por parte dos beneficiários do financiamento. Vivemos nos nossos países e ouvimos críticas à política de desenvolvimento da UE. O consenso no Parlamento Europeu, que foi referido pelo senhor deputado Michel, nem sempre é evidente nos países da UE. Só a eficácia e a transparência da ajuda ao desenvolvimento é que nos permitirão convencer as pessoas de que a mesma se justifica e evitar qualquer redução da mesma.

**Sari Essayah (PPE).** – (FI) Senhor Presidente, é da máxima importância que, nesta fase, a Europa demonstre liderança moral, e os Estados-Membros devem honrar todos os seus compromissos, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Estamos, naturalmente, a sofrer uma pobreza relativa durante a actual crise económica, mas temos de ter presente que, nos países em desenvolvimento, as pessoas sofrem uma pobreza absoluta, e que há pessoas que morrem vítimas da fome e de doenças. Mais de 10 Estados-Membros da União Europeia afirmaram, no entanto, que irão reduzir a sua contribuição para a cooperação para o desenvolvimento ou abrandar o ritmo de aumento que estabeleceram. Obviamente, devemos recordar que tão importante como aumentar as contribuições da ajuda é assegurar que esta seja utilizada de forma mais eficaz. Existem vários instrumentos para esta coordenação da ajuda. Um deles é o programa informático de ajuda pública ao desenvolvimento, que foi testado com muito êxito em Moçambique, e espero que haja investimento em

tempo e em esforços, em particular neste tipo de coordenação. Dessa forma, será muito fácil melhorar o nosso êxito numa situação deste tipo, sempre que o montante afectado à ajuda sofrer uma redução.

**Karel De Gucht**, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, sim, a crise atingiu mais fortemente os países mais pobres e, com efeito, não há muito que possamos fazer. Podemos apenas em remediar a situação, voltando a colocá-los nos trilhos e, obviamente, isso levará mais tempo nesses países do que no mundo desenvolvido, pois os mecanismos necessários a um novo crescimento económico estão muito menos desenvolvidos naqueles países.

Um dos comentários tecidos por diversos deputados prende-se com o facto de numerosos Estados-Membros estarem, efectivamente, a recuar no que respeita aos compromissos que assumiram em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Os Estados-Membros da UE acordaram, em 2005, metas individuais mínimas de 0,51% para a UE-15 e de 0,17% para a UE-12, a atingir pelos novos Estados-Membros até 2010, e de, respectivamente 0,7% e 0,33%, a atingir até 2015.

Os países que já tinham atingido níveis mais elevados do que essas metas prometeram mantê-los. Com base nessas confirmações e nos compromissos de valores mais elevados assumidos a nível nacional por alguns Estados-Membros, a UE deverá, colectivamente, atingir uma APD de 0,56% até 2010.

Considero que esta crise não deverá servir de desculpa para minorar as promessas de ajuda dos dadores, e insistirei em que estes permaneçam empenhados em cumprir os níveis de ajuda prometidos, quer no que se refere aos Estados-Membros da UE, quer aos outros dadores.

Em 2008, a APD colectiva da UE aumentou cerca de 4 mil milhões de euros, para um nível de 0,40%, prevendo-se que continue a aumentar.

Com base na informação obtida dos Estados-Membros, prevemos um aumento da APD colectiva da UE para 53,4 mil milhões de euros, em 2009, o que representa 0,44%, e para 58,7 mil milhões, em 2010, o que equivale a 0,48%.

Isso significa igualmente que, sem novos passos por parte dos Estados-Membros no sentido de cumprirem as respectivas metas individuais, as metas colectivas para 2010 não serão cumpridas. A tendência prevista de um aumento contínuo da APD da UE assenta nos esforços dos Estados-Membros que estão a tentar cumprir os seus compromissos, porém, são necessários esforços da parte da totalidade dos Estados-Membros, e continuarei a insistir nesse aspecto junto dos mesmos. É da sua responsabilidade manterem esses compromissos. Este é um compromisso que assumiram, e a crise não deverá servir de pretexto para que diminuam os valores prometidos. Deveria inclusivamente acontecer o contrário.

Vários deputados insistiram igualmente na reforma das instituições financeiras internacionais. Essa é uma meta com que posso concordar plenamente. O G20 estabeleceu um calendário rigoroso para as reformas da governação das instituições de Bretton Woods, exortando-as a acelerar a aplicação dos respectivos planos de retoma, que são anteriores à Cimeira de Londres. Esperam-se alguns resultados já em Abril do próximo ano, e estou confiante de que será possível encontrar soluções para as questões pendentes.

Tendo em conta o actual ímpeto de reforma do FMI, gerado pelo G20, a Comissão salienta a importância de se prosseguir para a segunda fase da reforma no Banco Mundial, com vista a que fique concluída até à Primavera de 2010.

A Cimeira de Londres de 2 de Abril de 2009 ficará para a História do G20 como uma cimeira em que foram tratadas, por mérito próprio, as questões do desenvolvimento, na presença de representantes dos países em desenvolvimento. Na preparação para a próxima reunião do G20, assistiu-se, nestes últimos meses, a uma intensa actividade por parte da instituição encarregue do seu acompanhamento.

Em Agosto, o Conselho de Governadores do FMI aprovou uma atribuição geral de direitos especiais de saque do FMI no valor de 250 mil milhões de dólares, dos quais 18 mil milhões de dólares se destinarão a países com baixos rendimentos, e o FMI será chamado a responder, em Pittsburgh, por outras medidas destinadas aos países de baixos rendimentos. Por conseguinte, penso que esta é uma evolução positiva.

Louis Michel, o meu predecessor, insistiu também na flexibilidade, defendendo o mecanismo de apoio orçamental como o mais flexível de que dispomos, o que é, obviamente, verdade, porém, de facto, isso significa igualmente que é preciso que tenhamos uma contraparte nos países em desenvolvimento, com a qual possamos estar em posição de manter um diálogo político e, ainda, de monitorizar os mecanismos, o

que pressupõe uma cooperação mínima da sua parte. Contudo, uma vez dados esses passos, também penso que o apoio orçamental sectorial, em especial, é um procedimento extremamente adequado.

Não compreendo muito bem por que razão esta resolução, apresentada pela Comissão do Desenvolvimento, que se refere à reunião do G20 em Pittsburgh, não é votada antes da reunião do G20. Não consigo entender. É provável que exista uma ou outra explicação técnica para esse facto, contudo, considero que transmite o sinal errado deste Parlamento recentemente eleito, na medida em que debateremos essa resolução depois da reunião do G20 em Pittsburgh, que terá lugar em breve, se não estou em erro, de 22 a 24 de Setembro, antes do nosso próximo período de sessões em Estrasburgo, em Outubro.

Este assunto não é da minha competência, mas devo dizer que, juntamente com os deputados que defenderam o mesmo argumento, lamento vivamente que não tenha sido possível votar esta resolução durante o actual período de sessões.

**Presidente.** – Permitam-me apenas que refira que a decisão de proceder à votação durante o primeiro período de sessões de Outubro foi tomada pela Conferência dos Presidentes, porque, durante esse período de sessões, se realizará igualmente um debate sobre a reunião do G20. Esta é a minha explicação para a questão que levanta.

Está encerrado o debate, A votação terá lugar durante o primeiro período de sessões de Outubro.

## **24. Imunidade parlamentar: Ver Acta**

## **25. Ordem do dia da próxima sessão: ver Acta**

## **26. Encerramento da sessão**

*(A sessão é suspensa às 22H55)*